



Thais de Bakker Castro

**Guerreiras pela Liberdade:
Narrativas de gênero e libertação sobre as YPJ**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Jimmy Casas Klausen

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2018



Thais de Bakker Castro

**Guerreiras pela Liberdade: Narrativas de gênero
e libertação sobre as YPJ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Relações Internacionais do Instituto de
Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. James Casas Klausen

Orientador e Presidente

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Paula Orrico Sandrin

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Paula Drumond Rangel Campos

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Laura Lowenkron

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva

Vice-Decano de Pós-Graduação
do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 20 de Fevereiro de 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Thais de Bakker Castro

Graduou-se em Relações Internacionais pela PUC-Rio em 2015 e ingressou no mestrado no Instituto de Relações Internacionais na mesma instituição em 2016. Atualmente cursa também o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ. Suas áreas de pesquisa são gênero e Estado.

Ficha Catalográfica

Castro, Thais de Bakker

Guerreiras pela liberdade : narrativas de gênero e libertação sobre as YPJ / Thais de Bakker Castro ; orientador: Jimmy Casas Klausen. – 2018.

138 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2018.

Inclui bibliografia

CDD: 327

Para minha madrinha, Lair.

Agradecimentos

À CAPES, pelo financiamento da primeira parte desta pesquisa, e à FAPERJ, pelo financiamento da segunda parte, apesar das dificuldades que vêm sendo enfrentadas por essa instituição e por suas/seus bolsistas devido ao progressivo sucateamento da educação pelo governo do Estado do Rio de Janeiro;

À família, minha avó Vilma e minha madrinha Lair, meu pai Carlos e minha mãe Dayse, que me deram o suporte necessário para que eu pudesse seguir neste trajeto;

Ao professor Jimmy Casas Klausen, pela orientação desta pesquisa;

Ao professor Stefano Guzzini, pela leitura e pelos comentários sempre muito úteis, que foram essenciais para que eu encontrasse minha pesquisa e me encontrasse nela;

À professora Carla Rodrigues, a quem agradecerei mais extensivamente em uma dissertação futura, mas que não poderia deixar de mencionar aqui pela boa-vontade constante em me ajudar (e escutar meus lamentos);

Ao Victor, fiel escudeiro e revisor de todas as minhas ideias, que me apresentou indiretamente à Rojava (e a tantas outras coisas na vida, como Hume e Popper, psicanálise, BDP e o companheirismo humano, pilar de todas as coisas, inclusive deste trabalho);

À turma do mestrado 2016.1, onde encontrei os amigos que me deram as forças necessárias para atravessar esta trajetória;

Ricardo, Laís e Luiz, que fico imensamente feliz de saber que me acompanharão também no doutorado; Pedro e Luciana, de quem sentirei saudades todos os dias;

A todas as outras amigas/os queridas/os que também me ajudaram muito neste mestrado direta ou indiretamente, através de leituras e opiniões, conversas, aprendizados e trocas que influenciaram meus estudos, ou através de muito carinho, compreensão e cerveja. Daniel, Juliana, Tássia, Fabiana, Taís, Brena, Rod, Fernanda, Gleice e Daiane;

Por fim, acredito que seja fundamental também agradecer a todas as pessoas que apoiam, incentivam e/ou trabalham pelo livre acesso ao conhecimento, especialmente as russas, porque sem elas esta pesquisa certamente não existiria (e nem a maioria de trabalhos que vêm sendo produzidos atualmente).

Resumo

de Bakker Castro, Thais. **Guerreiras pela Liberdade: narrativas de gênero e libertação sobre as YPJ**. Rio de Janeiro, 2018. 138p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem como objetivo analisar as ideias de gênero (mais especificamente, de feminilidade), de liberdade e de libertação feminina mobilizadas em diferentes discursos sobre as YPJ (Unidades de Defesa das Mulheres). As YPJ são uma milícia armada curda, composta de mulheres, que atua em Rojava (norte da Síria), autoproclamada território independente curdo desde 2012. Rojava é reconhecidamente organizada sob inspiração dos preceitos do Confederalismo Democrático (sistema político idealizado por Abdullah Öcalan), que preza por governos horizontais descentralizados e pela emancipação feminina como forma de libertação popular. As YPJ têm despertado cada vez mais interesse ao redor do mundo (especialmente em países do Ocidente), tanto porque são mulheres que lutam, quanto pelo projeto de emancipação anunciado por Rojava e pela luta armada contra o Estado Islâmico conduzida por elas. Nesse sentido, essas mulheres militares são abordadas em diferentes narrativas, de diferentes maneiras, por atores tão diversos quanto jornais de grande circulação internacional, mídias cristãs, de “bem-estar” feminino, publicações anarquistas, alguns ativistas curdos, acadêmicos de esquerda, dentre outros. Tentaremos navegar pelas representações dessas mesmas mulheres, em diferentes contextos políticos, em busca de continuidades e rupturas nos significados de feminilidade, libertação e na relação desta com as mulheres. Com isso, nossa tentativa é de compreender os processos que permitem formas diversas de apropriação dos mesmos elementos (feminilidade e liberdade das mulheres) em relação a diferentes ideais políticos.

Palavras-chave

Gênero; YPJ; Discurso; Rojava.

Abstract

de Bakker Castro, Thais; Casas Klausen, Jimmy (Advisor). **Warriors for Freedom: gender and liberation narratives about the YPJ**. Rio de Janeiro, 2018. 138p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Our goal in this dissertation is to analyze the ideas of gender (more specifically, of femininity), freedom, and feminine liberation mobilized in different discourses about the YPJ (Women Defense Units). The YPJ are a Kurdish militia, composed by women only, which acts in Rojava (northern Syria), a self-proclaimed Kurdish independent territory since 2012. Rojava's organization is inspired by the precepts of Democratic Confederalism, a political system idealized by Abdullah Öcalan, which advances decentralized governments and women's emancipation as the only way to popular liberation. In the last few years, the YPJ have been gaining more and more attention internationally (especially in western countries), in academic mediums, political collectives, and media vehicles. In that sense, these military women are inserted into different narratives, in different ways, by vehicles as diverse as mainstream international newspapers, Christian media, magazines about female "well-being", anarchist media, Kurdish activists, leftist academics, among others. Our aim is to navigate through different representations of these women, in different political contexts, searching for continuities and ruptures relating to the meanings of femininity, the ideals of freedom mobilized, and the relationship of women to these ideals. With that, we seek to understand the processes that allow for different forms of appropriation of the same elements (femininity and freedom) on behalf of different political goals.

Key-words

Gender; YPJ; Discourse; Rojava.

Sumário

1. Introdução	11
1.1. O que é Rojava e quem são as YPJ?	11
1.2. Escolhas e percursos: por que as YPJ?	18
2. Mulheres e militarismo	30
2.2. Representações de mulheres no militarismo e a literatura nas Relações Internacionais	30
3. Guerreiras pela Liberdade contra Terroristas	42
3.1. Fetichizando curdas	42
3.2. Ocidentalizando curdas	48
3.3. Projetando a agência liberal e a ideia de liberdade individual	56
3.4. Emasculando os terroristas	73
4. Guerreiras pela Liberdade contra o Estado-nação	83
4.1. Liberdade e lutas sob disputa	83
4.2. Abdullah Öcalan e a liberdade: do comunismo ao libertarianismo	88
4.3. O Confederalismo Democrático e a emancipação feminina em Rojava	94
4.4. Debatendo a emancipação	105
5. Os significados nas promessas e as projeções de nossos desejos	114
6. Referências bibliográficas	131

Lista de figuras

Figura 1 – Soldadas das YPJ	46
Figura 2 – Soldadas das YPJ	47
Figura 3 – Asia Ramazan Antar	49
Figura 4 – Imagem de solidariedade a Rojava	87
Figura 5 – Arte utilizada na capa do livro A Small Key Can Open a Large Door (2015).	87
Figura 6 – Arte de solidariedade a Rojava	98
Figura 7 – Soldada das YPJ	106
Figura 8 – Sala de aula da Akademiya Mezopotamya	107
Figura 9 – Soldada das YPJ	117

*We can only know what we can truly imagine. Finally
what we see comes from ourselves.*

Marge Piercy, *Woman on the Edge of Time*

Introdução

1.1. O que é Rojava e quem são as YPJ?

A região de Rojava, no Curdistão Sírio, é um território cuja independência foi reivindicada por grupos curdos em 2012, à luz de uma guerra civil na Síria que levou ao abandono da região pelo governo local, em um processo chamado pelas/os curdas/os de Rojava de “revolução”. A instituição de Rojava se deu em relação a uma luta curda complexa que começou décadas atrás, em um contexto de políticas intensas de supressão da identidade curda por parte do governo turco, de um histórico de perseguição a esse povo, e de demandas curdas frequentemente ignoradas pelos Estados onde grande parte desse povo se encontrava (Irã, Iraque, Síria, Turquia). Assim surgiu o PKK (Partido dos Trabalhadores Curdos), em resposta a essa situação, na Turquia dos anos 1970 (Marcus, 2007). Logo essa organização se tornou uma milícia armada que lutava a favor da instituição de um Estado independente curdo, angariando cada vez mais apoio e membros. Apesar de não representar toda a luta e reivindicações curdas, que eram e ainda são diversas, o PKK ganhou lugar de destaque e seu legado influenciou a construção de Rojava.

O território de Rojava teve seu governo instituído por uma coalizão curda chamada TEV-DEM (Movimento por uma Sociedade Democrática), na qual o PYD (Partido da União Democrática) assume papel de maior proeminência e é majoritariamente responsável pelo governo da região¹. Rojava é dividida

¹ Bedran Gia Kurd, representante do TEV-DEM, explicou a formação da organização e sua relação com Rojava da seguinte maneira: “Esse movimento foi estabelecido com base no Confederalismo Democrático. As idéias vêm da ideologia de Öcalan. A primeira conferência que estabeleceu o TEV-DEM foi em 2011. Esse sistema começou a partir do movimento de conselhos, e desde o início da revolução, havia muitos civis que ajudaram a estabelecer o sistema, juntamente ao PYD (o Partido da União Democrática). As pessoas perceberam que um partido político não era o suficiente e que elas precisavam de um movimento civil. O TEV-DEM não é apenas o PYD. Há muitas organizações que tomam parte. As pessoas não devem achar que a administração é apenas o governo.

administrativamente em cantões: Kobane (ou Kobani, onde ocorre a maior parte das lutas contra o Estado Islâmico do Iraque e do Levante, também conhecido como ISIS), Jazira, Shabha e Afrin. Como declarado pelo TEV-DEM (Corporate Watch, 2016), e conforme podemos observar na Carta do Contrato Social (Rojava, 2014), a administração da região é inspirada nos preceitos do Confederalismo Democrático, elaborados por Abdullah Öcalan (líder-fundador do PKK e ex-defensor do nacionalismo curdo) durante seu encarceramento na Turquia – onde cumpre pena de prisão perpétua por terrorismo devido à sua atuação no PKK, este por sua vez designado como organização terrorista por países como Estados Unidos e organizações como a União Europeia.

O Confederalismo Democrático de Öcalan, por sua vez, é inspirado pelo municipalismo libertário de Murray Bookchin, libertário estadunidense que chegou a trocar algumas cartas com Öcalan antes de sua morte (Biehl, 2012). Os cantões de Rojava são regiões autônomas, governadas por conselhos tribais, sendo as decisões políticas tomadas em conselhos. Todo posto administrativo ocupado por um homem deve ter uma mulher que seja sua equivalente, pois, segundo Öcalan, “as soluções para todos os problemas sociais no Oriente Médio devem ter a posição das mulheres como foco” (Ocalan, 2013, p.52, tradução nossa)². Öcalan descreve o Confederalismo Democrático, em contraposição ao Estado, da seguinte maneira:

Esse tipo de regulação ou administração pode ser chamado de uma administração política não-estatal ou uma democracia sem Estado. Processos de tomada de decisão democráticos não

Todas as instituições são parte do governo. O TEV-DEM é a instituição civil do governo” (Corporate Watch, 2016). No original: “This movement was established on the basis of democratic confederalism. The ideas come from the ideology of Öcalan. The first conference to declare the establishment of TEV-DEM was in 2011. This system started from the council movement, and right from the beginning of the revolution, there were many civilians who helped to establish the system, along with the PYD [the Democratic Union Party]. People realised that a political party wasn’t enough and that they needed a civilian movement. TEV-DEM is not only the PYD. There are so many organisations that take part. People mustn’t think that the administration is just the government. All institutions are part of the government. TEV-DEM is the civilian institution of the government.”

² Todas as citações neste trabalho cujo texto original é em inglês são de tradução nossa. No original: “The solutions for all social problems in the Middle East should have woman’s position as focus.”

devem ser confundidos com os processos conhecidos por meio da administração pública. Estados apenas administram, enquanto democracias governam. Estados são fundados em poder; democracias são baseadas em consenso coletivo. Cargos públicos no Estado são determinados por decreto, mesmo que sejam parcialmente legitimados por eleições. O Estado usa a coerção como meio legítimo. Democracias se amparam em participação voluntária. (Ocalan, 2011, p.21).³

O PYD e Rojava são apenas uma dentre muitas outras manifestações do movimento curdo contemporâneo: são uma manifestação específica que, inspirada pela reforma no pensamento de Abdullah Öcalan em direção ao Confederalismo Democrático, vai na contramão do nacionalismo curdo (que ainda é defendido por diversos movimentos curdos, o que podemos verificar no Curdistão Iraquiano, por exemplo).

Em Rojava, a defesa armada do território é realizada também por mulheres, através das milícias armadas das YPJ (Unidades de Defesa das Mulheres), que trabalham com outras unidades defensivas, as YPG (Unidades de Defesa Populares), e também integram a polícia local, chamada de *Asayis* (Knapp et al, 2016). Além disso, outras medidas de igualdade foram estabelecidas nos princípios de Rojava, como a necessidade de composição de corpos políticos com ao menos 50% de mulheres (Dirik, 2014). Essas medidas organizacionais de inclusão das mulheres também derivam do Confederalismo Democrático — Öcalan tem um longo histórico de defesa da igualdade das mulheres em relação aos homens, que, em seus escritos, é fundamental para o bom funcionamento do sistema político proposto (Ocalan, 2011) e para o fim das opressões entre seres humanos: “Liberar a vida é impossível sem uma revolução radical das mulheres que mude a mentalidade e a vida dos homens” (Ocalan, 2013, p.51)⁴.

³ No original: “This kind of rule or administration can be called a non-state political administration or a democracy without a state. Democratic decision-making processes must not be confused with the processes known from public administration. States only administrate while democracies govern. States are founded on power; democracies are based on collective consensus. Office in the state is determined by decree, even though it may be in part legitimized by elections. Democracies use direct elections. The state uses coercion as a legitimate means. Democracies rest on voluntary participation”.

⁴ No original: “Liberating life is impossible without a radical women’s revolution which would change man’s mentality and life.”

Há alguns anos, as YPJ, bem como as YPG, têm se engajado em batalhas contra o ISIS, que disputa a região. E, nos últimos anos, as YPJ vêm ganhando cada vez mais atenção e interesse ao redor do mundo, sobretudo no Ocidente, o que se deve principalmente à sua composição feminina, o que coloca em jogo estereótipos de feminilidade (*mulheres lutam? Como elas fazem isso? Como conservam sua feminilidade?*), demandas feministas (*em que sentido, exatamente, a luta pode libertar mulheres? No que consiste essa libertação?*), e outras reivindicações políticas (*o Estado oprime mulheres e por isso deve acabar?*), que vêm sendo disputadas em diferentes narrativas sobre Rojava.

Alguns veículos, ao falar sobre Rojava enfatizam a presença de mulheres – como se isso representasse um eco de demandas feministas ocidentais por mais mulheres em forças armadas – e seus traços mais comumente associados à feminilidade (como a beleza), além do fato de que estão lutando contra o ISIS, organização que atualmente parece ser a principal inimiga do Ocidente e de sua “liberdade”. Essas são, normalmente, as reportagens que mais circulam na Internet, apresentando maior quantidade de resultados em buscas no Google (uma busca por “beautiful girls fighting ISIS” apresentou 1 milhão e 730 mil resultados ao mesmo tempo em que “YPJ revolution” apresentou 219 mil). Manchetes como “Isis are afraid of girls” (“O ISIS tem medo de meninas”) (Dearden, 2016), do jornal *The Independent*, ou “Angelina Jolie curda morreu a lutar contra Estado Islâmico” (Diário de Notícias, 2014), são bastante recorrentes.

Em uma revista masculina, lemos a manchete: “Meet the brave beauty who quit college to go kill ISIS” (“Conheça a gata valente que abandonou a faculdade para ir matar o ISIS”) (Freeman, 2016), publicada na revista *Maxim*, que tem apenas 292 palavras e fracas explicações políticas. Além disso, há um vídeo que retrata uma mulher das YPJ rindo de um tiro que vem de arma do ISIS, que foi muito reproduzido no *YouTube* e em jornais diversos. Na maioria dessas reproduções, explicações conceituais são fracas, textos são pequenos, e existe um foco predominante em elementos como beleza e a luta contra o ISIS. Ocultam-se frequentemente algum histórico curdo, o projeto do Confederalismo Democrático e os objetivos de emancipação política que movimentam Rojava.

Enquanto isso, outros veículos, filiados a correntes libertárias e/ou de esquerda política, colocam ênfase principalmente na realização prática dos preceitos do Confederalismo Democrático em Rojava, e entendem a presença de mulheres na regiãoa como um marco de emancipação popular em relação ao Estado-nação e suas estruturas opressoras, tornando essas mulheres o signo de uma revolução em curso. Por exemplo, em uma reportagem de autoria do ex-diplomata britânico e atual anarquista Carne Ross e publicada na revista *Vice*, de título “The Most Feminist Revolution the World Has Ever Witnessed” (“A Revolução Mais Feminista que o Mundo Jamais Testemunhou”) (Ross, 2017). Já a ativista curda Meral Cicek (2015) explica, em texto, “Why the Rojava Revolution is a Women’s Revolution” (“Por que a revolução de Rojava é uma revolução das mulheres”).

Como falamos de discursos, é impossível que eles se esgotem em apenas duas possibilidades narrativas. Tentaremos explorar dissidências mais detalhadamente nos capítulos 4 e 5; mas, para o propósito de organização desta dissertação, traçamos aqui essa separação fundamental. Tendo em vista esse contexto de disputa, esta dissertação tem como objetivo mapear os diferentes entendimentos de gênero que são mobilizados em três vias narrativas diferentes circundando Rojava: a grande mídia internacional, movimentos emancipatórios e/ou auto-identificados como de esquerda política, e os materiais de divulgação que vêm de Rojava. As principais perguntas que visamos responder são, então: i- como construções de gênero e imagens de feminilidade são reiteradas e/ou contestadas nessas diferentes instâncias?; ii- quais são as rupturas e/ou continuidades nessas diferentes representações de mulheres?; e iii- em quais sentidos, e em relação a quais referenciais políticos, Rojava é entendida como um “avanço” para a libertação das mulheres?

É inegável que, mesmo que a partir de diferentes ângulos, um avanço político positivo é reconhecida em Rojava, especialmente por causa da presença de mulheres nas forças armadas, fenômeno enfatizado por todos os lados. Mas *qual* avanço, e o que essas mulheres representam exatamente está em disputa: pode ser um ganho para o feminismo liberal, um ganho para movimentos de esquerda emancipatória, a dissolução da feminilidade ou uma reestruturação desta.

Essas mulheres e sua luta também parecem ser sempre associadas à liberdade ou libertação, mas esses dois termos também são mobilizados em sentidos diferentes de acordo com os contextos e os interesses dos agentes envolvidos.

O fenômeno de Rojava e o interesse ocidental generalizado por ele (inclusive o nosso) envolvem uma série de variáveis diferentes: uma espécie de fetiche com uma feminilidade violenta que parece desafiar estereótipos de passividade feminina, a existência de um inimigo comum representado pelo ISIS, a busca pela corroboração de diferentes ideais de liberdade, uma determinada forma de organização política que pode ser interpretada como emancipatória e revolucionária, um histórico de lutas específico dos curdos, dentre outras coisas. Não podemos e nem temos o objetivo de mapear todas essas variáveis, mas sim navegar pelas diferentes representações de mulheres das YPJ – tanto em relação às questões de gênero quanto à questão da liberdade –, levando em consideração os contextos políticos dentro dos quais essas representações passam a fazer sentido.

Há pouquíssimo acúmulo teórico sobre a questão de Rojava nas Relações Internacionais enquanto disciplina, sendo tal questão apenas *uma* manifestação bastante recente e particular dos movimentos curdos, dentro dos quais observamos todo tipo de divergência teórica, de objetivos e de métodos. O PKK (Partido dos Trabalhadores Curdos), por exemplo, refletiu por anos aspirações nacionalistas voltadas à construção de um Estado-nação curdo, tendo Abdullah Öcalan se comprometido com as mesmas antes de propor e defender o Confederalismo Democrático, que, por sua vez, é compreendido como uma alternativa emancipadora em relação ao Estado-nação, por produzir sua descentralização a partir de estruturas horizontalizadas de governo popular.

Os posicionamentos de grandes Estados e organizações mundiais em relação à questão curda também variam. Hamit Akin Ünver (2015) fez uma análise de discursos legislativos sobre a questão curda (e não especificamente Rojava) por parte da Turquia, Estados Unidos e União Europeia. Ele ressaltou dois discursos diferentes e amplamente utilizados: um que é estatista e que enfatiza ameaças curdas à segurança de Estados, trazendo à tona o “terrorismo” do PKK, que vem majoritariamente de grupos considerados de direita; e outro

discurso que é não-estatista, que enfatiza direitos humanos e abusos de autoridade contra curdos, vindo majoritariamente de grupos considerados de esquerda. Apesar de discursos legislativos não serem nosso objeto de análise, é dentro desse contexto de compreensões políticas prévias que Rojava se encontra.

Mas o olhar público sobre essa região acaba sendo predominantemente focado na questão das mulheres locais, diferentemente do contexto analisado por Ünver. Então, a questão de gênero se torna essencial, e compreensões sobre libertação feminina e igualdade de gênero acabam permeando todos os olhares sobre Rojava, que costumam sempre focar nas YPJ. Por um lado, décadas de acúmulo no feminismo liberal reivindicam maior participação feminina em exércitos *nacionais* e contra “inimigos” do Ocidente, o que se reflete em algumas interpretações das YPJ e revela um foco na questão da segurança, como os grupos de direita analisados por Ünver, mas, nesse caso, o ISIS é visto como ameaça e não os curdos.

Porém, essas narrativas ocultam o histórico do PKK e do Confederalismo Democrático, as reivindicações postuladas pelo povo de Rojava, bem como a perseguição que este sofre por parte do governo da Turquia. Nesse sentido, essas mulheres aparentam ser livres por terem livre mobilidade em uma instituição militarizada e por combaterem terroristas. Por outro lado, os discursos de esquerda analisados revelariam a “consciência do não-estado”, segundo Ünver, enxergando também no Confederalismo Democrático uma alternativa para a emancipação de mulheres que, desafiando estereótipos de gênero, desafiam também o Estado-nação. Nesse outro sentido, essas mulheres parecem ser associadas à liberdade por colocar em questão a construção do Estado-nação.

Então, como discursos dependem de contextos para que façam sentido, nossa análise se dá em relação a dois panos de fundo diferentes (simplificados temporariamente aqui para fins de organização textual): uma tendência de reiteração do modelo de Estado-nação ocidental através de ideais liberais, prezando pelo papel das mulheres na defesa; e outra que vem de ideais emancipacionistas de dissipação do Estado-nação, por este ter como uma de suas características a opressão das mulheres, motivo pelo qual estas se tornam um marco e um indicador de emancipação.

1.2. Escolhas e percursos: por que as YPJ?

Ouvi falar das curdas das YPJ algumas vezes, superficialmente, antes de descobrir do que se tratava o assunto para além de uma noção de que existem, em algum lugar do mundo, mulheres curdas que pegam em armas por algum motivo. Li algumas reportagens da mídia estadunidense, e também tive algumas experiências que me colocaram em contato com o assunto — em 2016, por exemplo, em um bloco de carnaval carioca chamado “Pula Roleta” (derivado das manifestações de 2013, que tiveram como uma de suas pautas a livre circulação de pessoas pela cidade), havia uma moça vestida de “guerreira curda”, cuspiendo fogo de um “fuzil” feito de cartolina e fita isolante preta. Mas só fui descobrir mais detalhes através de uma palestra, na UFRJ, feita por um jornalista anarquista estadunidense autointitulado “El Errante”, que esteve em Rojava e fez uma série de anotações sobre sua experiência. Nesse evento, descobri mais detalhes sobre as divisões internas de Rojava, o projeto político por trás de tudo isso, o interesse de anarquistas pelo assunto e outras coisas.

E, a partir disso, meu interesse também cresceu por uma série de motivos. Como mulher, já pensei bastante em como seria responder com força física a assédios na rua ou a violências machistas diversas contra mim ou amigas. Isso, eu acredito, é um dos muitos fatores que faz com que seja fácil a construção de um fetichismo ocidental com as imagens das curdas carregando fuzis (mulheres que parecem se impor e enfrentar aqueles que as subjagam), reiteradas por diversas mídias e organizações ocidentais, que acabam por incorporar desejos que nos sentimos obrigadas a reprimir. O fuzil tem um peso simbólico especialmente relevante: serve para intimidar as pessoas, quando é portado por policiais que rondam a cidade com seus fuzis saindo pela janela; ou por traficantes desempenhando funções de vigia na entrada de favelas; ou por soldados ocupando cidades como o Rio de Janeiro. Quase sempre homens. O fuzil é um dos símbolos fálicos da guerra dos quais Carol Cohn (1987) falou, que dá peso à masculinidade que se afirma a partir do poder sobre a vida do outro. Assim, esse fuzil que, por ter esse poder, pode também ter poder sobre a preservação da vida de quem o porta (ao menos em nossa imaginação), agora é manuseado não apenas por mulheres, mas por mulheres que fazem parte de um grupo historicamente

massacrado pelos *mais fortes*. É um fuzil que pode simbolizar (e muitas vezes simboliza) autopreservação e autodefesa, além da retomada de algo que vem sendo violentamente retirado de alguém.

Em um vídeo circulado em 2017, vemos uma mulher curda, vestindo roupas militares e segurando um fuzil atrás de um muro, rindo depois que uma bala (supostamente disparada por um combatente do ISIS) passou bem ao lado de sua cabeça, atingindo a parede atrás dela (Webb, 2017). Essa cena, ao isolar todos os outros elementos que a constituem — toda a dor que uma guerra traz, o fato de que uma guerra sempre tem motivações e sempre traz consigo demandas, o fato de que há sempre uma longa história por trás de uma guerra —, resume o nosso fascínio com a feminilidade que carrega um fuzil. Por esse mesmo motivo, esse vídeo foi tão disseminado, ao contrário dos textos divulgados pelos curdos de Rojava em que articulam suas demandas, que permanecem nas “notas de rodapé” da Internet.

Esse vídeo introduz a discussão da última seção do nosso terceiro capítulo, mas, por agora, cabe ressaltar alguns fatores centrais a ele: a mulher está enfrentando o barbarismo que o ISIS representa, mas também está rindo do caráter ridículo de um homem que tem medo de mulheres. Nesse mesmo sentido, uma das notícias mais disseminadas pela mídia internacional sobre a luta entre curdos e o ISIS na região de Kobane (um dos cantões que constituem Rojava) é a fala atribuída a uma soldada sobre o medo que integrantes do ISIS têm de morrer pelas mãos de mulheres (Dearden, 2015), pois isso os impediria de chegar no paraíso. Dessa forma, dentro do imaginário social que essas notícias reforçam e constroem, os “bárbaros”⁵ são apavorantes, mas também se tornam alvo de

⁵ Tzvetan Todorov estuda usos da palavra “bárbaro” nas relações entre povos diferentes, fenômeno que remonta à Grécia Antiga. A imagem do *bárbaro* foi, e ainda é muitas vezes mobilizada em favor de projetos de universalização de valores como os coloniais, que foram baseados, por exemplo, na conversão de outros povos ao cristianismo, cuja justificativa recorria ao “barbarismo” do outro. Em linhas gerais, imagina-se os supostos bárbaros como “[...] aqueles que não reconhecem que os outros são humanos como eles [...] ou os julgam como sendo incapazes de serem racionais e, portanto, de negociar (preferem lutar), e não merecedores de uma vida livre (são subjugados por um tirano); eles vivem em meio apenas de suas relações consanguíneas e ignoram a vida em comunidade governada por leis comuns (são selvagens e vivem espalhados)” (Todorov, 2010, p.16). Atualmente, o termo “bárbaro” é frequentemente mobilizado em discursos orientalistas. Utilizaremos esse termo várias vezes nesta dissertação, dada sua relevância em relação ao ISIS dentro de narrativas sobre as YPJ. Citação no original: “[...] those who

ridicularização por temerem o progresso ocidental que uma mulher pegando em uma arma pode representar.

Imagens de mulheres segurando fuzis em atos de autodefesa também fazem com que seja possível enxergar uma possibilidade de mudança em algum lugar, sendo outro fator chave no interesse que Rojava desperta em certas ativistas, pessoas autoproclamadas de esquerda, libertárias e/ou anarquistas, acadêmicos e estudantes universitários. Em muitas áreas acadêmicas, principalmente, nós discutimos muito os funcionamentos das lógicas do poder, mas falamos pouco das possibilidades de resistência em termos de construções concretas, o que acaba por gerar em muitos de nós uma angústia derivada da dificuldade em enxergar horizontes de mudança possíveis. Esses fatores compõem um contexto de desejos e aspirações que influenciarão a leitura feita por diferentes sujeitos e coletivos a partir do fenômeno de Rojava (eu inclusa, através deste trabalho).

As YPJ não são as únicas mulheres curdas que lutam, nem a única milícia curda que conta com a presença de mulheres. O PKK e as Peshmerga, forças armadas do Curdistão Iraquiano, contêm mulheres em suas linhas de frente há décadas, que ultimamente também vêm sendo alvos de reportagens protagonizadas por sua feminilidade, como as combatentes das YPJ. As Peshmerga, no entanto, são mais controversas por fazerem parte de um movimento nacionalista curdo com alianças políticas questionáveis⁶. Já o PKK tem histórico de classificação como organização terrorista. As YPJ, ao contrário, incorporam uma ambiguidade política mais densa: a feminilidade militarizada de suas soldadas pode representar uma luta liberal pelo fim do terrorismo e pela “liberdade”, ou uma promessa utópica emancipatória (da qual as Peshmerga não fazem parte, por constituírem forças nacionalistas e associadas à “velha política”).

do not acknowledge that others are human beings like themselves [...] or judge them as being incapable of reasoning and thus of negotiating (they prefer to fight), and unworthy of living freely (they remain in subjection to a tyrant); they frequent only their blood relations and are unacquainted with the life of the community as ruled by common laws (they are savages and live scattered apart).”

⁶ Alianças que incluem a própria Turquia (Lortz, 2005), país historicamente responsável pela perseguição de populações curdas.

É nessa ambiguidade, que se faz notar através de diferentes apropriações narrativas feitas das curdas por diferentes veículos, com diferentes influências políticas, que está nosso interesse. Como a feminilidade é mobilizada, e como as mesmas mulheres, lutando as mesmas lutas, podem incorporar ideais políticos diferentes? De qual feminilidade estamos falando, e quais são os usos possíveis para essa construção? É por isso que escolhemos as curdas das YPJ como objeto – e não as Peshmerga, e nem qualquer outro grupo de mulheres militares –, e são essas as rupturas e continuidades que buscaremos localizar, com o objetivo de compreender melhor quais são as formas através das quais ideais de mulheres, de liberdade e de libertação feminina podem ser mobilizados para diferentes fins. Em um contexto global onde questões de gênero são cada vez mais inseridas em grandes agendas, algumas autoras, como Nancy Fraser (2013), identificam uma disputa de pautas no feminismo: por um lado, existe uma tentativa de incorporá-las no neoliberalismo e em suas grandes instituições; por outro lado, o feminismo também pode significar uma demanda por emancipação em relação a essas estruturas. Fenômenos como as YPJ acabam sendo objetos dessa disputa, o que se dá por meio da aplicação de diferentes lentes em narrativas sobre eles.

Da mesma maneira, as ideias de “libertação feminina” e de “direitos das mulheres” já estão bem estabelecidas em parte considerável do mundo ocidental. Nesse sentido, diversas teóricas apontam para os usos desses conceitos para fins políticos diversos, como a invasão do Afeganistão em nome da “libertação” das mulheres muçulmanas (ver Butler, 2015a; Zine, 2006). Nesse sentido, esses conceitos não são estáticos, mas sim muitas vezes vazios e abertos à ocupação pelos mais diversos propósitos. Então, pensar em formas de (des)fazer o gênero, de emancipar mulheres e de melhorar as vidas de minorias sexuais não é uma tarefa fácil, sendo comum que discursos de libertação sejam instrumentalizados em nome de outros propósitos políticos e econômicos. Além disso, autoras como Vivienne Jabri (2004) também apontam para a inserção de certas demandas feministas em um pensamento da totalidade liberal, presente em governos nacionais e grandes instituições e organizações internacionais, através do qual mulheres ocidentais são estabelecidas como um padrão universal que deve ser seguido, subsumindo toda diferença a esse padrão.

É assim que as curdas das YPJ constituem um objeto muito valioso para que observemos os diferentes jogos que são feitos com demandas de emancipação e libertação feminina, além das diferentes maneiras através das quais continuamos manipulando o gênero em nossos discursos políticos, seja perpetuando ou rompendo ideais de gênero, por meio de um fetiche com uma feminilidade violenta. Sob a proposta genérica de libertação feminina, que é entendida de formas diversas, há discursos que competem uns com os outros. Através de um olhar para esse objeto, conseguimos localizar essas disputas narrativas e manipulações do gênero. E, através de uma análise desse objeto, é possível que compreendamos melhor como o gênero pode se tornar uma ferramenta política – e, assim, talvez também como usá-lo em nosso próprio favor. O que pode significar libertação feminina e qual é a libertação que se quer? No meio desse processo, podemos também compreender melhor como os estereótipos de feminilidade militarizada, que várias teóricas nas Relações Internacionais têm estudado, entram em jogo nessas disputas, acabando por servir a diferentes fins. Nesse sentido, este trabalho busca criar um diálogo e trazer novas contribuições para esse corpo teórico.

É desse modo que análises discursivas são fundamentais, e é por isso que escolhemos esse percurso. Estamos falando de construções imaginárias, como o gênero ou o Estado, que ganham mais ou menos legitimidade e passam a se manifestar de acordo. Em relação ao Estado, Michael Taussig nos aponta para algo nesse sentido em *The Magic of the State* (1997), onde ele desenvolve uma narrativa fictícia para explorar como certos elementos do Estado ganham qualidades antropomórficas imaginárias, assumindo uma aura mística que concede força a eles. Sobre gênero, é importante afirmar que nossa concepção de gênero não o enxerga como algo natural, mas sim *performativo*, conforme os estudos de Judith Butler. Para nós, o gênero não é relacionado a um corpo “natural”; não é decorrente de uma natureza inescapável, mas sim um ideal imaginário, reforçado por normas e discursos que partem dos agentes – mas também os precedem – e que são construídos de forma que aparentam ser uma verdade incontestável:

Porque não há nem uma “essência” que o gênero expressa ou internaliza, nem um ideal objetivo para o qual o gênero aspira;

porque o gênero não é um fato, os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos, não haveria gênero. O gênero é, então, uma construção que regularmente oculta sua própria gênese. (Butler, 1988, p.522)⁷

A ocultação da própria gênese da construção do gênero é aquilo que faz com que aparente ser um *fato natural*, simplesmente dado. “Mulher” e “Homem” integram um binário de gênero imaginário, reiterado por meio de discursos. Esse imaginário afeta a leitura que fazemos de corpos — enxergamos um corpo e tentamos imediatamente encaixá-lo como um “Homem” ou uma “Mulher”, pois as normas estabelecem a existência exclusiva desse binário, e nós frequentemente o *performamos* de uma forma ou outra, em um contexto normativo que estabelece esse binário como única verdade possível.

Então, discursos sobre gênero são fundamentais na regulação da existência dos gêneros e das formas que os concebemos. Acreditamos que há uma construção chamada Mulher, que nosso corpo corresponde (ou não) a essa construção, e, assim, mais comumente do que não, reiteramos diversos dos estereótipos que constituem supostamente o ideal imaginário daquilo que é uma Mulher (ou um Homem, em seu oposto diametral). A partir, também, do reforço desse binário, passamos a lidar com uma conjuntura que subordina mulheres a homens. Esses discursos de gênero não apenas definirão o que pensaremos sobre nós mesmas e sobre as pessoas em geral, mas também estruturarão nossa política, determinando os lugares que as pessoas ocuparão no mundo em que vivem. No entanto, justamente porque o gênero não se trata de um fato natural, *ele também é contingente*. As ideias que associamos a mulheres e homens, bem como os espaços em que transitam ou as formas que as pessoas apresentam seus corpos, não se configuram como destinos inevitáveis, mas variam histórica e geograficamente.

Observamos, aqui, que muitos veículos dizem muitas coisas diferentes sobre um mesmo fenômeno, e isso está diretamente conectado a aspirações políticas que possuem mais ou menos *força para se tornarem legítimas e/ou*

⁷ No original: “Because there is neither an 'essence' that gender expresses or externalizes nor an objective ideal to which gender aspires; because gender is not a fact, the various acts of gender creates the idea of gender, and without those acts, there would be no gender at all. Gender is, thus, a construction that regularly conceals its genesis”.

dominantes. Através de diferentes discursos de gênero, podemos colaborar para alterar ou manter a configuração que o gênero toma no mundo, bem como as formas de apropriação do gênero para fins políticos diversos. Os “fatos” que observamos são estruturas políticas que dependem de discursos para sustentar sua legitimidade. Nem gênero, nem Estado, nem nenhum sistema econômico ou político são dados naturais para os quais podemos simplesmente olhar sem nenhuma influência de nenhum valor previamente determinado – ao contrário, dependem de sistemas de significação e repertórios conceituais nos quais nos amparamos. Por isso, o método que escolhemos é a análise de discurso. Se pensarmos na constituição de um imaginário a partir de narrativas, a linguagem é necessariamente o meio fundamental por onde isso deve acontecer.

A análise de discurso, segundo Orlandi, tem relação fundamental com imaginários políticos:

[...] a ideologia é vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência. No discurso, o mundo é apreendido, trabalhado pela linguagem e cabe ao analista procurar apreender a construção discursiva dos referentes. (Orlandi, 1994, p.56)

Assim, nosso papel será de analisar os imaginários políticos que estão em jogo nas narrativas sobre o exército de mulheres em Rojava. Como esses imaginários se manifestam, sob quais premissas eles se dão, e como eles definem nossas condições de existência, ou seja, aquilo que acreditamos ser possível viver? Orlandi escreve, ainda:

No que diz respeito ao ideológico, não se trata de procurar "conteúdos" ideológicos que seriam a ocultação da realidade, mas justamente os processos discursivos em que ideologia e linguagem se constituem de forma a produzir sentidos. Na Análise de Discurso se trabalha com os processos de constituição da linguagem e da ideologia e não com seus "conteúdos". A ideologia não é "x", mas o mecanismo de produzir "x". (Orlandi, 1994, p.56).

Ou seja, é importante notar que não existe uma verdade ou um fato *prévio* às ideologias que permeiam os discursos que analisaremos, ou um conteúdo ideológico que seria “a ocultação da realidade”. Nossa questão aqui, por exemplo, não é se as mulheres em Rojava são *no fundo* libertas ou não, são *realmente* um “avanço para a humanidade” ou não. Estamos falando de ideologias através das

quais as imagens que temos dessas mulheres são constituídas, e que, como consequência desse processo, participam da própria realidade que observamos (e não de uma *aparência* ocultando a *essência*). Nosso papel é estabelecer como essas ideologias se manifestam na construção de nosso imaginário sobre esse objeto e quais são os mecanismos de produção desses imaginários políticos. Neste trabalho, olharemos para nossos objetos de análise discursiva tentando localizar as instrumentalizações (bem como as *omissões*, que serão igualmente importantes) envolvendo as YPJ, tentando compreender de quais formas elas reiteram ou desafiam estereótipos, reforçam determinada ordem ou buscam derrubá-la.

À exceção dos materiais elaborados pelos próprios curdos de Rojava, especialmente a Carta do Contrato Social (Rojava, 2014), nosso recorte de materiais de análise será principalmente de veículos ocidentais. Primeiramente, devido ao fácil acesso a materiais de língua inglesa, mas também devido ao predomínio do interesse na região de Rojava em pessoas ocidentais, de diferentes orientações ideológicas, que encaixam o fenômeno das YPJ em diferentes pressuposições políticas. Além disso, parte do nosso interesse e de nossa discussão, nesta dissertação, é também relacionada aos potenciais olhares e representações orientalistas⁸ que perpetuamos ao retratar as mulheres das YPJ.

Judith Butler também utiliza um conceito que será útil para nossa análise de discursos: enquadramento (Butler, 2015a). O enquadramento (que vem da palavra *frame*, em inglês), pode se referir tanto a um quadro (algo que

⁸ O termo “orientalismo” vem de uma tradição acadêmica e é utilizado aqui no sentido explorado por Edward Said em *Orientalismo*, obra que veio a se tornar referência no assunto. O orientalismo “[...] é um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre “o Oriente” e (na maior parte do tempo) “o Ocidente”. Então, uma grande parcela de escritores, dentre os quais poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, aceitaram a distinção básica entre Ocidente e Oriente como ponto de partida para teorias elaboradas, contos épicos, romances, descrições sociais e relatos políticos sobre o Oriente, suas pessoas, costumes, “mente”, destino etc.” (Said, 2003, p.2-3). Trata-se de uma tradição ocidental de narrar “O Oriente”, formando uma história única e reducionista do que é O Árabe – que se imagina, por exemplo, como uma criatura exótica, sexualmente reprimida, permeada de tabus, de práticas bárbaras etc. O orientalismo é, ao mesmo tempo, causa e efeito de relações complexas de poder, dominação e colonizações. Ele permeia narrativas que se baseiam em uma diferença irreparável entre o eu e um Outro, que se passa a definir como diametralmente oposto. Uma manifestação comum do orientalismo é aquela que descreve esse Outro como “bárbaro”.

supostamente restringe aquilo que vemos ao que está dentro de suas molduras), quanto àquilo que se diz comumente que a polícia faz com seus suspeitos (“enquadrar alguém em certo crime”). Mas, apesar de a cena retratada por um quadro estar restrita a suas molduras, o contexto desse quadro é também relevante para sua compreensão: não importa apenas o que o quadro retrata, mas também onde ele está, quem está olhando para ele etc. O quadro sempre vai além do pequeno universo das molduras. Segundo Butler:

(...) questionar a moldura significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena que se propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível. A moldura nunca determinou realmente, de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. Algo ultrapassa a moldura que atrapalha nosso senso de realidade; em outras palavras, algo acontece que não se ajusta a nossa compreensão estabelecida das coisas (Butler, 2015a, p.24).

É assim que o quadro tem relação com o ato policial de *enquadrar*: a ideia de “enquadramento de suspeitos”, comumente associada à situação do racismo nos Estados Unidos, se refere a uma situação onde a polícia presume que alguém é responsável por um crime (normalmente porque possui certas características, como, por exemplo, ser negro ou muçulmano), e manipula uma situação de forma que o suspeito fique contido em posição de responsabilidade. O enquadramento, portanto, sempre implica na projeção de algo de nós mesmos — nesse caso, a pressuposição da culpa de um *outro* devido a alguma característica que este possui, pode ser a projeção dos preconceitos de alguém em posição de poder. Uma cena nunca é narrada ou enxergada de forma objetiva, mas depende das significações que damos a ela. A leitura de discursos, nesta dissertação, será feita à luz do conceito de enquadramento conforme utilizado por Butler, e, por esse motivo, essa palavra será recorrente. Como as pessoas enquadram as curdas? Ou seja, onde o quadro delas é colocado, o que está fora dele, por que as molduras são colocadas onde são e o que isso diz sobre quem as colocou?

Tendo feito essas considerações, tentarei delinear o percurso que tomaremos daqui para frente. A dissertação se desdobrará em 4 capítulos além desta introdução. No capítulo 2, tentaremos articular o tema que escolhemos em um contexto maior onde ele se encaixa: a questão das mulheres combatentes e das

articulações de estereótipos de gênero em conflitos, o que faremos através de uma leitura dos trabalhos de algumas teóricas feministas das Relações Internacionais. Essa base atravessará nossas interpretações de imagens das YPJ construídas em diferentes narrativas. No capítulo 3, observaremos um tipo discursivo sobre as YPJ mais comum em notícias veiculadas por mídias “*mainstream*”⁹ ocidentais, que foca especificamente em sua luta contra o ISIS e em seus traços de feminilidade, ocultando parcelas da discussão política subjacente.

Selecionamos reportagens jornalísticas publicadas pelos jornais e revistas: Maxim, Vice, The Sun, The Christian Post, Daily Mail, Mirror, Diário de Notícias, Independent, New York Post e NY Daily News. As reportagens mencionadas foram analisadas com base no tipo de narrativa que utilizam em relação às YPJ, e também devido à grande circulação dos veículos onde estão situadas. A língua original da maioria das notícias é o inglês pois essas costumam ter circulação On-line mais ampla no Ocidente. Ao longo do capítulo, olhamos para textos nas reportagens e também listamos suas manchetes. Estas são especialmente relevantes pois nesse capítulo observamos a ocorrência de *repetições* e *destaques* de temas e vocabulários, e também aquilo que *não* é dito; compreendemos omissões e repetições também como partes do discurso. Três nomes, em particular, atravessarão capítulo: Joanna Palani, Asia Ramazan e Rehana, protagonistas de muitas reportagens sobre as YPJ. Com isso, buscaremos entender ao que é associada a feminilidade dessas mulheres e qual é a importância desta, e como se define o propósito de sua luta. Essa análise é feita paralelamente a uma discussão teórica sobre orientalismo e feminismos liberais, necessária para se compreender a utilização de certos termos, e a repetição de certos temas, para se referir às YPJ.

No capítulo 4, lemos perspectivas sobre as YPJ que associam o grupo a uma revolução (termo cujo significado é elaborado no capítulo). A maioria dos textos que observamos nesse capítulo não são notícias curtas e têm como característica serem mais longos e detalhados, às vezes também melhor pesquisados, do que no tipo de narrativa explorado no capítulo 3. Alguns são elaborados por atores ocidentais e outros não. Alguns foram publicados em veículos que também apareceram no capítulo 3, a maioria não; em geral, não têm

⁹ Chamamos essas mídias de “*mainstream*” pois a maioria delas são de grande circulação internacional, atravessando diferentes tipos de público.

tanta circulação. Por esse motivo, a análise nesse capítulo não é mais tão focada em repetições e omissões quanto em uma análise conceitual de certos termos-chave recorrentes nesse tipo de narrativa – como revolução, emancipação, libertação, Estado – e a relação das mulheres com tudo isso, o que se mostra diferente da perspectiva vista no capítulo 3. Os materiais que olhamos esse capítulo foram escritos por militantes anarquistas (individualmente ou através de coletivos/organizações), ativistas curdas e acadêmicos ocidentais. Mencionamos textos de David Graeber, Janet Biehl, Gilles Dauvé, Petar Stanchev, Carne Ross, Dilar Dirik, Meral Cicek, o coletivo *Strangers in a Tangled Wilderness*, as organizações Rojava Solidarity NYC e The Anarchist Federation in London, e The Anarchist Library. Para compreender essas perspectivas, lemos Öcalan e suas ideias sobre libertação feminina e liberdade, que influenciaram a organização de Rojava e que são comumente mencionadas como um pilar dessa revolução.

Apesar de nos propormos aqui a analisar interpretações *sobre* Rojava, ao longo desta dissertação mencionamos também conteúdo formulado em Rojava, como a Carta do Contrato Social (2014) e a carta de propósitos das YPJ (YPJ, 2014). Esses materiais não são o foco desta dissertação, portanto, não faremos uma discussão aprofundada ou uma análise especificamente sobre eles – apesar de se tratar de conteúdos que merecerem uma outra pesquisa específica. No entanto, decidimos mencioná-los em alguns momentos do texto como forma de criar contraste entre narrativas ocidentais, e destas em relação às narrativas de Rojava, de maneira a evidenciar pontos onde interpretações divergem e diferentes enquadramentos entram em jogo. Com isso, também tentamos não incorrer no erro de analisar narrativas sem incluir nessa análise aspectos contextuais tão importantes quanto esses materiais.

Nota-se aqui, também, que utilizaremos algumas fotografias e materiais gráficos ao longo da dissertação, já que nossa análise é focada no tipo de imagem dessas mulheres que vem sendo narrativamente construído – e isso acontece ambos através de textos e de materiais visuais –, bem como os contextos dentro dos quais essas imagens são mobilizadas. O capítulo 5 funciona como a conclusão de nossa análise, buscando rupturas e continuidades nos discursos sobre as curdas. Nesse capítulo, retomamos alguns temas que acabaram atravessando o trabalho:

os diferentes significados dados à feminilidade, libertação, emancipação e igualdade de gênero; contextos interpretativos e bagagens culturais onde esses significados se dão; bem como o papel de uma pesquisa que se dedica a compreender tudo isso e a importância de novas possibilidades imaginativas.

Mulheres e militarismo

2.1. Representações de mulheres militares e a literatura nas Relações Internacionais

Neste trabalho, tratamos de narrativas (em grande parte ocidentais) que envolvem as mulheres curdas nas YPJ. São tipos narrativos diferentes, que entram em conflito, mas também se complementam em certa medida. Envolvem, primeiro, um exercício midiático generalista que objetifica e sexualiza as mulheres das YPJ, focando em seus pontos de feminilidade, e, assim, ocultando detalhes políticos contextuais. Em segundo lugar, observamos também narrativas múltiplas (e multifacetadas) que colocam as curdas das YPJ como sinalizadoras de uma revolução contra o Estado liberal e/ou como produtos de uma luta política maior do que apenas a derrota do ISIS. Independentemente disso, essas mulheres despertam um fascínio generalizado em diferentes pessoas, com diferentes filiações político-ideológicos. O fato de *serem mulheres em um espaço militarizado* é reiteradamente protagonista em narrativas sobre elas, mesmo em algumas que entram em conflito entre si, e mesmo que o fato de elas serem mulheres em um espaço militarizado possa sinalizar diferentes coisas através de diferentes lentes.

Esse fascínio que elas despertam mobiliza arcabouços mais amplos de representações históricas, que dizem respeito a feminilidades militarizadas, exotificação de mulheres muçulmanas, construções ocidentais do *terrorista*, da *liberdade* e do *barbarismo*. O fascínio em relação às curdas das YPJ é um fenômeno histórico e culturalmente localizado. Nesta seção, analisaremos, através da literatura das Relações Internacionais, o contexto contemporâneo de representações de mulheres no militarismo para que possamos entender parte do contexto em que diferentes significados são dados às YPJ.

As imagens que temos de mulheres militares – como as das YPJ – vem fluindo com o tempo. A repercussão (em geral, positiva) que as YPJ têm no Ocidente atualmente não existiria em *qualquer* contexto temporal. No contexto da Guerra Fria, Jean Bethke Elshtain (1987) escreveu um livro que veio a se tornar referência importante no feminismo das Relações Internacionais, em relação a mulheres na guerra e no conflito: *Women and War*. Nele, ela argumenta que, na construção dos imaginários ocidentais da guerra (onde mobilizam-se pessoas, afetos e bens), atribuições de gênero também entram em jogo. Segundo a análise de Elshtain, o lugar social e culturalmente designado às mulheres em situações de guerra é o de não-combatentes – elas são entendidas como seres *naturalmente* pacíficos. Dentro da nação ocidental (recorte de Elshtain), então, o local ao qual as mulheres eram designadas em tempos de guerra era o de cuidadoras, responsáveis pela manutenção do lar na ausência do Homem. Este, por sua vez, cumpre o papel imaginário de Guerreiro Justo, responsável por defender a nação de ameaças externas nos campos de batalha.

Esses papéis que Elshtain localiza, contudo, não se tratam de destinos inevitáveis, mas sim de construções que influenciam e, ao mesmo tempo, são influenciadas pelos nossos modos de viver e pensar. Por isso mesmo observamos, em tantas instâncias históricas, mulheres cumprindo o papel de combatentes: ser não-combatente não é uma característica “biológica” ou “natural” que define uma mulher. Ao desenvolver seu livro sobre os estereótipos de gênero que permeiam a guerra, a própria Elshtain também olha para casos de mulheres que lutam, como algumas soldadas famosas na União Soviética. Desde a época de *Women and War* (1987), trabalho bastante importante de Elshtain e que influenciou em grande medida o feminismo nas Relações Internacionais, a participação de mulheres em exércitos cresceu bastante, assim como as produções teóricas sobre o assunto (ver Sjoberg & Via, 2010; Sjoberg, 2013). É no contexto contemporâneo de mulheres combatentes que se encaixam as integrantes das YPJ.

Contudo, não observamos, nas últimas décadas, uma dissolução de todos os ideais do que é uma Mulher, nem a desconstrução radical de todos os gêneros – muitos dos mesmos estereótipos que existiam quando Elshtain escreveu *Women and War*, por exemplo, ainda são reforçados nos dias de hoje. Mas, observamos

contingências na construção e no trânsito dos gêneros pelo mundo. Por exemplo, mulheres vêm ganhando cada vez mais espaço em exércitos nacionais, e existem cada vez mais métodos políticos que visam a inclusão de mulheres em órgãos de defesa, como as práticas de *gender mainstreaming* e *gender-balanced decision-making* (ver Krook & True, 2010), ambas defendidas por órgãos internacionais como a ONU. Mas isso não significa que houve um desmantelamento ou uma dissolução dos estereótipos de feminilidade.

Dois casos contemporâneos e emblemáticos envolvendo mulheres militares foram muito explorados simbolicamente e já são bastante estudados nas Relações Internacionais: são os casos de Jessica Lynch e de Lynndie England. Ambas são estadunidenses, e seus casos repercutiram principalmente nos Estados Unidos (país que tinha mais interesses em jogo nessas mulheres), mas também no resto do mundo. Eles nos ajudam a enxergar as formas pelas quais o Ocidente concebe feminilidades militarizadas, algo que também influencia, em grande medida, as (muitas) narrativas em torno das curdas das YPJ. É importante ressaltar o fato de que essas são narrativas ocidentais. Neste trabalho, analisaremos narrativas curdas nos capítulos 3 e 4, mas boa parte de nossos objetos de análise são discursos ocidentais. Se estamos falando, justamente, de *panos de fundo ideológicos* em relação aos quais as curdas são vistas, um deles é o pano de fundo do liberalismo estadunidense e seus ideais de feminilidade, especialmente naquilo que tange a feminilidade militarizada, incorporados pelas curdas.

Esses dois casos nos ajudam a pensar sobre como funcionam as flutuações onde mulheres passam a adentrar esferas masculinizadas, ao mesmo tempo em que o gênero feminino e seus estereótipos – que muitas vezes contradizem a própria existência de mulheres em exércitos, como é o estereótipo da mulher como figura maternal e não-combatente – ainda seguem fortes. Ambos os casos são importantes para que possamos situar as curdas das YPJ em um contexto mais amplo de representações de mulheres em meios militarizados.

Ambas Lynch e England eram militares, mas foram construídas de formas bastante divergentes na opinião pública. A atenção midiática a Jessica Lynch se

deu pois ela foi supostamente sequestrada¹⁰ por forças no Iraque e subsequentemente solta. A partir desse sequestro, narrativas da mídia nos EUA a construíram como a mulher branca “liberta-porém-vulnerável” (Brittain, 2008, p.74), sendo “liberta” utilizado no sentido de que ela tinha “livre escolha”, por ser ocidental e poder usufruir de privilégios como estar no exército, por exemplo. Ao mesmo tempo, por ser mulher, Lynch foi vista como vulnerável, e seu “sequestro” permitiu que essa narrativa fosse explorada ao máximo. O pano de fundo disso era uma invasão ao Iraque, que passou a ser compreendida como justificável também por causa de uma necessidade de derrotar homens iraquianos bárbaros que dominam mulheres. Essa dominação foi (e é) representada tanto pelo sequestro de Jessica Lynch, como pelo uso supostamente compulsório do véu pelas mulheres iraquianas (Zine, 2006). Brittain descreve esse jogo político da seguinte forma:

A figura da feminilidade branca evoca a fantasia imperialista de que homens brancos são civilizados em oposição aos não-brancos, e que eles são superiores a todas as mulheres, já que são os únicos que podem e vão proteger mulheres das injustiças de uma masculinidade árabe bárbara. Essa fantasia ajuda a justificar a alegação de que o governo estadunidense, um bastião do privilégio branco masculino, é um árbitro justo e instigador da globalização da democracia de estilo Ocidental, que ele alega estar estabelecendo no Iraque (Brittain, 2006, p.74)¹¹.

Lynch passou a incorporar essa feminilidade branca e a ser definida da seguinte forma: é soldada porque é patriota, valente e, mais importante, porque é *livre*, uma vez que habita uma nação que a permite ingressar em um exército. No entanto, ainda é vulnerável por ser mulher. Mais especificamente, é vulnerável em

¹⁰ Digo “supostamente” pois a veracidade das narrativas sobre o sequestro é contestada: “A história da “soldada mulher” de Jessica Lynch é ainda mais complicada pelo fato de que não era verdade. A própria Lynch protestou sua retratação como um destaque, e reclamou de ser usada como símbolo de papéis de gênero no exército”. (Sjoberg & Gentry, 2007, p.86). No original: “The military’s ‘woman soldier’ story of Jessica Lynch was also further complicated by the fact that it was not true. Lynch herself protested the portrayal of her as a standout, and complained about being used as a symbol of gender roles in the military”.

¹¹ No original: “This figure of white femininity evokes the imperialist fantasy that white men are civilized in contrast to non-whites, and that they are superior to all women, since they are the only ones who can and will protect women against the injustices of a barbaric Arab masculinity. This fantasy helps to justify the claim that the US government, a bastion of white male privilege, is the rightful arbiter and instigator of global western-style democracy, which it claims to be initiating in Iraq.”

relação aos homens “bárbaros” que, por serem “bárbaros”, não respeitam as mulheres, vistas como “naturalmente” mais sensíveis do que homens. As imagens de Lynch, repetitivamente exploradas pela mídia – por meio de reportagens e até mesmo documentários, todas pautadas por uma reiteração dos traços de sua feminilidade patriota e branca –, acabaram se tornando um espetáculo público. Stacy Takacs articula alguns desses elementos na seguinte passagem:

Os documentários sobre o resgate fetichizaram a feminilidade e vulnerabilidade de Lynch com o intuito de remasculinizar forças armadas mistase militarizar as identidades de homens e mulheres civis de forma a perpetuar o projeto de hegemonia. Usando técnicas melodramáticas que lembram narrativas de cativeiro da era colonial, esses documentários personalizaram o político e fizeram a recuperação de Lynch parecer uma questão de honra familiar (...). Os documentários fizeram Lynch passar de uma soldada em guerra a um símbolo da família americana sob ataque, com o objetivo de autorizar a missão dos Estados Unidos no Iraque e obter consentimento popular para a perpetuação do projeto da hegemonia dos EUA. (Takacs, 2005, p.301)¹²

Nesse mesmo processo, uma oposição é criada entre a mulher ocidental e a mulher do Outro (a árabe/muçulmana). A ideia de Lynch como uma pessoa “liberta-porém-vulnerável”, como descreve Melisa Brittain (2008), é construída em oposição às imagens de mulheres muçulmanas, que passaram a ser narradas como vítimas sem agência de homens bárbaros (Zine, 2008). Por serem mulheres, as muçulmanas são também vulneráveis, mas, ao contrário das Jessicas Lynchs, vivem sob o domínio do “bárbaro”, que nega a elas a liberdade de poder fazer coisas como ingressar em um exército. Assim, Lynch apenas existe nessas narrativas na medida em que representa uma virtude referente ao patriotismo e um ideal a ser alcançado por outras mulheres.

Essa oposição de Lynch *versus* muçulmanas é baseada em uma série de suposições sobre essa Outra, que na verdade é uma coletividade, mas

¹² No original: “Documentaries about the rescue fetishized Lynch’s femininity and vulnerability in order to remasculinize a coed military and militarize the identities of civilian men and women in ways that would perpetuate the project of hegemony. Using melodramatic techniques reminiscent of captivity narratives from the colonial era, these documentaries personalized the political and made Lynch’s recovery seem a matter of family honor. (...) The documentaries transform Lynch from a soldier at war to a symbol of the American family under attack in order to authorize the US mission in Iraq and elicit popular consent for the perpetuation of the project of US hegemony.”

compreendida sempre como uma entidade homogênea. Podemos ver várias dessas suposições em *The Virginity Trap in the Middle East*, escrito por David Ghanim, acadêmico em uma universidade sueca. Nesse livro, a “cultura muçulmana” (retratada como algo homogêneo) no Oriente Médio (também retratado como uma totalidade) seria marcada por uma *obsessão hipócrita* com a castidade feminina¹³ e por uma crença oposta na sexualidade irrestrita dos homens. Segundo Ghanim, isso define totalmente a identidade e a vida de qualquer mulher muçulmana:

Uma cultura restritiva e dominante, e um código moral severo, deixam as mulheres com pouco do que se orgulhar além de sua virgindade. A castidade feminina pré-marital é presumida de forma tão forte que a virgindade se torna um atributo absoluto e uma identidade inflexível para as mulheres antes do casamento (Ghanim, 2015, p.6)¹⁴.

O livro de Ghanim é repleto de suposições sobre a subjetividade de mulheres árabes e muçulmanas sustentadas apenas por estatísticas ou falas indiretas de pouquíssimas muçulmanas que vivem na Europa, o que revela uma grande falta de compromisso na tentativa de compreender mulheres muçulmanas como um grupo múltiplo que possui particularidades e, mais importante, uma falta de compromisso em entender mulheres muçulmanas em seus próprios termos, já que ele está supostamente explorando as formas como essas mulheres são oprimidas. Para além disso, na fala de Ghanim que destacamos acima, podemos perceber uma percepção orientalista sobre as mulheres muçulmanas que não consegue vê-las para além de sexo e virgindade – mesmo que através de uma suposta crítica aos homens muçulmanos por fazer exatamente a mesma coisa. A oposição imaginária entre Lynch e as muçulmanas apenas é possível a partir do momento em que estas são representadas como uma entidade monolítica, completamente passiva e sem agência, cuja identidade “inflexível” é definida por uma sexualidade reprimida, algo que torna absolutamente impossível concebê-las

¹³ A crítica de Ghanim parece, inclusive, ignorar a existência de estudos feministas que falam sobre as múltiplas e variadas formas em que a sexualidade afeta a vida das mulheres no Ocidente. Existem trabalhos dedicados especificamente a compreender a imagem da virgindade no Ocidente (McDonald, 2010), construção bastante reforçada em muitos locais do mundo para além do Oriente Médio.

¹⁴ No original: “A dominant, restrictive culture and a strict moral code leave women with little to be proud of besides their virginity. Female premarital chastity is so taken for granted that virginity becomes an absolute attribute and an uncompromising identity for women prior to marriage”.

como mulheres que lutam. A ideia de mulher que luta acaba sendo a antítese absoluta da imagem orientalista das muçulmanas.

Mas Lynch, apesar de ser “livre” e estar no exército, foi sequestrada, e isso serviu para simbolizar a “vulnerabilidade feminina”: o Ocidente pode proporcionar uma “liberdade” da qual mulheres não-ocidentais não partilham; mas, mesmo as militares, por serem mulheres, ainda são construídas e vistas como seres “naturalmente” mais sensíveis, frágeis, e vulneráveis do que homens: “Na narrativa militar, Lynch era uma mulher que podia sobreviver como um homem, mas que nunca pôde escapar das fraquezas da feminilidade” (Sjoberg & Gentry, 2007, p.85)¹⁵. Após seu suposto sequestro, foram mobilizadas uma série de narrativas – como a de estupro interracial, segundo Brittain – que mantinham Lynch nesse lugar de vulnerabilidade, marcador de sua feminilidade branca. E, mais especificamente, vulnerabilidade com relação ao homem “bárbaro” muçulmano, uma vez que o homem ocidental é supostamente cordial e “do bem”. É, além disso, uma heroína, por se manter “fiel” aos Estados Unidos mesmo em meio a provações, sacrificando-se por ideais maiores como a segurança nacional.

Lynddie England, ao contrário, cumpriu o papel de “anti-Jessica Lynch”, de “vilã depravada” (Brittain, 2008). Alguns meses após o caso de Lynch, surgiram as imagens de tortura contra prisioneiros de Abu Ghraib, protagonizadas por soldados estadunidenses como England (uma mulher em meio aos muitos outros homens envolvidos), que continham marcadores sexuais como a tentativa de “homossexualizar” os homens muçulmanos e colocá-los em situação de submissão (Puar, 2007). Ao escrever sobre as duas soldadas, Brittain explora a flutuação das narrativas sobre feminilidade branca nos Estados Unidos, em relação à Guerra ao Terror. Enquanto Lynch incorporou uma justificativa para essa guerra – na medida em que foi instrumentalizada para reafirmar o “barbarismo” dos homens iraquianos e a necessidade de salvar esse Estado por meio de uma invasão militar –, England foi amplamente utilizada como ponto de crítica ao governo Bush e à invasão. Ao realizar torturas baseadas em humilhação, England rompeu com aquilo que se pensava como “civilização”: como um país

¹⁵ No original: “In the military’s narrative, Lynch was a woman who could make it as a man, but could never escape the weaknesses of femininity.”.

civilizado, ocidental, pode realizar atos que se assemelham tanto ao *barbarismo do Outro*? E isso se tornou uma base para críticas ao governo Bush.

Ao mesmo tempo, na análise de Melisa Brittain, foi justamente a exploração da imagem de England que permitiu que Bush fosse reeleito, pois ela assumiu completamente o papel de uma *vilã depravada* nas imagens construídas pela mídia e, subsequentemente, na opinião pública. Ao contrário de Lynch, England desafiava os pressupostos mais básicos de sua feminilidade. Narrativas midiáticas focavam no fato de que ela se sentia confortável em um papel masculinizado (Brittain, 2008, p.87), por exemplo. Dessa maneira, a tortura deixava de ser um problema dos Estados Unidos, de uma política estatal falha, de um governo ruim, passando a ser a obra de um desvio moral de uma mulher pervertida, que renegava sua feminilidade. Se mulheres são vistas como “naturalmente” maternais, sensíveis e vulneráveis, uma mulher que foge completamente a essa norma é vista como alguém que está desafiando a própria “natureza” e, portanto, nada menos do que uma aberração; um *corpo abjeto*¹⁶, nas palavras de Butler.

Nas palavras de Laura Sjoberg e Caron Gentry:

A imagem de uma mulher em pé sobre uma pirâmide de prisioneiros nus não ressona com imagens tradicionais de mulheres como as pessoas inocentes protegidas pela guerra. Em vez disso, essas mulheres parecem culpadas de alguma forma, corrompidas e impuras, coisas que mulheres não são, por definição. Para defender o estereótipo da feminilidade militarizada, então, o exército conta as histórias de mulheres que participaram dos abusos de Abu Ghraib caracterizando suas ações que fogem dessas normas como aberrações não apenas com relação à sua participação no exército, mas também à sua feminilidade. Mulheres que cometem violência proibida no exército não são apenas pessoas ruins, mas mulheres ruins e soldadas ruins. Em outras palavras, mulheres que cometem crimes de guerra cometeram uma *transgressão tripla*: o crime do qual são acusadas, a transgressão contra noções tradicionais de feminilidade, e a transgressão contra a nova feminilidade

¹⁶ No trabalho de Butler (2016; 1988), as compreensões sobre gênero são pressionadas por uma matriz normativa que estabelece um binário de gênero (homem e mulher). Manifestações do gênero que não se encaixem claramente em nenhuma dessas duas categorias (como homens feminilizados, mulheres masculinizadas, travestis, transexuais etc.) se tornam corpos abjetos por desafiar aquilo que se considera uma “verdade natural” do gênero.

militarizada e seu papel em dar suporte à estrutura marcada pelo gênero do exército estadunidense (Sjoberg & Gentry, 2007, p.87).¹⁷

Assim, Jessica Lynch e Lynndie England, ambas mulheres que adentraram uma esfera tipicamente masculinizada, foram definidas de formas opostas pela mídia, servindo a diferentes propósitos, mas *sempre em relação à sua feminilidade*. Olhamos aqui para as mulheres das YPJ também através desse referencial da feminilidade e as formas de compreensão desta e do papel das mulheres em estruturas políticas. Dentro das narrativas de parte da mídia *mainstream* ocidental, as curdas de Rojava não são como England e não ocupam lugar de abjeção. Vemos isso porque elas são um assunto atualmente em pauta e podemos observar alguma medida de admiração na maioria das narrativas ocidentais sobre elas, embora essa admiração seja enquadrada de diferentes formas, por conta de diferentes aspectos que elas incorporam – e apesar de ser uma admiração sexista em diversas ocasiões, reforçando padrões normativos de gênero. Ao mesmo tempo, também não podem se encaixar no mesmo padrão de Lynch: não são norte-americanas, não são ocidentais, nem representam a feminilidade branca; muitas delas são, inclusive, muçulmanas. Não podem, assim, representar uma menina loira comum dos Estados Unidos, de família simples, cuja importância está justamente na vontade de proteger sua pátria.

As YPJ acabam sendo muitas vezes exploradas como um objeto para consumo ocidental, o que se manifesta através do uso reiterado de determinadas imagens suas, que enfatizam marcadores de feminilidade. Isso vem, inclusive, em contraposição a uma longa história de perseguição aberta ao povo curdo,

¹⁷ No original: “The image of a woman standing over a pyramid of naked detainees does not resonate with traditional images of women as the innocent people that war protects. Instead, these women seem somehow guilty, defiled and impure, things that women are not, by definition. In order to defend the stereotype of militarized femininity, then, the military tells the stories of the women who participated in the abuse at Abu Ghraib by characterizing their actions which fall outside of these norms as aberrant not only to their membership in the United States military but also to their womanhood. Women who commit proscribed violence in the military are not only bad people, but bad women and bad women soldiers. In other words, women who commit war crimes have committed a *triple transgression*: the crime that they are accused of, the transgression against traditional notions of femininity, and the transgression against the new militarized femininity and its role in supporting the existing gendered structure of the United States military.”

especialmente na Turquia. Nesse Estado nasceu o PKK, organização eventualmente classificada como terrorista por boa parte das grandes potências mundiais, cujos laços de influência sobre Rojava se dão através de ideais de Öcalan incorporados pela coalizão TEV-DEM. Nesse sentido, as YPJ apenas podem ser alvo dessa admiração multifacetada ocidental porque se aliam (ou, ao menos, aparentam se aliar) aos ideais estadunidenses (e ocidentais) em alguma medida, através de sua luta contra o ISIS (o *grande inimigo* do Ocidente). O PKK, que já tinha soldadas mulheres desde sua fundação em 1978 (Ayboğa et al, 2016), não angariou a mesma admiração em tempos passados, algo que tem a ver com o momento político global, e também com o “terrorismo” da organização. Mas, apesar de as YPJ estarem em condição de receber uma admiração que o PKK não recebeu no passado, as YPJ não são representantes dos EUA e não podem ser heroínas patriotas como Lynch.

Nesse contexto onde, ao contrário de Lynch e England, as curdas não são brancas nem tampouco ocidentais, acaba entrando em jogo também todo um histórico que não pode ser ignorado de representações de mulheres no Oriente Médio como criaturas exóticas e especialmente sexualizadas (Zine, 2002). Vemos esse jogo representativo, que objetifica e exotifica as curdas, em muitas narrativas que ocultam o contexto político que dá lugar a sua existência em um exército, para focar em aspectos como a sua beleza, valentia, sensualidade, e sua luta contra o ISIS, como em reportagens que já citamos na introdução deste trabalho. E, justamente por conta dessa luta, em boa parte das narrativas ocidentais (até mesmo daquelas que não partem da mídia *mainstream*), as curdas das YPJ não correspondem à figura comum da *mulher muçulmana oprimida pelo véu*, que precisou ser “salva” pela intervenção militar dos EUA, uma vez que elas mesmas pegam em armas contra os “bárbaros”.

Nas grandes narrativas midiáticas sobre mulheres em meios militares, mobiliza-se a feminilidade para coisas diferentes: tanto para representar uma “boa causa” (a causa da liberdade ocidental, que visa a liberdade de circulação de mulheres em espaços como o militar, e também a luta contra a opressão terrorista), quanto para mobilizar a feminilidade e manter essas mulheres em lugar de submissão exaltando sua suposta fragilidade e dependência com relação a homens.

Ou, como pensamos ser o caso das curdas das YPJ, para transformá-las em fetiche imóvel, colocar suas imagens como objetos para a satisfação de desejos sexuais. A questão do fetiche será importante para nós e é retomada em mais detalhes no capítulo 2, mas cabe aqui esclarecer que, ao falar de fetiche, estamos nos referindo principalmente a uma reiteração repetitiva de uma determinada imagem fixada do objeto em questão, enxergado em relação aos desejos do observador.

Se Lynch era objeto sacrossanto de contemplação, e se England era objeto pervertido de desdém, as curdas da YPJ são representadas, muitas vezes, como objeto sexualizado de consumo da Guerra contra o Terror, o que se dá por meio de um fetiche. São desvinculadas do patriotismo estadunidense, mas vinculadas a seus ideais de liberdade. Um homem talvez se sinta ameaçado por uma mulher segurando um fuzil, mas esse não é o caso quando se constrói a imagem dessa mulher como se vem fazendo com as curdas das YPJ – não são ameaças por serem objetos sexualizados, e se têm como objetivo, na verdade, matar os próprios inimigos do Ocidente.

Da mesma maneira, em narrativas que focam no contexto político local, normalmente aliadas a ideais políticos emancipacionistas, seja em relação ao povo curdo, ou em relação às estruturas do Estado-nação, a feminilidade também tem papel de protagonismo, ainda que de forma diferente do que a grande mídia faz. Segundo Öcalan, não há revolução se não há emancipação feminina (ver Öcalan, 2011; Öcalan, 2013). Nesse sentido, as mulheres das YPJ são um dos pontos focais de interesse de visitantes ocidentais da região (ao contrário de outras mulheres que lá habitam). Aqui, também se mobiliza a feminilidade (mais especificamente, a feminilidade militarizada) para assinalar propósitos políticos sendo alcançados e também uma “boa causa” – só que essa boa causa não é tanto a derrota do ISIS e a vitória de uma “liberdade” vazia de definições específicas (e pensada a partir do padrão da “livre escolha” feminina ocidental), quanto a derrota das estruturas políticas tradicionais.

Nesta seção, buscamos delinear brevemente alguns referenciais de representações de mulheres que lutam, através de um olhar voltado para os exemplos de Jessica Lynch e Lynndie England. Esses referenciais nos dão um contexto em que muitos dos discursos sobre curdas acontecem e ganham

significado. Assim, avançamos para o próximo capítulo, onde olharemos de forma mais detalhada para certas representações das curdas das YPJ por parte da mídia *mainstream* ocidental, retomando, também, algumas das discussões iniciadas nesta introdução. Nosso foco será em representações que focam na feminilidade tradicional das curdas (elementos como a beleza) e têm como pano de fundo ideológico a ideia de libertação feminina como livre escolha, representada por uma luta contra o terrorismo.

3

Guerreiras pela liberdade contra terroristas

3.1. Fetichizando curdas

“Na luta contra os fanáticos do Estado Islâmico, batom pode parecer uma arma improvável. Mas, para as mulheres guerreiras do Curdistão Iraquiano, a maquiagem é essencial – se elas morrerem, querem estar bonitas”.

The Daily Mail

Um tipo frequente de narrativa envolvendo o exército curdo das YPJ enfatiza, principalmente, certos marcadores específicos da feminilidade militarizada dessas mulheres através de imagens muito semelhantes delas. É comum que encontremos “perfis” em veículos de mídia ocidentais, mencionando o nome de alguma soldada (ou não), descrevendo brevemente as ocupações das YPJ e explorando suas imagens, sempre muito significativas – mulheres imponentes, portando armas e trajando roupas militares, muitas vezes com traços “étnicos”, no meio do deserto. São chamadas de “belas”, “atraentes”, “valentes”, “*badass*”. Tratamos, neste capítulo, de uma forma específica de manipulação narrativa que se faz das mulheres das YPJ, principalmente em matérias jornalísticas: aquela que as coloca como objeto sexualizado e, ao mesmo tempo, como representantes da liberdade em contraponto imediato ao ISIS. Podemos encontrar esse tipo narrativo predominantemente na mídia *mainstream* ocidental, especialmente nas publicações mais sensacionalistas e populares (mas não em toda a mídia *mainstream* ocidental, deve-se dizer). São narrativas que, em geral, giram em torno de uma imagem específica da mulher guerreira.

Essa imagem não é apenas o ponto focal de um nicho de reportagens que fazem o “perfil” de soldadas das YPJ; grande parte das reportagens jornalísticas sobre os curdos de Rojava *em geral* são baseadas nelas. Rojava foi estabelecida em 2012 já sob os preceitos do Confederalismo Democrático (apesar de a

“constituição” de Rojava, a Carta do Contrato Social, só ter sido aprovada em 2014). As YPG e YPJ também surgiram no contexto do estabelecimento de Rojava, mas foi apenas em 2014 que a atenção internacional a Rojava começou a se proliferar, através de um olhar predominantemente voltado para as YPJ. Dois acontecimentos de 2014 foram determinantes nisso: i) um ataque do ISIS a vilarejos Yazidi, que resultou em milhares de mortes, sequestros e abusos sexuais (Cetorelli et al, 2017; HRW, 2015), seguido de um resgate armado de refugiados Yazidi, do qual se reportou que as YPJ participaram (Guardian, 2015); ii) um subsequente cerco realizado pelo ISIS a Kobane na tentativa de tomar o cantão, o que acabou intensificando alianças entre os Estados Unidos e outras potências e os curdos na região (Thornton, 2015). A partir disso, reportagens sobre Rojava – mais especificamente, sobre as YPJ – se multiplicaram.

As narrativas em relação ao tema das YPJ são diversas. Mas muitas reportagens de grande circulação sobre o tópico, que começaram a aparecer em 2014, são feitas de forma descuidada – reproduzem manchetes semelhantes, os mesmos pequenos textos, e, muitas vezes, os mesmos erros e confusões¹⁸ –, evidenciando que várias delas se tratam de um exercício de copiar e colar esses pequenos textos cujos detalhes contextuais são de pouca significância em relação à imagem irresistível da *Mulher Curda Portando um Fuzil*. Por isso, nesta seção, utilizamos a ideia de fetiche cultural – definido, grosso modo, como a repetição e fixação de uma mesma imagem – como categoria auxiliar para pensar a construção das curdas nesta parte da mídia ocidental. Por que e como as imagens congeladas dessas mulheres são levadas adiante, quais são os traços que definem essas imagens e quais ideais políticos estão por trás disso?

Vemos um exemplo desse tipo de representação na revista *Maxim*. Ela foi criada no Reino Unido em 1995, atualmente é baseada nos Estados Unidos e tem homens como seu público-alvo. Abordam-se temas como esportes e carros e,

¹⁸ Por exemplo: circulou, por um tempo, uma notícia que afirmava que uma curda das YPJ de nome Rehana havia matado mais de 100 guerreiros do ISIS sozinha (Thornhill, 2014). Em diferentes veículos, que reproduzem notícias semelhantes, o “caso” de Rehana se misturou com o de Joanna Palani – passou a ser divulgado que Palani, que ficou por apenas 1 ano lutando em duas milícias diferentes (YPJ e Peshmerga), matou 100 guerreiros do ISIS (Fagge; White, 2017; Robson, 2017), inclusive no Daily Mail, que já havia falado de Rehana anteriormente. Palani comprovadamente lutou junto a curdos, mas nunca alegou ter matado 100 pessoas.

previsivelmente, a revista também é célebre por seus ensaios fotográficos sensuais de mulheres famosas. Algumas reportagens foram feitas tendo como temática as mulheres das YPJ, como um perfil de Joanna Palani, que conta brevemente sua vida: nascida de uma família curda-iraniana em um campo de refugiados no Iraque, fugiu para a Dinamarca, onde possui nacionalidade e é estudante universitária, e de onde saiu para “*kill some ISIS ass in Syria*”. Ela lutou por 6 meses ao lado das YPJ, e mais 6 ao lado das Peshmerga.

Porém, a Dinamarca confiscou o passaporte de Palani, e ela se encontra atualmente impedida de voltar para a Síria. O jornalista da *Maxim* conclui: “Por enquanto, essa gata valente está de volta na faculdade e se mantém ocupada postando selfies quentes no Instagram” (2016). Esse perfil na *Maxim* é derivado de um artigo mais longo (“A Garota que Fugiu Para Lutar Contra o ISIS”), realizado por meio de uma entrevista feita diretamente com Palani, pela revista *Vice* – publicação voltada para o público jovem, originalmente canadense, mas que atualmente conta com sedes em dezenas de outros países.

Joanna Palani é uma manifestação da imagem irresistível da mulher curda guerreira – a qual chamamos de *Mulher Curda Portando Fuzil* –, sendo visualmente apelativa para diferentes segmentos do público ocidental, através do olhar de revistas como *Maxim* e *Vice*. Sua beleza é mencionada diversas vezes, inclusive no título original da reportagem da *Maxim*, “Meet the Brave Beauty who Quit College to Fight ISIS”. Detalhes sobre reivindicações curdas não são mencionados. A frase que encerra a reportagem, ressaltando que Palani está impedida de lutar e que “se mantém ocupada postando selfies quentes no Instagram”, é aquilo que assegura ao público masculino que, apesar de ser uma soldada que carrega armas, Palani *continua sendo mulher*, no sentido de ainda satisfazer os atributos básicos da feminilidade (como a vaidade), padecendo sob o julgamento masculino de seus atributos físicos, o que mantém certo controle nas mãos dos homens ocidentais. Através dessas lentes, essa imagem fixa, reiterada – *fetichizada* – da curda portando fuzil é também domesticada para não ameaçar demais hierarquias de gênero.

Outras notícias muito populares sobre a resistência curda em Rojava, além do perfil de Joanna Palani, têm como tema a guerreira que supostamente matou

mais de 100 membros do ISIS, de nome Rehana (Otis, 2014; Thornhill, 2014); e uma outra chamada Asia Ramazan Antar, cuja beleza é repetidamente comparada à de Angelina Jolie (Diário de Notícias, 2016; Robinson, 2016; Maxim, 2016). Além disso, há muitas notícias carregando a citação “O ISIS tem medo de nós”, em referência às mulheres das YPJ (Dearden, 2015; Malm, 2015). Diversas vezes, esse tipo de reportagem é reproduzido de forma parecida, utilizando recursos semelhantes. Por exemplo: “Meet the Brave Women Fighting ISIS in Syria” (“Conheça as Mulheres Valentes Lutando Contra o ISIS na Síria”) (NBC News, 2016); “Meet the female soldiers in Syria and Iraq fighting for gender equality as much as freedom” (“Conheça as Soldadas Mulheres na Síria e no Iraque Lutando por Igualdade de Gênero e Liberdade”) (Argentieri, 2017).

Essa imagem da Soldada Curda Portando Fuzil, reiterada em todas essas reportagens (que frequentemente contêm fracas explicações contextuais), pode despertar muitas reações diferentes: estranhamento ou rejeição a mulheres em posições masculinizadas; um desejo de ocupar esse lugar de imponência; um desejo de *possuir* essa mulher, seja sexualmente ou simbolicamente – de afirmar que, apesar de ocupar esse lugar, ela segue sendo uma mulher. Esses desejos que essas imagens despertam, de *ser* ou *ter*, e que se entrelaçam com uma fixação repetitiva da imagem da mulher curda guerreira, chamaremos de “fetiche cultural ocidental”. Segundo William Pietz, o fetiche:

(...) é sempre uma fixação significativa de um evento singular; é, acima de tudo, um objeto "histórico", a resiliente força e forma material de um evento irrepetível. Esse objeto é "territorializado" no espaço material (uma matriz terrena), quer sob a forma de uma localidade geográfica, ou de um lugar marcado na superfície do corpo humano, ou de um meio de inscrição ou configuração definido por alguma coisa portátil ou usável... Esse objeto reificado, territorializado e histórico é também "personalizado" no sentido em que, além de seu *status* como objeto coletivo social, ele evoca uma resposta pessoal intensa de indivíduos (Pietz, 1985, p.12).¹⁹

¹⁹ No original: “The fetish is always a meaningful fixation of a singular event; it is above all a "historical" object, the enduring material form and force of an unrepeatable event. This object is "territorialized" in material space (na earthly matrix), whether in the form of a geographical locality, a marked site on the surface of the human body, or a medium of inscription or configuration defined by some portable or wearable thing.... This reified, territorialized historical object is also "personalized" in the sense that beyond its status as a collective social object it evokes an intensely personal response\from individuals.”

Com isso, Pietz evidencia que um fetiche é a repetição e fixação de um evento singular – no caso que tratamos, a imagem da Soldada Curda, que combina um elemento portátil que é o fuzil, com elementos marcados no corpo humano, que são os sinais de feminilidade (cabelo longo, as curvas de seus corpos etc.), e a “localização geográfica” representada por desertos montanhosos. Além disso, a imagem também carrega sempre consigo uma tensão entre o cultural e o pessoal. Assim, a fixação com essas curdas se deve a todo um contexto cultural e histórico que levou a isso: um histórico de machismo, de “guerra das civilizações”, de orientalismo, de exotificação do não-ocidental etc. Mas, da mesma maneira, o fetiche é também pessoal, uma vez que essa imagem reificada sempre desperta “respostas pessoais intensas” dos indivíduos: fascínio e desejo, sempre fortes, sempre reiterados.



Figura 1 – Soldadas das YPJ (Kurdishstruggle, 2015a).



Figura 2 – Soldadas das YPJ em captura de vídeo realizado pela agência de notícias Ruptly e publicado no jornal Daily Mail (2014).

Trata-se de um sentimento que produz satisfação, e que, muitas vezes, acaba servindo ao fim de ocultar particularidades e detalhes contextuais em torno dessas mulheres, transformando-as em uma imagem de consumo. Homi Bhabha escreve que “[...] um aspecto importante do discurso colonial é a sua dependência do conceito de fixidez na construção ideológica da alteridade” (Bhabha, 1997, p.293)²⁰. A repetição da mesma imagem, da mulher guerreira que porta um fuzil, acaba muitas vezes se inserindo em discursos coloniais (caso que exploramos neste capítulo), e concedendo às curdas certa qualidade de *fixidez* em um contexto flutuante e de muitas complexidades. Esse é o caso dos discursos que focam em beleza e feminilidade em luta armada, sexualizam e objetificam as curdas, ocultando o contexto político.

De certa maneira, através da imagem da Soldada Curta Portando Fuzil, fixamos as curdas em uma imagem única, fetichizada, que incorpora nossas próprias projeções, em relação àquilo que queremos ser ou ter. E, no Ocidente (em todo o mundo, mas estamos falando de veículos ocidentais), nós mulheres queremos ser ou ter muitas coisas: autonomia e independência em relação aos homens; vingança contra aqueles que pensamos nos oprimir (que pode ser o ISIS ou o Estado liberal); queremos objetos sexuais que satisfaçam fantasias de

²⁰ No original: “An important feature of colonial discourse is its dependence on the concept of ‘fixity’ in the ideological construction of otherness”.

dominação e/ou submissão. Dependendo do ângulo utilizado, das manipulações de fatos e pontos focais, as curdas das YPJ podem assumir qualquer um desses papéis, e através da mesma imagem: a Soldada Curda Portando Fuzil. Ao reiterar essa imagem, alvo de fascinação igual por pessoas de diferentes orientações ideológicas, cria-se o fetiche. E:

[A]o deslocar poder para o fetiche, e, então, manipular o fetiche, o indivíduo ganha controle simbólico sobre coisas que poderiam ser, em outra situação, ambiguidades aterrorizantes. Por esse motivo, o fetiche pode ser chamado de um objeto exaltado (Mcclintock, 1995, p.184).²¹

Assim, o fetiche com uma imagem específica dessas curdas acaba servindo ao fim de ocultar um contexto político multifacetado. Ele oculta aspirações políticas e lutas por parte de Rojava, bem como os pressupostos liberais atravessando a imagem que se constrói dessas curdas em parte da mídia ocidental, além de perpetuar determinadas construções da feminilidade e do gênero feminino.

3.2. Ocidentalizando curdas

Asia Ramazan Antar, integrante das YPJ que ficou famosa porque supostamente se parecia com Angelina Jolie, é protagonista de um tipo de citação que virou manchete em inúmeros veículos ocidentais: “Angelina Jolie Curda Morreu a Lutar Contra Estado Islâmico” (Diário de Notícias, 2016); “Angelina Jolie of Kurdistan Dies Battling ISIS” (“Angelina Jolie do Curdistão Morre Batalhando o ISIS”) (Robinson, 2016), “The ‘Kurdish Angelina Jolie’ Dies a Hero Death Battling ISIS” (“A ‘Angelina Jolie Curda’ Morre uma Morte Heróica Batalhando Contra o ISIS”) (Maxim, 2016). O jornal português *Diário de Notícias* noticiou a morte de Asia em 5 parágrafos curtos, um dos quais consiste em um debate sobre qual celebridade ocidental se parecia mais com ela: “Há

²¹ No original: “By displacing power onto the fetish, then manipulating the fetish, the individual gains symbolic control over what might otherwise be terrifying ambiguities. For this reason, the fetish can be called an impassioned object”.

quem diga que era mais parecida com a atriz espanhola Penélope Cruz, mas ninguém nega que foi a beleza da "Angelina Jolie" do Curdistão que chamou a atenção para a jovem Asia (...)" (Diário de Notícias, 2016).



Figura 3 – Asia Ramazan Antar, conhecida pela mídia como a “Angelina Jolie Curda”, junto a soldado das YPG (Kurdishstruggle, 2015b). Na maioria das reproduções desta imagem realizadas por jornais on-line, o soldado ao seu lado é cortado.

Apesar da ocupação de espaços masculinos (como é o militar) por mulheres ser uma causa comum de rejeição, as narrativas midiáticas sobre as curdas das YPJ são massivamente de afirmação ou admiração do local que elas ocupam. Elas são, inclusive, aquilo que mais dirigiu atenções à região autônoma de Rojava, cenário povoado por questões sociais e políticas que vão muito além de mulheres combatendo terroristas. Talvez essa aparente aprovação universal vinda do Ocidente se dê justamente por causa de um jogo de manipulações de pontos focais nos diferentes relatos sobre as curdas, muitas vezes facilitado por sua imagem fixada (a Mulher Curda Portando Fuzil), que concentra boa parte das atenções. Por isso, diferentes pessoas, informadas por diferentes narrativas, estão também aprovando coisas diferentes — mas estão sempre aprovando algo. Nas narrativas deste capítulo, as guerreiras curdas aparentam ser mulheres *femininas*, *belas* e *sensuais*, que defendem a mesma forma de liberdade que o homem no Ocidente, sendo também consolidadoras do desejo ocidental de aniquilação de terroristas. Elas poderiam ser tratadas, por exemplo, como revolucionárias de esquerda, informadas por uma tradição teórica anarquista e por um líder ex-

maoísta em prisão perpétua por terrorismo, sob constante ataque da Turquia e aliados — a história das YPJ poderia muito bem ser contada através dessa outra lente.

Em vez disso, as curdas das YPJ são belas e armadas mulheres que lutam contra os terroristas anti-Occidente. Em inúmeras narrativas midiáticas, elas simplesmente não existem sem o ISIS. Ele acaba sendo uma condição necessária para que essa forma de fetiche midiático com as curdas ocorra. A revista *Maxim* escreveu o seguinte sobre Asia Antar:

Asia Ramadan Antar foi uma jovem curda síria deslumbrante, cuja aparência foi comparada à glamurosa Angelina Jolie. No entanto, Antar nunca teve sua chance de surpreender Hollywood, pois ela supostamente morreu em uma batalha entre sua unidade militar feminina curda e os fanáticos bárbaros do Estado Islâmico (Maxim, 2016).²²

A menção a Hollywood, especialmente domesticadora, também soa fantástica em relação à situação de Asia: mulher curda, vinda de um histórico de opressões, inserida em um contexto brutal e precário de guerra, cujas preocupações principais provavelmente não passavam perto de Hollywood (o que nunca saberemos com certeza, já que Antar não pode mais falar). Ironicamente, a última frase da curta reportagem, que não traz nenhum detalhe relevante sobre a vida, trabalho ou subjetividade de Asia, afirma que: “Provavelmente havia muito mais em Asia Ramadan Antar do que uma semelhança com uma estrela de cinema”²³. O que exatamente haveria a mais, a reportagem não diz, fixando-se na imagem da Curda Portando Fuzil. E o ISIS é, mais uma vez, essencial nessa narrativa para cumprir o papel dos “bárbaros” que massacraram a *Angelina Jolie* do Curdistão – que pode até ser curda, mas com um aroma inegavelmente ocidental, evidenciado pela suposta semelhança com Angelina Jolie (que é, aliás, bastante discutível).

²² No original: “Asia Ramadan Antar was a stunning young Syrian Kurd whose looks had been compared to the glamorous Angelina Jolie. Antar never got a chance to wow Hollywood, though, because she reportedly died in a battle between her all-woman Kurdish military unit and the barbaric fanatics of the Islamic State.”

²³ No original: “There was obviously much more to Asia Ramadan Antar than any resemblance to a movie star”.

Como Judith Butler (2015) escreve, no contexto da Guerra ao Terror, os direitos das mulheres e as liberdades sexuais passaram a ser instrumentalizados como marcadores de *progresso* em relação a povos árabes e/ou muçulmanos. Se as mulheres podem circular livremente e se inscrever em escolas no Ocidente, então isso deve significar que o Ocidente está temporalmente a frente desses outros povos, como se o mundo não se organizasse de forma espacial, mas sim temporal. Dessa forma, o mundo seria articulado como uma caminhada em direção ao progresso, na qual se entende que alguns estão passos atrás, vivendo uma espécie de existência anacrônica, e, portanto, profundamente errada. Nesse sentido, o que poderia simbolizar mais progresso do que mulheres que pegam em armas? Nesse contexto, Jessica Lynch serviu como um sinalizador da qualidade bárbara do homem muçulmano através do contraste. Representadas como sensíveis e frágeis, mulheres brancas e ocidentais são também relatadas como sendo as vítimas preferidas dos “bárbaros”, cuja covardia (que os leva a ferir criaturas “sensíveis e frágeis” como mulheres) está no cerne de sua qualidade de barbarismo.

E é nesse sentido também que se justificou, inicialmente, a Guerra ao Terror. Dias depois de dar início à ocupação no Afeganistão, Bush afirmou:

Da última vez em que nos encontramos nesta câmara, as mães e filhas do Afeganistão eram prisioneiras em seus próprios lares, proibidas de trabalhar ou ir à escola. Hoje as mulheres são livres, e são parte do novo governo afegão. (Bush, 2002)²⁴

Ou seja: apesar de serem ambas mulheres, e, portanto, frágeis, há algo de fundamentalmente oposto entre as afegãs e Jessica Lynch, já que uma é liberta e as outras, não. E o que constituía a opressão das afegãs era a proibição de trabalhar e ir à escola. Se hoje elas podem fazer isso, devido a um grande ato de salvação do homem branco, então podem ser chamadas “livres”, ainda que a invasão do Afeganistão tenha sido violenta e muito questionada por afegãos e afegãs. Uma ideia de *agência* muito específica se torna crucial para forjar essa oposição entre mulheres ocidentais e não-ocidentais. Nesse contexto, as lutas das

²⁴ No original: “The last time we met in this chamber, the mothers and daughters of Afghanistan were captives in their own homes, forbidden from working or going to school. Today women are free, and are part of Afghanistan's new government”.

mulheres por direitos e/ou igualdade, que ocorrem há muitas décadas em diversas partes do mundo, não são valorizadas em si mesmas, mas se tornam formas de sinalizar a inferioridade de um Outro.

Nesse sentido, Butler se questiona se:

(...) a minha liberdade está sendo usada aqui como um instrumento de coerção – uma coerção cujo objetivo é fazer com que a Europa permaneça branca, pura e "secular" de maneiras que não questionam a violência subjacente a tal projeto? (Butler, 2015a, p.160).

Isso acontece a partir do momento em que mulheres se tornam instrumentos para sinalizar o “progresso” e a “superioridade” ocidentais, servindo como justificativa para a difusão de preconceitos, intervenções militares (como a dos Estados Unidos no Afeganistão), restrições migratórias, banimento do uso do véu em países ocidentais e outras políticas violentas e/ou de exclusão. A repetição dessas narrativas não estabelece “igualdade” ou “liberdade” em termos satisfatórios ou sequer mensuráveis, mas apenas busca a reafirmação da superioridade ocidental, solidificado em local de salvador e condutor de outros povos em direção ao progresso.

O caso das curdas se insere nesse mesmo contexto, mas é particular uma vez que elas mesmas *não são* ocidentais, sendo tão pertencentes a regiões do Oriente Médio quanto muitos dos próprios membros do ISIS. Por carregarem os traços que carregam, poderiam muito bem ser tão alvos de preconceito quanto qualquer muçulmano se estivessem nos Estados Unidos ou na Europa. Por que, então, o repentino fascínio e aparente admiração em relação a essas mulheres por parte de tantas mídias *mainstream* no Ocidente? A resposta, novamente, está em dois fatores que já colocamos anteriormente: porque são mulheres e porque estão lutando contra o ISIS, os dois elementos mais frequentemente enfatizados quando se fala delas.

São eles que permitem que elas sejam construídas como aliadas, a partir do momento em que realizam desejos de cidadãos ocidentais. Por isso mesmo, também sinalizam o progresso ocidental, e, apesar de estarem situadas geograficamente na “terra do anacronismo”, são vistas como um oásis do tempo moderno, pois são mulheres pegando em armas para defender um conjunto de

valores, o que, em si só, aparenta estar de acordo com os ideais desse progresso (que situam a agência como a possibilidade de fazer escolhas “livres”). E, também por serem mulheres, podem ser representadas como um fetiche de maneira que conservem seu lugar de feminilidade – como colocado por Sjoberg e Gentry (2007, p.86):

A mulher militarizada de hoje, assim como a história de Jessica Lynch, é dura, mas não desnecessariamente violenta. Ela é valente, mas precisa dos homens ao seu redor para sobreviver. Ela é treinada, mas não pode ser autossuficiente. Ela é frágil, mas faz cara de durona. Ela é sexy, mas não sexual. Ela pode lutar, mas seu tipo de luta é “limpinho”: ela não pode se engajar em crueldade ou tortura. Ela não está longe de seus instintos maternos. É uma soldada e participante, mas fundamentalmente ainda inocente. O tipo-ideal de feminilidade militarizada espera que uma soldada mulher seja tão capaz quanto um soldado homem, mas tão vulnerável quanto uma mulher civil²⁵.

O fato de *não serem* mulheres brancas e ocidentais também é de relevância quando discutimos o lugar de fetiche que essas mulheres ocupam no imaginário ocidental – quando Melisa Brittain (2008) discute as imagens construídas pela mídia norte-americana de Jessica Lynch e Lynndie England, está falando explicitamente de feminilidade *branca*. Ao pensar nas imagens das curdas das YPJ que estão sendo construídas no Ocidente, não podemos ignorar toda uma história de representações culturais de mulheres não-ocidentais como objetos sexuais exóticos e fetiches para o colonizador, o homem ocidental.

Apesar de Rojava ser organizada de forma secular e possuir pessoas de diferentes credos (e diferentes nacionalidades e etnias, sendo também habitada por muitas pessoas que não são curdas), a maioria do povo curdo é muçulmano. Além disso, as representações orientalistas são generalistas por natureza, confundindo fenótipos, nacionalidades e religiões dentro de determinados estereótipos, como o da mulher “árabe/muçulmana”, definida por sua aparência e/ou cultura não-

²⁵ No original: “Today’s militarized woman, like the story told about Jessica Lynch, is tough, but not wantonly violent. She is brave, but needs the men around her to survive. She is trained, but cannot be self-sufficient. She is fragile, but puts on her game face. She is sexy, but not sexual. She can fight, but the kind of fighting she can do is sanitized: she cannot engage in cruelty or torture. She is never far from her maternal instincts. She is a soldier and a participant, but fundamentally still innocent. The ideal-type of militarized femininity expects a woman soldier to be as capable as a male soldier, but as vulnerable as a civilian woman.”

ocidentais. Assim, o histórico de representações dessas mulheres é fundamental para uma melhor compreensão do fenômeno das curdas da YPJ na mídia ocidental.

Jasmin Zine faz uma leitura histórica das mudanças nas representações de mulheres muçulmanas no Ocidente, primeiro na literatura medieval, depois no período colonial, e, finalmente, no feminismo contemporâneo. Contemporaneamente, a imagem da mulher muçulmana mais disseminada no Ocidente é a de vítima oprimida pelo véu – a mesma imagem invocada por Bush em seu discurso justificando a invasão ao Afeganistão. Mas, segundo Zine, essa não foi sempre a imagem predominante de mulheres muçulmanas. Há uma trajetória de construção de imagens de muçulmanas no Ocidente que data da Idade Média, afetada por formas complexas de entrelaçamentos entre desejos, percepções e formas de desvalorização da diferença (Zine, 2004, p.4).²⁶

Zine percebe que certas histórias medievais contêm representações de uma: “‘castração simbólica’ do homem muçulmano ao mesmo tempo em que mascaram o desejo pela mulher muçulmana, que se torna cada vez mais fetichizada” (Zine, 2004, p.5)²⁷. Em um conto escrito no século XII, chamado *Historica Ecclesiastica*, uma princesa turca se apaixona por um francês nas Cruzadas, converte-se ao cristianismo, trai seu pai e entrega as riquezas de sua cidade para o francês. Para Zine, a conversão da princesa pode ser entendida como a renúncia simbólica à sua Alteridade Islâmica (“*Islamic Otherness*”): a traição e a entrega das riquezas aos cristãos são formas de emasculação do homem muçulmano, e tudo isso está intermediado pelo desejo do homem ocidental pela mulher muçulmana. Esse desejo pelo “exótico” que a mulher muçulmana “provoca” é visto como errado ou inadequado, em oposição ao desejo pela mulher cristã; logo, sua conversão “se traduz como uma forma de ganhar “respeitabilidade”, e, portanto, legitima esse desejo” (Zine, 2004, p.5)²⁸. Em parte das representações das curdas das YPJ, esse

²⁶ No original: “The discursive current of European representational politics became fashioned through a more complex intermingling between the desire and disavowal of difference (as it came to be embodied within the Muslim woman).”

²⁷ No original: “(...) “symbolic castration” as much as they mask desire for the Muslim female, who becomes increasingly fetishized”.

²⁸ No original: “(...) translates into a mode of gaining “respectability,” and hence legitimates this desire”.

jogo de alianças é essencial: o desejo por essas mulheres encontra validação a partir do momento em que elas são narradas como se fossem “convertidas” aos ideais do Ocidente.

Na Renascença, segundo Zine, alguns elementos dessa princesa apaixonada medieval se mantêm nas representações de mulheres muçulmanas. Mas existe também uma flutuação em direção à representação delas como donzelas que necessitam de salvação, revelando certa perda de agência. Passam a ser vistas como seres mais passivos, ao contrário da princesa que *age* para se converter e trair seu pai por causa do francês. E, posteriormente, já na época colonial, o mundo muçulmano passa a ser compreendido como um espetáculo a ser observado pelo homem ocidental (Zine, 2004, p.8). A mulher muçulmana que usa um véu passa a ser uma ameaça, ao mesmo tempo em que é sexualizada:

Que o Oriente tenha se tornado uma metáfora para sexualidade é algo simbolizado pela figura recorrente da mulher usando véu. A inacessibilidade da mulher coberta, espelhando o mistério do Oriente em si mesmo, requer um processo de desvelamento Ocidental para que haja compreensão (Chow, 1993, p.57)²⁹.

Esse mesmo véu, no mundo contemporâneo e posterior ao 11 de Setembro e às subseqüentes invasões estadunidenses, é instrumentalizado como um grande símbolo da opressão que mulheres sofrem por parte de um povo anacrônico. Por fim, Zine volta seu olhar para o feminismo contemporâneo, constatando que, muitas vezes, ele também é responsável por reproduzir um estereótipo de mulher muçulmana oprimida e dependente de salvação:

A continuidade de trabalhos orientalistas e coloniais em representações contemporâneas constroem mulheres muçulmanas como uma categoria universal, ahistórica, e indiferenciada que se torna essencializada através da singularidade de sua diferença. Discursos eurocêtricos sobre mulheres muçulmanas servem ao interesse político contínuo de justificar a superioridade e dominação ocidentais. Essa forma de imperialismo acadêmico estabelece uma estrutura analítica binária que justapõe as mulheres “libertas” ocidentais e às mulheres “oprimidas” do Islã. O posicionamento de mulheres muçulmanas nessa dinâmica vem sendo usado para emoldurar

²⁹ No original: “The Orient has become a metaphor for sexuality is encapsulated by the recurrent figure of the veiled woman. The inaccessibility of the veiled woman, mirroring the mystery of the Orient itself, requires a process of Western unveiling for comprehension”

uma forma particular de entendimento dessas mulheres como cidadãs de segunda classe dentro do Islã. O essencialismo invocado nesse processo projeta mulheres muçulmanas como uma categoria social *a priori* com qualidades embutidas que se tornam objetificadas através de um discurso de Alteridade. (Zine, 2002, p.12)³⁰

Essa história de representações de mulheres muçulmanas feita por Zine, que buscamos delinear, é de bastante utilidade para contextualizar as imagens das curdas das YPJ que estão sendo atualmente construídas. Nessas representações, encontramos traços da fetichização e exotização das quais Zine fala, recorrentes nas representações históricas de mulheres muçulmanas, por meio da repetição obsessiva das mesmas imagens das mulheres das YPJ, e da ênfase excessiva em seus traços estéticos positivos. Ao mesmo tempo, as curdas fogem radicalmente do estereótipo de donzela muçulmana ou de muçulmana oprimida pois pegam em armas, e fazem isso contra um dos maiores símbolos contemporâneos do “homem bárbaro”.

3.3. Projetando a agência liberal e a ideia de liberdade individual

Voltamos à questão da agência como um ponto essencial para diferenciar as curdas das YPJ, vistas como aliadas do Ocidente, de muçulmanas “comuns”, que recaem sob o escopo de representações contemporâneas como vítimas oprimidas e sem agência. O fuzil, que as soldadas das YPJ sempre estão portando em suas imagens mais disseminadas, é um símbolo maior dessa agência – da

³⁰ No original: “The continuity of colonial and Orientalist scholarship in contemporary representations construct Muslim women as a universal, ahistorical, and undifferentiated category who become essentialized through the uniqueness of their difference. Eurocentric discourses on Muslim women serve the continuing political intent of justifying western superiority and domination. This form of academic imperialism sets up a binary analytical framework that juxtaposes the West’s “liberated” women with Islam’s “oppressed” women. Positioning Muslim women within this dynamic has been used to frame a particular understanding of them as second-class citizens within Islam. The essentialism invoked in this process projects Muslim women as an *a priori* social category with embedded qualities that become objectified through a discourse of Otherness.”

mesma forma que o véu, sob o olhar ocidental e os preceitos do liberalismo, passou a ser visto como um representante da *falta de agência*. Essa concepção de agência no feminismo liberal³¹ é pautada na ideia de um sujeito “individual e autônomo, não onerado pela história e pela tradição e capaz de raciocínio deliberativo baseado em liberdade e igualdade” (Jabri, 2004, p.272)³².

Agência, nesse sentido “é situada na racionalidade do Eu” (Jabri, 2004, p. 272)³³. Segundo Saba Mahmood, a ideia liberal de que todos os humanos – assim como as sujeitas do feminismo – têm uma espécie de essência subjacente à cultura, uma *natureza humana* fundamental, traz certas suposições, como:

[A] crença que todos os seres humanos têm um desejo inato por liberdade, que todos nós tentaremos afirmar nossa autonomia de alguma forma quando isso nos for permitido, que a agência humana consiste primariamente de atos que desafiam normas sociais e não aqueles que as mantêm, e assim em diante. (Mahmood, 2012, p.5)³⁴

Vivienne Jabri chama esses ideais liberais de “feminismo da totalidade”. Através da suposição de que todos somos iguais *no fundo*, e que *no fundo* somos seres “racionais” que se comportariam da mesma forma sob determinadas circunstâncias (como Mahmood delinea), forja-se uma ideia de *sujeito universal* pautada em modos de vida ocidentais. Assim, enquanto “sujeita universal”, a Mulher Ocidental se torna um padrão a partir do qual as outras mulheres, não-ocidentais, deverão ser julgadas. Estas últimas são forçadas contra esse padrão, e imagina-se que elas só poderão ser verdadeiramente felizes quando forem “libertas” e absorvidas nessa totalidade. Assim se dão os processos orientalistas

³¹ Vemos esses preceitos não apenas no trabalho de Nussbaum, que Jabri critica abertamente, mas também sublinhando projetos que são “centrados na inclusão das mulheres em cenários mais amplos de justiça global” (Jabri, 2004, p.272), como muitas iniciativas de grandes organizações internacionais, tal qual a ONU, através de conceitos como *gender-balancing decision-making*.

³² No original: “(...) the individual autonomous self, unencumbered by history and tradition and capable of deliberative reasoning based on freedom and equality.”

³³ No original: “(...) situated in the rationality of the self”.

³⁴ No original: “(...) the belief that all human beings have an innate desire for freedom, that we all somehow seek to assert our autonomy when allowed to do so, that human agency primarily consists of acts that challenge social norms and not those that uphold them, and so on.”

que Zine descreve, que colocam muçulmanas como contrapartes oprimidas das mulheres ocidentais, e como cidadãs de segunda-classe no interior de sua própria cultura. Além disso, essa “cultura” acaba sendo vista como algo que nunca pode ser ocidental (pois ocidental é o sujeito universal, restando para a “cultura” ser sempre uma marca do Outro), além de oneroso, como uma rédea que direciona mulheres contra a sua “natureza” fundamental: aquela que deseja afirmar autonomia.

A “livre escolha” acaba sendo colocada como um dos objetivos principais desse feminismo liberal e das grandes políticas pela *inclusão* das mulheres: salários iguais em cargos iguais, mais mulheres em exércitos, na polícia, em empresas – ignorando que essas instituições trabalham dentro de um sistema controverso e muitas vezes opressor. Essa ideia que associa liberdade à “livre escolha” (fenômeno que permitiria a mulheres circular em espaços originalmente masculinos) é falsa, pois *todos* os sujeitos são frutos de uma história, de uma cultura, e de um contexto político e econômico que demarcam seu campo de possibilidades. No entanto, através da construção da ideia de um Eu racional subjacente a todas as mulheres (e que o Ocidente viabiliza), imagina-se que a mulher ocidental, sim, é aquela que possui a tal livre escolha, em relação às outras vivendo sob o peso da “cultura”.

É útil analisar a ideia central presente no texto *Is Multiculturalism Bad For Women?* (1999), de Susan Okin, e a crítica posteriormente feita por Wendy Brown (2006). Okin escreve em relação a uma tendência que ela observa: a de se exigir respeito ao multiculturalismo, em oposição, por exemplo, a exigir que um imigrante assimile completamente a cultura majoritária do lugar onde reside. Ela argumenta que o multiculturalismo seria prejudicial à igualdade de gênero, pois muitas culturas têm como princípio e/ou base a opressão das mulheres, então, em muitos casos, privilegiar os direitos de um “grupo” significaria passar por cima da igualdade de gênero. Ao longo do artigo, a “cultura” é sempre associada por ela a povos não-ocidentais, além de ser sempre conectada à opressão. Em uma passagem específica do texto, por exemplo, ela menciona praticamente todos os povos que vêm de ex-colônias como um grande aglomerado de “culturas patriarcais”:

Muitas das culturas e tradições no mundo, incluindo as que são praticadas no interior de Estados-nação previamente colonizados ou conquistados — o que certamente engloba a maioria dos povos da África, do Oriente Médio, da América Latina e da Ásia —, são distintamente patriarcais (Okin, 1999, p.14)³⁵.

Já Brown, por outro lado, argumenta que Okin se baseia em uma visão enviesada de “cultura”, na qual esta é associada sempre à opressão de gênero, em vez de ser relacionada a:

(...) convenções, ideias, práticas, produções e auto-entendimentos que vinculam e organizam as vidas de um povo particular. Em vez disso, para Okin, a cultura abrange modos de vida que não são marcadamente liberais, vinculados ao Iluminismo, jurídico-rationais, e, acima de tudo, seculares. Em sua visão, a cultura é implicitamente pré-moderna ou ao menos moderna porém incompleta. Para Okin, sociedades não-liberais *são* culturas; sociedades liberais são... estados, sociedades civis e indivíduos. A cultura aparece quando uma coletividade não é organizada pela autonomia, pelos direitos ou pela liberdade individuais (Brown, 2006, p.192)³⁶.

A liberdade de escolha das mulheres aparece, aí, como característica desse modo de vida liberal que não é exatamente “cultural”, mas sim “racional”. Na seção do texto de Okin chamada “Parte da Solução?”, ela especula que muitas mulheres poderiam estar bem melhor se suas culturas fossem extinguidas e as pessoas assimiladas pela cultura menos sexista predominante no local (se referindo, claro, a comunidades de imigrantes), ou então que essas comunidades fossem incentivadas a abandonar a opressão feminina. Ela diz que outras considerações deveriam ser feitas para se pensar nessa aparente solução, como a necessidade de preservação do idioma da tal comunidade especulativa patriarcal de imigrantes, mas: “(...) seriam necessários fatores significativos na outra direção para contrabalancear a evidência de que uma cultura severamente constrange as

³⁵ No original: “Many of the world’s traditions and cultures, including those practiced within formerly conquered or colonized nation-states—which certainly encompasses most of the peoples of Africa, the Middle East, Latin America, and Asia—are quite distinctly patriarchal.”

³⁶ No original: “(...) conventions, ideas, practices, productions, and selfunderstandings that bind and organize the lives of a particular people. Rather, for Okin, culture comprises ways of life that are not markedly liberal, Enlightenment-bound, rational-legal, and, above all, secular. Culture is implicitly premodern or at least incompletely modern, in her account. For Okin, nonliberal societies *are* cultures; liberal societies are... states, civil societies, and individuals. Culture appears when a collectivity is not organized by individual autonomy, rights, or liberty”.

escolhas das mulheres ou mina seu bem-estar de outras formas” (Okin, 1999, p.23)³⁷. A cultura, então, embarreira as escolhas.

Okin fala de basicamente todas regiões e continentes que são ex-colônias como potenciais portadores de uma tenebrosa cultura patriarcal – Ásia, África, América Latina, Oriente Médio – mas existe uma forte herança cultural nos Estados Unidos e Europa que associa esse peso da cultura especificamente a árabes e/ou muçulmanas. Nesse sentido, Abu Lughod, acadêmica que estuda representações culturais de muçulmanas nos Estados Unidos, escreve que foi frequentemente contactada para entrevistas depois do 11 de setembro e da Guerra ao Terror. Ela conta que:

A apresentadora do programa *NewsHour* me contactou primeiro em outubro para ver se eu estava interessada em dar um *background* para uma matéria sobre mulheres e islã. Eu maldosamente perguntei se ela já havia feito matérias sobre as mulheres da Guatemala, Irlanda, Palestina ou Bósnia quando o programa cobria guerras nessas regiões; mas eu finalmente concordei em olhar as questões que ela perguntaria aos entrevistados. As questões eram irremediavelmente generalistas. As mulheres muçulmanas acreditam em “x”? O Islã permite “z” para as mulheres? Eu perguntei a ela: se você substituísse por “cristão” ou “judeu” a palavra “muçulmano”, essas perguntas fariam sentido? (Abu-Lughod, 2002, p.784)³⁸.

Na resposta de Abu-Lughod à jornalista, ela está justamente tentando deixar em evidência que a primeira associação das pessoas ao pensar em uma guerra no Afeganistão é uma cultura islâmica que oprime mulheres; essa associação não acontece em outras guerras no mundo que não envolvem muçulmanos. Da mesma maneira, Abu-Lughod tenta deixar claro em sua resposta que associar mulheres oprimidas a uma religião não faria tanto sentido se

³⁷ No original: “(...) it would take significant factors weighing in the other direction to counterbalance evidence that a culture severely constrains women’s choices or otherwise undermines their well-being”.

³⁸ No original: “The presenter from the *NewsHour* show first contacted me in October to see if I was willing to give some background for a segment on Women and Islam. I mischievously asked whether she had done segments on the women of Guatemala, Ireland, Palestine, or Bosnia when the show covered wars in those regions; but I finally agreed to look at the questions she was going to pose to panelists. The questions were hopelessly general. Do Muslim women believe “x”? Are Muslim women “y”? Does Islam allow “z” for women? I asked her: If you were to substitute Christian or Jewish wherever you have Muslim, would these questions make sense?”

trocássemos a palavra “islã” por alguma outra – por que alguém perguntaria sobre as crenças ou sobre as coisas que mulheres podem ou não fazer no cristianismo?

Em uma coletânea baseada no ensaio de Okin, Martha Nussbaum (proeminente feminista liberal dos EUA), escreve que o tipo de liberalismo que ela defende tem como ponto de partida o reconhecimento da importância da liberdade religiosa, e: “ao chamar essas concepções de ‘razoáveis’, aponta para as muitas contribuições que as religiões tiveram, e continuam tendo, para a bondade da vida humana” (Nussbaum, 1999, p.110)³⁹. O problema nessa colocação é que Nussbaum é muito clara ao dizer que as contribuições das religiões são aquelas que parecem ser *razoáveis*. Mas o que, exatamente, é essa razoabilidade? Nussbaum chega a mencionar cultos satanistas como exemplos de grupos que não oferecem coisas boas para a sociedade e, por isso mesmo, não são reconhecidos como religiosos na América. Mas o exemplo utilizado parece ser até um pouco desonesto, em um contexto onde não são cultos satanistas que povoam o imaginário de medo *político* nos EUA: é a religião muçulmana, que, através de concepções orientalistas, é generalizada até o ponto de se tornar uma coisa homogênea, uma ameaça suprema, e o extremo oposto do cristianismo e da liberdade democrática (esses, sim, imaginados como racionais ou razoáveis, para usar o termo de Nussbaum). Conforme escreve Tzvetan Todorov, em relação aos países da Europa e da América do Norte:

A transformação do cenário político se acelerou desde o fim da Guerra Fria, como se a vida pública de um país precisasse de um oponente como inimigo, e após o desaparecimento do rival comunista, as pessoas tinham que projetar seus medos, preocupações e repulsas em algum outro grupo. Esse grupo será composto de estrangeiros, especialmente se são muçulmanos, resultando em surtos de xenofobia e islamofobia. O imigrante, uma figura multifacetada, passou a ocupar o lugar da ameaça ideológica anterior (Todorov, 2014, p.139)⁴⁰.

³⁹ No original: “by calling the conceptions “reasonable,” it gestures toward the many contributions religions have made, and continue to make, to the goodness of human life.”

⁴⁰ No original: “The transformation of the political landscape has accelerated since the end of the Cold War, as if the public life of a country needed an opponent as a foil, and after the disappearance of the Communist rival, the people had to project its fears, worries and revulsions on some other group. This group will be comprised of foreigners, especially if they are Muslims, resulting in outbreaks of xenophobia and Islamophobia.

O que entendemos a partir dessas reflexões, e principalmente da colocação de Abu-Lughod, é que o interesse repentino nas mulheres afegãs que sucedeu a ocupação estadunidense não dizia respeito a uma preocupação *com a condição das mulheres nas guerras do mundo*, mas sim com a demarcação do lugar de diferença, da “cultura” que designa sempre o Outro. Essa cultura, que somente aflige às muçulmanas, através do homem muçulmano que a domina, é aquilo que supostamente as impede, dentre outras coisas, de mostrar seus cabelos e/ou rostos e corpos, ocupar postos de trabalho masculinizados, e também de colorir cabelos, fazer suas unhas, usar maquiagem. E, ao caracterizar mulheres ocidentais como libertas por terem “acesso” a essas coisas e espaços, ignora-se todos os estereótipos de gênero que ainda atravessam a participação de mulheres em espaços masculinizados (aqueles que se manifestam claramente nos casos de Lynch e England), a dificuldade de chegar a esses espaços, além da violência e opressão constante que mulheres nesses cargos (e no Ocidente, em geral) sofrem. Torna-se uma questão de *melhorar* ainda mais as instituições estatais ocidentais e a circulação das mulheres nestas, em vez de criticar seus fundamentos patriarcais. Essa “forma de vida” continua sendo, em oposição, uma ótima alternativa à “vida de opressão” das mulheres muçulmanas. Nenhuma outra alternativa de vida costuma ser vislumbrada no discurso liberal, que enxerga as democracias representativas como o ponto de chegada de uma espécie de história dos sistemas políticos.

Através dessas concepções de agência, mulheres muçulmanas que usam véu passam a ser vistas como nada menos que um fenômeno antinatural, e são construídas culturalmente sob as representações de vítimas oprimidas e roubadas de seu poder “natural” de escolha – pois, se a natureza humana fundamental é aquela que busca sempre afirmar autonomia, que se ampara em uma “deliberação racional” que sempre favorece igualdade, então, algo está forçando essas mulheres a irem contra tal natureza. E isso *naturalmente* deve fazê-las sofrer. O “algo” em questão são os homens, “bárbaros”, supostamente forçando o peso da cultura sobre essas mulheres. A partir do momento que essas curdas refletem algo semelhante a essa concepção de livre escolha (ao pegarem em armas), não caem

The immigrant, a multifaceted character, has come to occupy the place of the previous ideological threat.”

mais sob esse tipo de representação. Segundo Jabri, uma implicação desse tipo de pensamento (especificamente aquele defendido por Martha Nussbaum) é “a produção de sujeitos cuja emancipação é definida em termos de sua plena participação na ordem liberal global” (Jabri, 2004, p. 275)⁴¹.

A ordem global é relevante pois esses preceitos liberais são, segundo Jabri, aquilo que orienta as formas contemporâneas de governança global e organiza o mundo – vemos exemplos em tantas medidas de organizações como ONU, Banco Mundial etc., que sempre definem “avanços” para as mulheres nos termos dessa *inclusão* em uma ordem previamente estabelecida. E, ainda:

[...] a principal força de um discurso hegemônico é quando sua auto-legitimação se baseia em uma afirmação de que esta é a única história disponível, uma narrativa construída como resultado de diálogo com seus sujeitos, ainda que estes últimos permaneçam de alguma forma ausentes, vazios, e, então, abertos à ocupação” (Jabri, 2004, p.275)⁴²

Se as curdas das YPJ participam ou não da “ordem liberal global” da qual Jabri fala é algo contestável. Muitos que se encontram alinhados à uma esquerda política ou a movimentos emancipacionistas diriam justamente que elas são *resistência* a essa ordem, a partir do momento que vão contra o Estado liberal e hierarquias opressoras. Mas, nos movimentos da mídia em que se oculta contexto histórico e político, forja-se um inimigo comum em relação ao Ocidente e se reproduz várias vezes a imagem da mulher que porta uma arma de maneira fetichizante. Isso acaba por reforçar sua feminilidade ao mesmo tempo em que funciona como símbolo de sua “livre escolha”, pois uma “muçulmana oprimida padrão” jamais teria acesso a uma arma, já que o “bárbaro” não a permitiria.

Assim, acaba-se por *enquadrar* essas mulheres nas narrativas do “feminismo da totalidade”, do qual fala Jabri (2004), através de um jogo de ênfases e silêncios estratégicos. Por isso mesmo, observamos manchetes como uma do jornal *Telegraph*, que diz: “Conheça as Soldadas Mulheres na Síria e no

⁴¹ No original: “(...) the production of subjects whose emancipation is defined in terms of their full participation in the global liberal order”.

⁴² No original: “The ultimate force of a hegemonic discourse is when its self-legitimization is based on an assertion that it is the only story available, a narrative constructed as the outcome of dialogue with its subjects, even as the latter remain somehow absent, empty, and hence open to occupation”.

Iraque Lutando pela Igualdade de Gênero e pela Liberdade”⁴³ (Argentieri, 2017), curiosamente categorizada sob as etiquetas *mulheres e estilo de vida*. Ao contrário de outros materiais que olhamos aqui, trata-se de uma matéria bem pesquisada e relativamente extensa, que contém entrevistas de campo em Rojava e com estudiosas da questão curda. Mas nosso interesse é na ênfase específica nos elementos de “igualdade de gênero” e “liberdade”, suportada por citações estratégicas das falas de mulheres da YPJ, como a de Suzdar Derik, comandante em Raqqa, onde ela diz que as YPJ lutam pela *liberdade de todas as mulheres* (Argentieri, 2017). O ISIS é mencionado 13 vezes, Öcalan uma vez, mas o Confederalismo Democrático não é mencionado nenhuma vez, e nem os questionamentos ao Estado-nação que Rojava e as YPJ trazem.

Sob a ótica desse tipo de reportagem, essas mulheres não estão lutando por emancipação em relação a estruturas políticas opressoras, nem por outra reivindicação política que não seja *liberdade e igualdade* de gênero – um assunto que deve caber exclusivamente a mulheres, segundo a categorização da notícia. Mas, o que é liberdade? No sentido que olhamos aqui, a liberdade não está vinculada ao desmantelamento de estruturas e mecanismos de opressão, mas sim a uma luta armada feita por mulheres, e a seu trânsito em diferentes esferas políticas. A reportagem do Telegraph (Argentieri, 2017) fala, por exemplo, sobre uma soldada das YPJ que sonha que mulheres tenham um papel diferente “na sociedade”, mas não menciona se essa sociedade é concebida pela soldada como a mesma sociedade do que a do Reino Unido (local de origem da publicação), ou se é um tipo diferente de sociedade, se seria uma sociedade reformulada.

Nesse sentido, as narrativas das quais estamos falando, que objetificam as curdas das YPJ e as fixam em uma imagem imóvel através da fetichização, tratam-se da mobilização da imagem delas na direção de um discurso hegemônico. Esse discurso hegemônico é aquele que faz dessas mulheres reflexos do Ocidente. O ato de pegar no fuzil se encaixa em um contexto maior, em um ideal liberal que imagina a liberdade de escolha, para as mulheres, como participação em espaços masculinos ou asserção de autonomia. Mas, apesar das mulheres das YPJ tecnicamente terem escolhido integrar um exército, elas dificilmente sonharam em

⁴³ No original: “Meet the Women in Syria and Iraq Fighting for Gender Equality as Much as Freedom”.

fazer parte de uma guerra cruel, que mata seus familiares e amigos diariamente. É difícil também que isso faça parte dos ideais de felicidade de alguém. O escopo de possibilidade das curdas é, na verdade, cruelmente delimitado pela necessidade histórica de sobrevivência do povo curdo, algo que é convenientemente ocultado quando se foca excessivamente (ou mesmo exclusivamente) na imagem glamourizada das YPJ – Angelina Jolie, Hollywood, “*Badass*”.

A repetitiva ênfase no fato de que as curdas da YPJ são bonitas, posam para fotos e usam maquiagem, além de congelá-las em um local de feminilidade padrão, é também um artifício para reforçar sua suposta livre escolha: a escolha de se vestirem e se portarem da forma que querem. Vamos brevemente situar isso em relação a uma tendência recente entre empresas de maquiagem ou roupas femininas de se apropriar da ideia de livre escolha para alinhar a marca a uma forma de feminismo liberal (focado nessa escolha, e não em emancipação econômica ou emancipação de estruturas patriarcais). Já se fala até mesmo em “*feminist beauty products*” (“produtos de beleza feministas”) (Stalder, 2017). Uma rede de farmácias britânicas chamada *Boots* recentemente utilizou uma frase da feminista Chimamanda Ngozi Adichie em suas campanhas de marketing, dizendo o seguinte: “por um tempo parei de usar maquiagem e escondi meus sapatos de salto alto. E me tornei uma versão falsa de mim mesma. Mas acordei e me vi a cores novamente, com minha confiança de volta” (Niven, 2016).

A marca *Dove* também vem há anos incorporando temáticas “feministas” em suas campanhas, evidenciando as alterações feitas em editores de imagens nas suas modelos, ou contratando modelos de tamanhos diferentes do padrão convencional. A beleza feminina passa a ser vendida como algo que vem de dentro: afinal, há uma versão “autêntica” da mulher, que às vezes precisa de maquiagem para ser viabilizada ou desvelada. Essa é a “mulher autêntica” das propagandas da *Dove*, que, apesar de ser “liberta”, contraditoriamente ainda depende de xampus e desodorantes específicos como condição de possibilidade do exercício dessa liberdade.

Sobre essa tendência, Nancy Fraser escreveu um texto que chamou de *How Feminism Became Capitalism's Handmaiden* (2013). Ela escreve que as principais reivindicações feministas mudaram — segundo Fraser, se antes as

feministas predominantemente criticavam a meritocracia, hoje prezam pela inclusão das mulheres; se antes a solidariedade era priorizada, hoje a prioridade são mulheres empreendedoras. Ela escreve:

Com o benefício de uma visão panorâmica, agora podemos ver que o movimento pela libertação feminina apontava simultaneamente para dois futuros possíveis. Em um primeiro cenário, imaginava um mundo em que a emancipação de gênero andava de mãos dadas com a democracia participativa e solidariedade social; em um segundo, prometia uma nova forma de liberalismo, capaz de dar às mulheres assim como aos homens os bens da autonomia individual, escolha aumentada, e avanço meritocrático. O feminismo de segunda onda era, nesse sentido, ambivalente. Compatível com qualquer uma dessas duas visões da sociedade, era suscetível a duas diferentes elaborações históricas (Fraser, 2013).⁴⁴

De acordo com ela, o segundo cenário está ganhando, e o feminismo acabou por contribuir para isso através de certos movimentos: 1- Uma crítica ao padrão de pensamento que associava homens ao ganha-pão de um lar, o que acabou legitimando uma ideia de “capitalismo flexível” por ser gênero-inclusivo, escondendo uma realidade de precariedade no mercado de trabalho e empobrecimento feminino; 2- Uma tentativa de transformar o “pessoal em político”, trazendo para a política questões anteriormente compreendidas como privadas, tal qual a violência doméstica, o que deveria ter expandido o repertório de lutas, mas acabou por deixar de lado o pensamento sobre o papel da economia na opressão de gênero; 3- Uma crítica ao paternalismo do bem-estar social, que acabou convergindo com a crítica neoliberal aos programas de auxílio financeiro estatal.

Essas três críticas e seus desdobramentos em um mundo neoliberal acabaram por constituir o cenário com o qual nos deparamos atualmente, segundo Fraser: um momento em que as preocupações predominantes no feminismo majoritário convergem com as das grandes instituições e dizem respeito à

⁴⁴ No original: “With the benefit of hindsight, we can now see that the movement for women's liberation pointed simultaneously to two different possible futures. In a first scenario, it prefigured a world in which gender emancipation went hand in hand with participatory democracy and social solidarity; in a second, it promised a new form of liberalism, able to grant women as well as men the goods of individual autonomy, increased choice, and meritocratic advancement. Second-wave feminism was in this sense ambivalent. Compatible with either of two different visions of society, it was susceptible to two different historical elaborations.”

“autonomia individual, escolha aumentada, e avanço meritocrático” (Fraser, 2013). É dentro desse *framework*, onde a livre escolha feminina leva ao sucesso e ao mérito e designa liberdade, que as curdas são muitas vezes lidas.

Voltamos, assim, ao caso de Joanna Palani: ela não se tornou objeto de interesse ocidental apenas por ser bonita e incorporar a imagem da Curda que Segura um Fuzil na luta contra o ISIS. Ela é interessante para o olhar ocidental porque também incorpora ideais liberais (inclusive por ter sido criada na Dinamarca) e reverbera o discurso da livre escolha, que ganha força nas narrativas sobre ela. Como dizem as manchetes da *Vice* e da *Maxim*, ela “fugiu” de uma vida confortável com o único propósito de lutar contra o ISIS, mesmo que isso colocasse sua vida em risco. Além disso, são reproduzidas várias fotos que Palani tirou de si mesma (um símbolo de vaidade), usando maquiagem: torna-se, assim, um duplo estandarte da livre escolha. A reportagem da *Vice* se encerra relatando a decepção de Palani com o fato de que a Dinamarca confiscou seu passaporte, impedindo seu retorno aos campos de batalha:

‘Eu sou uma garota curda europeia. A maior parte das minhas crenças e a minha moralidade são europeias. Eu não poderia viver no Curdistão por mais de 1 ou 2 anos – lá não é muito confortável pra mim enquanto mulher. Eu preferiria escolher justiça pública do que felicidade pessoal. Eu daria minha vida pela Europa, pela democracia, pela liberdade e pelos direitos das mulheres. Eu sinto que fui traída por aqueles por quem estava pronta para sacrificar minha vida’ (Whyte, 2016).⁴⁵

Dessa maneira, Palani é uma manifestação da imagem da Curda Segurando um Fuzil, e, para além disso, é também a protagonista perfeita para que essa imagem seja inserida em um tipo específico de narrativa, que se dá através de um perfil e de entrevistas (detalhados, no caso da *Vice*). Apesar de ser curda (e, portanto, não ser “autenticamente” ocidental), é nascida e criada no Ocidente, como ela mesma diz, e reverbera orgulhosamente os ideais liberais que supõem a emancipação feminina através da livre escolha. Se ela estava vivendo uma vida confortável na Europa, mas abriu mão disso para colocar sua vida em jogo em

⁴⁵ No original: "I am a European Kurdish girl. Most of my beliefs and morals are European. I couldn't live in Kurdistan for more than one or two years—it is not very comfortable there as a woman for me. I would rather choose public justice than personal happiness. I would give my life for Europe, for democracy, for freedom and for women's rights. I feel like I have been betrayed by those who I was ready to sacrifice my life for'."

nome dos “direitos das mulheres”, então, funciona como uma demonstração de que escolhas “realmente” podem ser livres, e que o Ocidente tem o dever proporcioná-las (embora tenha falhado, no caso de Palani, ao confiscar seu passaporte).

Evidentemente, Palani é apenas um caso dentre muitos, e nem começa a manifestar todas as complexidades e a diversidade que as curdas e que as YPJ apresentam, mas o fato de que ela tenha se destacado na mídia ocidental não é mero acaso. Ela incorpora certos marcadores de diferença devido ao fato de ser curda, mas, ao mesmo tempo, é suficientemente ocidental para ser admirada. Então, Palani incorpora a diferença, mas não de forma a desafiar alguma ideologia ocidental, o que a torna perfeita como receptáculo do fetiche com essas curdas. Segundo Bhabha, o fetiche cultural (mais especificamente aquele que marca o discurso colonial e que se entrelaça com o estereótipo), é sempre um jogo entre uma afirmação de similaridade e uma ansiedade gerada pela diferença e pela falta; ou seja, o fetiche é sempre contraditório, de certa maneira:

O fetiche ou estereótipo dá acesso a uma ‘identidade’ que é fundamentada tanto no domínio e no prazer quanto na ansiedade e na proteção, pois é uma forma contraditória e múltipla de crença ao reconhecer a diferença e desvalorizá-la (Bhabha, 1997, p.298)⁴⁶.

Joanna Palani é uma igual ao mesmo tempo em que é, de modo intransponível, um Outro. Vemos um movimento parecido nas estórias que Zine (2004) analisa – uma forma em que o fetiche se manifestava em contos orientalistas antigos era justamente a “conversão” da muçulmana, e de sua fidelidade, ao Ocidente.

Asia Antar e Rehana se destacaram na mídia de forma razoavelmente diferente de Palani. Asia já estava morta quando começou a ser amplamente noticiada, e suas “eulogias” midiáticas são fetichizantes, sexualizantes e contêm pouco senão nenhum conteúdo relevante sobre sua vida. Rehana é um caso especialmente interessante, pois sua existência nunca foi realmente comprovada, e é agora contestada. O que aconteceu foi que um jornalista sueco chamado Carl Drott tirou a foto de uma mulher em Rojava que era, segundo ele, uma guarda de

⁴⁶ No original: “The fetish or stereotype gives access to an ‘identity’ which is predicated as much on mastery and pleasure as it is on anxiety and defence, for it is a form of multiple and contradictory belief in its recognition of difference and disavowal of it.”

checkpoints internos, mas não descobriu seu nome. Posteriormente, essa imagem passou a ser divulgada na Internet sem vínculos com o fotógrafo, atribuindo à mulher o nome “Rehana” – que não é um nome curdo comum e é suspeitamente parecido com *Rihanna* – e atribuindo a ela a façanha de matar 100 guerreiros do ISIS. Passou a ser chamada também de “Anjo de Kobane” e voltou a ser notícia porque supostamente havia sido decapitada pelo ISIS. Carl Drott desmente a história⁴⁷. “Rehana” se tornou um mito na mídia, baseado em uma foto e um conto fantástico.

Rehana foi uma criação especialmente benéfica para múltiplos atores: para as YPJ, que tiveram sua existência disseminada; para o ISIS, que pôde afirmar seu poder e masculinidade através da notícia da decapitação de um símbolo feminino; e também para a mídia internacional, que pôde aumentar seus acessos através dessas notícias. Contraditoriamente, apesar de grande parte da mídia sensacionalista ocidental enfatizar símbolos de livre agência incorporados pelas mulheres das YPJ, Asia e Rehana (amplamente exploradas por essa mesma mídia) não tinham a capacidade de falar por si mesmas: uma estava morta, outra não existia. Eram facilmente manipuláveis para diferentes propósitos.

Mas Palani, ao contrário de Asia e de Rehana, falou por ela mesma. Lemos diversas entrevistas e longas reportagens com ela, e o que ela tinha a dizer refletiu exatamente o contexto ideológico hegemônico do feminismo liberal descrito por Jabri. Palani inclusive trocou sua filiação, saindo das YPJ para integrar as Peshmerga. Apesar de ambas serem forças curdas com participação ampla de mulheres, o contexto ideológico é profundamente distinto: Rojava tenta estabelecer um território autônomo horizontal, as Peshmerga fazem parte de um movimento nacionalista que visa construir um Estado curdo. O maior ponto comum entre as duas forças é justamente a luta contra o Estado Islâmico.

Assim, a vontade de matar terroristas é colocada como a maior filiação ideológica de Palani (em vez de emancipação política, ou nacionalismo curdo, por exemplo). Mais uma vez, reforça-se uma série de pontos: i) a feminilidade da curda guerreira, manifesta através da beleza de Palani e bastante explorada; ii) sua

⁴⁷ A declaração de Drott foi feita em 2014 pode ser lida em sua página no *Twitter*. Disponível em: <<https://twitter.com/CarlDrott/status/523455291627950080/photo/1>>.

filiação ao Ocidente, representada através de uma ocultação do contexto político maior e da ênfase na “luta contra os bárbaros” como grande pauta; iii) ideais liberais de agência, manifestos por sua “livre escolha” de “fugir” e ir lutar junto com as curdas de Rojava.

Então, mesmo que muitas curdas das YPJ adotem a religião muçulmana, isso não faz com que sejam vistas como abjetas, pois o fato de aparentarem ecoar ideais ocidentais/liberais de liberdade já faz delas suficientemente aliadas e torna possível que elas sejam representadas à imagem de um Ocidente que considera o islamismo e a religião muçulmana coisas retrógradadas, anacrônicas. Isso acaba gerando processos complexos de representação dessas mulheres: ao mesmo tempo em que o fato de serem não-ocidentais marca narrativas construídas sobre elas, seu caráter não-ocidental é frequentemente ocultado, manipulado e diminuído conforme conveniente. Parecem ser um paradoxo em relação aos estereótipos orientalistas: afinal, se elas são tão “libertas” a ponto de matarem terroristas do ISIS, como podem ser muçulmanas? As curdas das YPJ já foram objetos de reportagem até mesmo no jornal *Christian Post*, que olha para elas com nada menos do que admiração.

Nesse jornal, lemos a reportagem “Soldadas Mulheres nas Linhas de Frente Defendendo Cristãos, Minorias Religiosas” (Macura, 2015)⁴⁸, que é relativamente curta (cerca de 580 palavras) e não menciona a palavra “Rojava”. O cantão de Kobani é citado como local onde lutas acontecem, mas é situado na “Síria”, e não em Rojava, como se esse não fosse um território independente do governo sírio. A explicação sobre o que são as YPJ é a seguinte: elas “defendem a população curda da Síria e outros civis inocentes, inclusive os cristãos, do Estado Islâmico” (Christian Post, 2015)⁴⁹. A explicação sobre contexto dada na reportagem é: “As mulheres combatentes seguem uma tradição de mulheres curdas existente no norte do Iraque, e algumas atuaram e treinaram junto às forças

⁴⁸ Manchete original: ““Women Soldiers on the Front Lines Defending Christians, Religious Minorities Against ISIS”.

⁴⁹ No original: “(...) defends the Kurdish population of Syria and other innocent civilians, including Christians, from Islamic State”

curdas Pashmerga [sic] desde 1996, em oposição ao regime de Saddam Hussein”⁵⁰. Além de ser forjada uma oposição clara nessa explicação entre as curdas libertas e um Outro, que se manifesta na figura do regime despótico de Saddam Hussein, o restante da reportagem é preenchido por afirmações de desprezo das soldadas com relação ao ISIS.

É o ISIS que ajuda a estabelecê-las como objeto dessas reportagens a partir de uma oposição entre liberdade e barbarismo. E, apesar de serem objetos de fascínio ocidental, as curdas não são exatamente equivalentes à Jessica Lynch – elas ainda conservam um status de “Outro”, não-americano, que torna impossível que alcancem a categoria de heroínas do Ocidente, enquanto são mantidas em local de contemplação, um espetáculo a ser observado e um fetiche. São ainda mais sexualizadas do que Jessica Lynch – no caso desta, sua aparência feminina, loira, branca e angelical, encaixava-se em uma narrativa maior de ingenuidade e inocência, que a transformava em uma pessoa “sensual mas não sexual” (Sjoberg; Gentry, 2007, p.86), o que não se reflete no caso das curdas das YPJ.

Aliás, elas também não são como Lynndie England, vista como uma aberração que leva sua sexualidade a níveis grotescos (por meio de torturas sexualizadas a homens muçulmanos), o que seria um dano irreparável aos preceitos básicos da feminilidade. As curdas são femininas na medida certa, não são angelicais mas também não são aberrações, e “se filiam ao Ocidente”. Assim, essas mesmas mulheres das YPJ estrelam reportagens em locais tão diversos e contraditórios como a *Maxim*, revista internacional célebre por imagens sexualizadas de corpos femininos, e, ao mesmo tempo, o *Christian Post*, uma publicação religiosa e cristã nos EUA.

Falamos, até agora, de alguns elementos centrais nesse tipo narrativo sobre as curdas: i) um fetiche, que fixa determinada imagem das mulheres das YPJ, então manipulada segundo desejos, aspirações e propósitos políticos diversos, ii) um reforço de sua feminilidade, que viabiliza também sua objetificação; iii) um reforço de sua agência, manifesta por meio de sua “livre escolha” e da filiação ao

⁵⁰ “The women fighters follow a tradition of Kurdish women warriors found in Northern Iraq, and some have operated and trained with the Kurdish Pashmerga [sic] forces since 1996, in opposition to Saddam Hussein's regime”.

Ocidente. Esses elementos são frequentemente contraditórios entre si: como mulheres “livres” podem ser tão livres assim se estão vivendo vidas precárias, em uma guerra devastadora, e se são frequentemente objetificadas por sua beleza, fixadas em um local de feminilidade-padrão? Essas são justamente as contradições que constituem esse jogo narrativo, responsável por reforçar ideais feministas liberais através de narrativas superficiais sobre as YPJ.

Segundo o trabalho de Jabri (2004), esse feminismo liberal visa incorporar determinadas ideias feministas ao capitalismo, em vez de pôr fim a suas estruturas opressoras. A partir disso, podemos concluir que, para realizar esse propósito político, navegar entre aparentes contradições é necessário: uma mulher deve ser emancipada porque a emancipação feminina anda vendendo produtos e intervenções militares, mas não pode se emancipar *demais* para que não abale estruturas ou incomode homens no poder, e porque deve se manter vivo o Estado liberal. O orientalismo, nessas narrativas, também é instrumental: para que se mantenha vivo o Estado liberal, é preciso massacrar a diferença e forjar uma narrativa de totalidade, que elimina possibilidades alternativas fora de uma dualidade binária entre a Eu liberta através do Estado liberal e a Outra oprimida pelo Islã.

Aqui estamos falando de uma questão referente ao *enquadramento* realizado por veículos de mídia *mainstream* ocidentais sobre as YPJ. No entanto, os aspectos abordados até o momento estão longe de serem os únicos possíveis quando se trata da questão de Rojava: há ainda as reivindicações de Rojava, as reivindicações curdas, o Confederalismo Democrático etc. A ênfase exclusiva na luta contra o ISIS e o ocultamento sistemático de todos os outros aspectos envolvidos na luta das YPJ, reduz essas mulheres a um mero objeto de oposição aos homens do ISIS, que não existe de forma independente. E, além disso, também relembra que, no fim das contas, essas mulheres ainda são vulneráveis: pegam em armas, mas as escravas sexuais do ISIS poderiam ser elas, sendo tal destino algo a se combater.

Então, a identidade fundamental das curdas das YPJ é definida nesse tipo de mídia pelo fato de serem mulheres, libertas e temporariamente aliadas ao Ocidente – um contraponto ao Outro e seu “barbarismo”. Nesse sentido, é difícil

definir se o protagonismo nessas narrativas de “emancipação feminina” é das mulheres da YPJ ou se é do ISIS, já que, através das lentes utilizadas nas mídias que analisamos, essas mulheres não parecem ter nada valioso para além dos atributos que mobilizam em sua luta contra o grupo islâmico. Na próxima seção, buscamos explorar como se constrói essa oposição através de um olhar voltado para construções orientalistas sobre homens muçulmanos e suas relações com mulheres.

3.4. Emasculando os terroristas

“Tem um belo luar e orgias demais
Quem se distrair pode até cair
Ficar para trás”

Noites na Arábia – Aladdin

As mulheres das YPJ obviamente não ignoram a questão do ISIS, tendo em vista que se dedicam a combater essa organização. Elas também discutem o ISIS em seu Site próprio. Por exemplo, em um texto de 2016 sobre uma Conferência de Mulheres que aconteceu em Rojava, as YPJ agradecem a todas as participantes “em nome de todas as mulheres que estão lutando contra o ISIS sob a bandeira das YPJ” (YPJ, 2016), e afirmam que estão confiantes que as vozes de mulheres vão se sobressair para erradicar as raízes do terrorismo. Mas elas também escrevem, por exemplo, que a Conferência tem um papel importante em despertar atenção para “as situações e lutas das mulheres, sua influência em processos de tomada de decisão e políticas ao redor do mundo” (YPJ, 2016). Também falam sobre a importância da autonomia das mulheres e da tomada de decisões independentes.

Além disso, nos princípios das YPJ constam afirmações em defesa do pluralismo, da independência anti-escravidão, auto-defesa feminina e da necessidade de construção de uma nova cultura não-patriarcal (YPJ, 2014). Mas essas questões não são as mais discutidas quando se fala das YPJ, e não é à toa. Acontece que o ISIS é uma *commodity* de alto valor na economia de atenções

globais, um termo que logo desperta sentimentos fortes. Também não é à toa que as reportagens que lemos aqui são todas On-line: um meio onde a circulação de informações é muito mais rápida do que no papel, e onde manchetes chamativas e textos panfletários significam maiores margens de lucro. Não podemos pensar nas YPJ como agente passivo nesse processo, até porque elas mesmas incorporam o ISIS em seus materiais publicitários, divulgados ambos em curdo e em inglês. Mas podemos refletir sobre como muitas outras discussões sobre as YPJ são ocultadas, como essas que mencionamos constarem na notícia sobre a Conferência, em detrimento de um foco no ISIS – e quais são as motivações por trás disso. Algumas delas já abordamos anteriormente; agora, buscaremos discutir certos sentimentos ocidentais por trás da fixação com o ISIS.

Para isso, é útil começar pensando em uma cena específica: logo após um tiro atingir uma parede a alguns centímetros de sua cabeça, uma mulher trajando uniforme militar e segurando um rifle ri e brinca com alguma outra pessoa por trás da câmera. Esse vídeo, de apenas alguns segundos, circulou consideravelmente pela Internet – em canais de *YouTube*, veículos de mídia e páginas diversas – com títulos como: “Rindo na Cara do ISIS: Valente Sniper Curda Dá Risadas e Mostra a Língua Após Bala de Terrorista Errar Sua Cabeça por Centímetros” (Webb, 2017), do jornal *The Sun*, e “Assista Essa Sniper Duroa Rir de Atirador do ISIS Após Bala Quase Acertar Sua Cabeça” (Huff, 2017)⁵¹, publicada no jornal *Maxim*. Essa se tornou uma das notícias mais repercutidas internacionalmente sobre as curdas da YPJ; a reprodução das imagens de uma mulher que ri do ISIS é uma forma bastante eficaz de emasculação desses “terroristas bárbaros”.

Mary Dickson é uma escritora que co-produziu um documentário sobre violência contra mulheres em 1998. Em um texto sobre essa questão, chamado *A Woman's Worst Nightmare* (1996), Dickson diz:

A Romancista Margaret Atwood escreve que, quando ela perguntou para um amigo homem por que homens se sentem ameaçados por mulheres, ele respondeu: ‘Eles têm medo de as mulheres rirem deles’. Quando ela perguntou para um grupo de

⁵¹ Manchetes no original: “Laughing in the Face of ISIS: Kurdish Sniper Giggles and Sticks her Tongue Out After ISIS Terrorist’s Bullet Misses Her Head By Inches”; “Watch this Badass Female Sniper Laugh at ISIS Gunmen After Bullet Narrowly Misses Her Head”.

mulheres por que elas se sentem ameaçadas por homens, elas disseram: ‘Nós temos medo de sermos mortas’ (Dickson, 1996).⁵²

A fonte original da citação não é facilmente localizável, mas a frase acabou se tornando bastante conhecida por feministas – aparecendo, inclusive, na série *The Fall*, aclamada pelo seu tratamento de questões de gênero. Nessa frase, a risada feminina representa a ridicularização (e consequente *diminuição*) de um homem, desafiando sua autoridade e força, pressupostos centrais de uma masculinidade à qual o homem heteronormativo desenvolve um apego especial. Não é como a ameaça que assombra as mulheres, cujo conteúdo é mais fundamental, pois suas próprias vidas é que estariam em jogo. Nessa balança de medos, portanto, homens têm medo de serem tolhidos de sua masculinidade, enquanto mulheres têm medo de serem tolhidas de suas vidas.

Esse pesadelo da emasculação masculina permeia a repercussão do vídeo da curda que ri. Esse medo atravessa também uma série de notícias como “O ISIS Tem Medo de Garotas” (Dearden, 2015), do jornal Independent, ou “O que Realmente Assusta o ISIS? Garotas!” (Malm, 2015)⁵³, do jornal Daily Mail. Nessa segunda reportagem, por exemplo, lemos que:

O ISIS pode temer as mulheres das YPJ, mas um relato independente [...] indica que eles conseguiram poder de fogo para sustentar eventuais ataques nas fronteiras curdas. Hoje mais cedo, combatentes do ISIS publicaram imagens assustadoras na linha de frente de seus tanques e arsenal de alta tecnologia, roubados do exército iraquiano. As fotos, que apareceram no *feed* de Twitter do Terrormonitor, inclui militantes usando lança-mísseis portáteis e armas automáticas, e alega-se que foram tiradas durante uma batalha no aeroporto militar de Deir Ezzor, na Síria. Elas surgiram apenas dias depois de um relato da Anistia Internacional afirmar que os extremistas do ISIS eram ‘como crianças em uma doceria’, quando avançaram em direção ao Iraque - por causa a

⁵² No original: “Novelist Margaret Atwood writes that when she asked a male friend why men feel threatened by women, he answered, ‘They are afraid women will laugh at them.’ When she asked a group of women why they feel threatened by men, they said, ‘We’re afraid of being killed.’”.

⁵³ Manchetes originais: “ISIS is Afraid of Girls”; “What really scares ISIS? Girls!”.

quantidade de armas ocidentais que eles estavam livres para levar (Malm, 2015).⁵⁴

Ou seja: os integrantes do ISIS são comparados a crianças (pela dependência de tutela alheia) em posse de artefatos ocidentais muito perigosos, que eles não parecem ter a racionalidade necessária para manusear. No entanto, seria necessário apenas um grupo de mulheres guerreiras para quebrar essa fachada de perigo e bravura. A justificativa é que eles supostamente imaginam que não serão recompensados com o paraíso pós-morte caso morram por mãos femininas. Os aspectos definidores dessa narrativa são dois: o barbarismo do Outro e a ideia de que a masculinidade desse Outro, marcada por uma avidez por possuir armas perigosas e usá-las, é irracional e apenas uma bravata que esconde o ridículo de eles terem *medo de mulheres*.

No mesmo sentido, uma manchete no New York Post diz: “Mulher que fugiu para lutar contra o ISIS: ‘Eles são muito fáceis de matar’”⁵⁵ (Killalea, 2016), citação atribuída a Palani que expressa que “no fundo” o ISIS não é tão “durão” quanto parece e “até” mulheres têm facilidade em matá-los. A repetição de afirmações desse tipo caracteriza uma tentativa de expor a “falsidade” dessa bravata autodeclarada pelos homens do Estado Islâmico pelas vias de uma *emasculação*. A escolha da palavra “garota” em detrimento de “mulher” nessas manchetes também é interessante, pois o termo “garota” é normalmente associado à juventude, por vezes até mesmo infância, o que acaba dando a impressão que temer uma “garota” é ainda mais ridículo do que temer uma mulher.

E, nesse caso, como o emasculado é um Outro, inimigo fundamental dos valores ocidentais, a emasculação masculina não é tanto um pesadelo quanto um

⁵⁴ No original: “ISIS may fear the women of the YPJ, but a separate report [...] indicates that they have obtained the firepower to back up possible attacks on the Kurdish frontlines. Earlier today, ISIS fighters posted chilling pictures from the front line of their tanks and the hi-tech arsenal they looted from the Iraqi army. The images, which appeared on Terrormonitor's Twitter feed, include militants using handheld rocket launchers and automatic weapons, were reportedly taken during a battle at Deir Ezzor military airport in Syria. They emerged just days after a report by Amnesty International claimed ISIS extremists were 'like children in a sweetshop' when they advanced into Iraq - because of the number of Western weapons they were free to take.”

⁵⁵ No original: “Woman who ran away to fight ISIS: ‘They’re easy to kill’”.

motivo de satisfação e prazer para um olhar ocidental sensacionalista. Uma vez que a maior humilhação possível para um homem é ser emasculado, essa se torna uma estratégia de guerra, *especialmente* quando o inimigo é um grupo fundamentalista islâmico. Representações orientalistas históricas sobre muçulmanos os colocam em um lugar único de perversão e culto bárbaro à masculinidade – imagina-se que, de todos os homens do mundo, aqueles que mais sentem dor com sua própria emasculação e/ou feminilização são os “Árabes” (categoria comumente transformada em guarda-chuva para diversos povos, culturas e expressões religiosas).

Jasbir Puar (2007) analisa a tortura de Abu Ghraib e sua repercussão sob a luz dessas representações. Segundo ela, representações orientalistas monolíticas, baseadas em uma ideia binária de diferença cultural, tornaram-se instrumentos de orientação dessa tortura:

O tabu da homossexualidade nas culturas islâmicas figura fortemente na equação do motivo da tortura ter sido tão “eficiente”; essa interpretação das normas sexuais no Oriente Médio – sexualidade é reprimida, mas a perversidade está lá borbulhando logo abaixo da superfície – forma parte de uma tradição orientalista de séculos, um fantasma orientalista que certamente orientou as fotografias da tortura em Abu Ghraib. (Puar, 2007, p.83)⁵⁶

Puar ressalta que essa ideia orientalista de que árabes e/ou muçulmanos em geral reprimem suas sexualidades e, por isso mesmo, são na verdade perversos, orienta certas estratégias de inteligência estadunidenses, como a tortura:

É precisamente através desse conhecimento que o exército dos Estados Unidos foi diplomaticamente instruído. É exatamente essa noção nada sofisticada de diferença cultural Árabe/Muçulmana/Islâmica – no singular – que a inteligência militar capitalizou para criar uma matriz de técnicas de tortura que se acreditam ser culturalmente específicas e, portanto, “eficientes” (Puar, 2007, p.82).⁵⁷

⁵⁶ No original: “The taboo of homosexuality in Islamic cultures figures heavily in the equation for why the torture has been so “effective”; this interpretation of sexual norms in the Middle East—sexuality is repressed, but perversity is just bubbling beneath the surface—forms part of a centuries long Orientalist tradition, an Orientalist phantasm that certainly informed photographs of the torture at Abu Ghraib.”

⁵⁷ No original: “it is precisely through this knowledge that the U.S. military has been diplomatically instructed. It is exactly this unsophisticated notion of Arab/Muslim/Islamic

Por isso mesmo observamos uma história de tortura contra árabes e muçulmanos com teor sexual que antecede Abu Ghraib.⁵⁸

Observamos que, dentro dessa compreensão orientalista, a masculinidade do homem árabe é compreendida como fundamentalmente diferente daquela do homem ocidental – ao contrário do homem Ocidental, o árabe/muçulmano seria marcado pela perversão de uma cultura retrógrada. Mas qual é o papel das mulheres nessa equação? Após a divulgação das fotografias da tortura de Abu Ghraib, Lynndie England passou a ser compreendida pela opinião pública nos EUA como uma criatura pervertida, mesmo havendo outros soldados envolvidos; por ser mulher, no entanto, a postura de England ganhou destaque. Uma mulher que aparentava se sentir tão confortável nesse local de masculinidade representado pela violência bruta, abdicando de qualquer traço de vulnerabilidade e sensibilidade, acabou sendo vista não como mulher, mas sim como uma monstrosidade, em oposição à naturalidade com a qual homens são vistos ao praticarem os mesmos tipos de ato.

As manchetes sobre as YPJ das quais estivemos falando, bem como a disseminação viral do vídeo onde uma curda ri do ISIS, também colocam as curdas em papel de “emasculadoras dos terroristas”. Mas, diferentemente de England, nas representações que vemos das YPJ, as curdas não aparentam falar a linguagem radicalmente masculina da emasculação, aquela da tortura e degradação físicas, de uma violência “suja”. Pelo contrário, a emasculação dos terroristas por parte das curdas se dá pelo meramente por *serem soldadas e portarem fuzis* – elas só precisam lutar uma “guerra justa” contra inimigos

cultural difference—in the singular—that military intelligence capitalized on to create what it believed to be a culturally specific and thus “effective” matrix of torture techniques.”

⁵⁸ Puar aponta para o livro *The Arab Mind* como um forte local de disseminação das representações orientalistas de árabes como pervertidos, o que deu origem a essas técnicas de tortura. Esse livro foi escrito por Raphael Patai, antropólogo cultural, e publicado em 1973. Desde então, vem sendo ainda vendido em diversos países do mundo, além de ser abertamente utilizado como referência pela CIA (Agência de Inteligência Central). Nesse livro, Patai analisa de forma generalista a “mentalidade árabe” e seus supostos valores centrais, como por exemplo a virilidade – uma masculinidade bruta – como um elemento que está no cerne da personalidade de homens árabes e de sua própria constituição como sujeitos.

universalmente abomináveis para cumprir um papel emasculante, já que esses homens, definidos como causas de terror, são eles mesmo supostamente *aterrorizados* pela ideia de morrer pelas mãos de uma mulher.

Além disso, a tática de emasculação masculina mais atrelada à feminilidade é a risada – aquela que mais amedronta o grupo de homens questionado na anedota de Mary Dickson, e que aparece no vídeo da curda. Já o fato de esse vídeo ter sido tão disseminado e replicado revela que, muitas vezes, e independentemente de orientações políticas, nós do lado de cá retiramos alguma forma de prazer com a emasculação “limpa” do homem do ISIS, do “inimigo bárbaro”. Se a tortura de Abu Ghraib ultrapassou certos limites e foi descrita publicamente como uma abominação conduzida por um monstro, isso não significa que a emasculação árabe não seja fonte de prazer para o público ocidental caso venha em outros “formatos”. De fato, essa emasculação emerge repetidamente nas mídias analisadas nesta dissertação, constituindo um fetiche cultural, uma imagem que se repete, replica e se torna também intimamente atrelada à imagem das curdas soldadas.

O conto medieval *Historica Ecclesiastica* que citamos na seção anterior, analisado por Jasmin Zine (2004) – onde uma princesa muçulmana se converte ao cristianismo e casa com um europeu, traíndo seu pai e seu povo – representa, segundo a autora, a emasculação do homem árabe/muçulmano. No mundo contemporâneo, e nas representações específicas que estamos estudando, o imaginário evocado não é muito diferente: a emasculação do Outro ainda é um objetivo a ser alcançado, e a mulher do Outro segue sendo uma ótima ferramenta a ser apropriada para esse fim. Essa forma de apropriação é subjacente à maioria das reportagens que mencionamos até agora neste capítulo.

O fetiche com a imagem da curda guerreira é, então, também o fetiche com a emasculação do “árabe bárbaro”. Ambos acabam sendo imaginados como elementos contrapostos em uma guerra com dois lados muito bem definidos. Observamos, nesse processo, relações de poder intermediadas por gênero e sexualidade e amparadas em pressupostos orientalistas; nessas relações, as curdas da YPJ se transformam em instrumentos através de narrativas feitas sob determinadas lentes bem específicas. E, como Puar observa, foram essas relações

que permitiram que os Estados Unidos construíssem sua própria imagem de “excepcionalismo sexual” em relação ao Outro:

Através de reações feministas, *queer* e até mesmo conservadoras à violência em Abu Ghraib, temos uma visão clara dos privilégios performativos envolvidos no “benefício do falante” de Foucault: um modelo de excepcionalismo sexual através do qual aqueles capazes de articular um conhecimento sexual (principalmente acerca de si mesmos) parecem se libertar, através de um ato de fala, do espaço de repressão. (Puar, 2007, p.95).⁵⁹

Na passagem acima, Puar mobiliza ideias foucaultianas para articular como os Estados Unidos parecem construir seu “excepcionalismo sexual” em relação a um outro. Em *A História da Sexualidade I: A vontade de Saber* (1999), Foucault tenta desbancar a hipótese repressiva da sexualidade, segundo a qual a sexualidade (especialmente a feminina) vem sendo socialmente silenciada, apagada e limitada. Segundo Foucault, ao contrário disso, a sexualidade humana não vem sendo reprimida, mas sim *controlada*. Ele fala sobre o exemplo das confissões na igreja católica na época vitoriana, onde atividades sexuais, ao contrário de serem silenciadas, deviam ser relatadas nos mínimos detalhes para que fossem subsequentemente perdoadas. Os mecanismos de poder (social e político) que atravessam a sexualidade humana não funcionam como algo “negativo”, que suprime, mas sim “positivo”, que organiza.

Então, o ato da fala é especialmente importante nessa organização da sexualidade na sociedade. O confessionário católico é o exemplo de um local onde a articulação da sexualidade precede o perdão e a redenção. Assim, ainda que seja tabu que mulheres discutam suas vidas sexuais em uma mesa de jantar familiar, existem locais e momentos socialmente apropriados para isso. Não se reprime essa sexualidade feminina, ela é organizada e controlada. No entanto, a partir do momento que a repressão é compreendida como o “calar” do ato e da fala sexual, entende-se que, quando um sujeito fala e age sexualmente, está *liberto*, apesar de ainda estar agindo e falando dentro de uma matriz de táticas de poder

⁵⁹ No original: “Through feminist, queer, and even conservative reactions to the violence at Abu Ghraib, we have a clear view of the performative privileges of Foucault’s ‘speaker’s benefit’: an exemplar of sexual exceptionalism whereby those who are able to articulate sexual knowledge (especially of themselves) then appear to be freed, through the act of speech, from the space of repression”.

que organizam e controlam sua sexualidade). Decorre disso que, assim como em um confessional, a fala é imaginada como precedendo a libertação; é a partir disso que Puar articula, na passagem acima, que aquele que fala e pode falar sobre a sexualidade abertamente (o ocidental) é compreendido como mais liberto do que aquele que supostamente não fala e não pode falar (o oriental).

Segundo Puar (no trecho acima citado), esse processo, responsável por construir a compreensão do falante ocidental como liberto, independe de posições políticas – acontece em todo espaço em que se desenha uma linha intransponível de diferença cultural entre um Eu e um Outro, baseada na sexualidade e no gênero. Estamos falando da construção de imaginários que acabam moldando o mundo. Ainda segundo Puar, a tortura também constitui o sujeito em um processo co-constitutivo: “o corpo molda a tortura, mas a tortura também molda o corpo” (Puar, 2007, p.87)⁶⁰. Então, torturas como as de Abu Ghraib podem ser informadas pela noção de que certos homens árabes se humilham pela destituição e desvalorização de sua virilidade, algo que toma formas homogêneas: *todo homem árabe e/ou muçulmano é assim, é algo da cultura deles*. Ao serem executadas, essas torturas passam elas mesmas a imprimir nesse corpo essa vergonha: se não existia antes, agora existe. Difícil acreditar que qualquer homem, de qualquer parte do mundo, lidaria muito bem com as situações expostas em Abu Ghraib – mas o Homem Árabe acaba sendo colocado no lugar de maior afetado, tornando-se e mantendo-se, dessa maneira, o maior afetado.

A existência do ISIS é uma condição de possibilidade e viabilização do fascínio midiático reducionista voltado a essas curdas, e, em maior medida, do próprio interesse ocidental. Por isso, também lemos frases como: “Recrute suficientes mulheres totalmente duronas como essas e o ISIS não terá nenhuma chance” (Huff, 2016), em reportagem da revista Maxim⁶¹. A luta contra o ISIS nas regiões anexas à Rojava tem sido feita por um grupo de pessoas com um projeto político muito específico por trás – que pode incluir aspirações de igualdade de gênero, mas não se limita a isso. No entanto, no tipo de reportagem sensacionalista que temos explorado neste capítulo, a luta é individualizada e se

⁶⁰ No original: “the body informs the torture, but the torture also forms the body”.

⁶¹ No original: “Recruit enough thoroughly badass women like these into the fight and ISIS won't stand a chance.”

transforma em uma questão de mulheres (que representam liberdade e valentia) contra bárbaros, em uma guerra das civilizações binária.

Não buscamos, aqui, contestar ou perpetuar visões sobre o ISIS – um grupo que se entende mais ou menos universalmente como abominável, independentemente de posicionamentos políticos. Nosso objetivo, ao contrário, é mostrar como aspirações políticas diversas acabam sendo colocadas nas margens da luta contra esses terroristas por parte do Ocidente. Nesse processo, mulheres se tornam, mais uma vez, objetos sexuais e instrumentos para políticas de Estado. Através das mídias que analisamos neste capítulo, projetam-se desejos sexuais e desejos de emasculação nessas curdas, bem como pressupostos do feminismo liberal. Dessa maneira, algumas promessas que essas mulheres incorporam – como as promessas de emancipação e da construção de novos modos de vida – são totalmente ocultadas, e suas vozes são marginalizadas em nome da perpetuação de ideais ocidentais hegemônicos (orientalismo, objetificação feminina e pressupostos liberais, por exemplo), disfarçados como um desejo de aniquilação de um inimigo comum e uma admiração por quem o aniquila.

4

Guerreiras pela Liberdade contra o Estado-nação**4.1. Liberdade e lutas sob disputa**

“Nenhuma mudança social de verdade aconteceu sem uma revolução – a revolução não é nada além do pensamento levado à ação” – Emma Goldman.

No capítulo anterior, lemos um tipo de narrativa sobre Rojava comum em mídias sensacionalistas ocidentais, onde ocultam-se detalhes contextuais e o pano de fundo político de Rojava, focando exclusivamente nas mulheres da YPJ – não em suas reivindicações políticas ou em particularidades de suas vidas, mas sim em características específicas de sua feminilidade e seu caráter de combatentes, manifestos através de imagens muito semelhantes e reproduzidas à exaustão. Nessas mídias (que incluem o The Sun, Independent, Maxim, e até mesmo o Christian Post) é comum que vejamos manchetes expressando de diferentes formas que há mulheres belíssimas que lutam contra o ISIS (uma delas até mesmo parecida com Angelina Jolie) e que, por causa dessa luta, essas mulheres possuem um poder especial sobre esse grupo.

Constatamos, então, que a ênfase nesses fatores (a feminilidade dessas mulheres e a luta contra um inimigo comum) toma a forma de um fetichismo que, muitas vezes, viabiliza narrativas monolíticas sobre as curdas da YPJ. Essas narrativas as constroem como aliadas do Ocidente na luta contra o terrorismo em várias mídias *mainstream* com públicos-alvo diversos, o que se contrasta com uma situação local mais complexa do que isso – as YPJ e YPG são organizações que encontram inspiração no PKK (Partido dos Trabalhadores Curdo), e em Abdullah Öcalan, designado como terrorista pelos Estados Unidos, União Europeia e Turquia. Não há contradição maior do que louvar a luta de mulheres

contra terroristas enquanto essas mesmas mulheres encontram inspiração no projeto político de um *outro* “terrorista”.

Mas esse tipo de narrativa sobre Rojava não é o único possível. Coletivos políticos e militantes com publicações independentes, além de acadêmicos ocidentais, a maioria destes filiados à alguma forma de esquerda política e/ou ao anarquismo, costumam aplicar lentes bastante diferentes em suas avaliações da questão de Rojava. Tipicamente levantam ou discutem a fundo o contexto e aspirações políticas locais, e é possível encontrar uma série de perspectivas dissidentes sobre Rojava, que entram em conflito entre si. Muitos desses autores escrevem sobre isso também em mídias ocidentais de grande circulação (como o *The Guardian* e *The New York Times*), outros em mídias menores e/ou alternativas. Um dos autores que mencionamos neste capítulo publicou na revista *Vice*, que também foi mencionada no capítulo anterior.

Acadêmicos anarquistas como David Graeber (2014) e/ou libertários como Janet Biehl (2012) defendem que observamos em Rojava uma verdadeira revolução, e a participação das mulheres é apontada como um sinalizador disso. O sentido dessa revolução pode ser visto a partir de títulos como *Revolution in Rojava: Democratic Autonomy and Women’s Liberation in Syrian Kurdistan* (2016), onde “revolução” é conectada às ideias de autonomia, democracia e libertação feminina. Já Gilles Dauvé, teórico comunista francês, escreve que:

Na melhor das hipóteses, permanecerá alguma forma local de auto-governo, educação progressista, uma imprensa livre (sob a condição de evitar blasfêmia), um Islã tolerante e, obviamente, paridade de gênero. Nada mais. Mas ainda o suficiente para que aqueles que querem acreditar em uma revolução social continuem acreditando em uma – desnecessário dizer, ao desejar que essa democracia se torne ainda mais democrática (Dauvé, 2015)⁶².

Por outro lado, um acadêmico chamado Petar Stanchev publicou, na *ROAR Magazine* (2015), publicação independente voltada a lutas populares, um texto sobre discursos colonialistas proferidos por comunistas e anarquistas, em resposta

⁶² No original: “At best there will remain some local self-government, progressive education, a free press (on the condition of avoiding blasphemy), a tolerant Islam and, of course, gender-parity. No more. But still enough for those who want to believe in a social revolution to continue believing in one — needless to say by wishing for this democracy to become even more democratic”.

às críticas feitas por Dauvé. Stanchev defende que as interpretações supostamente objetivas de Dauvé sobre Rojava se baseiam em um olhar paternalista ocidental, que julga as experiências do outro em relação a concepções prévias do que seria uma revolução legítima.

Já a obviedade identificada por Dauvé na paridade de gênero como resultado do processo político em curso em Rojava, deve advir do fato de que a luta das mulheres é referência onipresente em narrativas sobre a região; mas, para muitos, essa paridade de gênero não é algo tão auto-evidente assim. Duas militantes curdas que vivem na Europa, Meral Çiçek (2016) e Dilar Dirik (2014), criticam a perspectiva ocidental romantizada e orientalista sobre as mulheres curdas em Rojava, defendendo que elas vêm de um *longo e árduo* histórico de lutas por mais do que apenas o fim do ISIS: lutam por um novo sistema político e por uma democracia radical. Já militantes anarquistas argentinas, que tiveram suas opiniões traduzidas em uma revista publicada pela *The Anarchist Library* (2015), declaram que uma revolução não pode ser considerada feminista apenas por conter mulheres e criticam o feminismo de Rojava por ser derivado das ideias de um líder patriarca, Abdullah Öcalan.

Não observamos algum tipo de *grande narrativa* coerente que atravessasse os vários discursos proferidos por pessoas filiadas à esquerda política e/ou a um viés libertário. No entanto, podemos facilmente observar que se mantém de forma mais ou menos constante a importância do fato de que há mulheres lutando, e esse segue sendo um foco primordial dos discursos sobre Rojava, ainda que seja ponto de dissidência em publicações e textos de esquerda. Imagens de solidariedade e publicações independentes sobre o assunto em uma série de países ocidentais (como Estados Unidos, Alemanha ou Brasil, salvo as controvérsias sobre se o Brasil faz parte do Ocidente ou não) quase sempre trazem imagens dessas mulheres. Além disso, a questão do gênero é enfatizada pelo próprio material que Rojava divulga para o mundo, normalmente traduzido para o inglês, e por entrevistas com habitantes locais.

E, nesse sentido, a inspiração que Rojava extrai do Confederalismo Democrático é comumente tida por esses veículos e indivíduos como essencial, sendo o sistema proposto por Öcalan quase sempre trazido à tona, diferentemente

dos casos que analisamos no capítulo anterior. A palavra “revolução” também é constantemente empregada, normalmente espelhando concepções de esquerda e/ou libertárias (que envolvem a dissolução do Estado-nação e/ou governos centrais, do patriarcado, do capitalismo). Carne Ross, ex-diplomata britânico frustrado com a política tradicional e atual anarquista, escreve que “esta é talvez a mais explícita revolução feminista que o mundo já testemunhou, pelo menos na história recente” (Ross, 2017). Um dos únicos trabalhos acadêmicos com pesquisa de campo sobre Rojava tem como título *The Rojava Revolution*. Acadêmicos como David Graeber e Janet Biehl (2014) igualmente se referem a Rojava como uma genuína revolução. E os discursos que partem dos próprios residentes de Rojava sobre a questão de gênero – especialmente das mulheres – também aparecem frequentemente nesse tipo de narrativa, revelando um maior valor dado a narrativas locais e, implicitamente ou não, à ideia de lugar de fala.

Com isso, a imagem de mulheres curdas que lutam continua sendo genericamente apelativa no mundo, principalmente no Ocidente, seja para leitores desinteressados sobre assuntos políticos, homens que querem ler sobre carros e mulheres bonitas, pessoas que gostam de olhar a seção “feminina” de uma revista, cristãos fervorosos, seja para militantes pela independência curda, anarquistas, acadêmicos etc. (algo que é certamente aproveitado pela população de Rojava na propaganda internacional por sua emancipação política).



Figura 4 – Imagem de solidariedade à Rojava publicada em zine por organização anarquista (Rojava Solidarity NYC, 2015).



Figura 5 – Arte utilizada na capa do livro *A Small Key Can Open a Large Door* (2015), do coletivo *Strangers in a Tangled Wilderness* (AK Press, 2015).

Por meio de um viés libertário vemos narrativas sobre libertação feminina com recortes diferentes do material que vimos no capítulo anterior, e que entram em disputa com elas (e, por vezes, entre si). O que podemos constatar, até então, é que mulheres são vistas como um estandarte de mudança e liberdade de forma mais ou menos geral. O que varia é aquilo que entendemos como mudança e como liberdade; e isso acaba implicando, também, nas ideias que temos sobre *como deve ser* uma mulher, como ela deve se comportar, e qual é o valor daquilo que ela faz e diz. Narrativas libertárias focam mais no vínculo das curdas da YPJ ao Confederalismo Democrático e a um movimento autodeclarado revolucionário, instâncias políticas marcadas pelo coletivismo em oposição ao individualismo.

Então, nosso objetivo aqui será, principalmente, traçar as diferentes concepções de liberdade e de emancipação que atravessam um tipo narrativo diferente daquele explorado anteriormente, e como isso pode ou não contrastar com os pressupostos de feminilidade analisados. Para isso, precisamos passar, primeiro, pelo Confederalismo Democrático, elemento indissociável do movimento das curdas em boa parte dos textos de esquerda e/ou libertários sobre o assunto.

4.2. Abdullah Öcalan e a liberdade: do comunismo ao libertarianismo

Abdullah Öcalan é um curdo nascido na Turquia, ex-estudante universitário que abandonou seu curso e, no fim da década de 1970, começou a se dedicar à criação do PKK, do qual foi líder por muitos anos e sobre o qual ainda conserva influência, apesar de estar encarcerado. O PKK surgiu como uma organização marxista cujo objetivo era a construção de um Estado independente curdo, e logo se tornou um grupo armado adepto de táticas de guerrilha contra o Estado da Turquia, uma reação às políticas turcas de apagamento da identidade curda. Proibia-se o ensino da língua curda ou seu uso na mídia, bem como o uso de nomes curdos, seja de pessoas ou de lugares (Marcus, 2007, p.10), entre outras

formas de opressão que visavam fortalecer o nacionalismo turco através da supressão violenta da identidade curda.

Os curdos estavam espalhados principalmente pela Turquia, Síria, Iraque e Irã (Estados que abrigam em suas fronteiras compartilhadas o território que se chama de Curdistão), em uma situação onde reivindicações curdas frequentemente falhavam e militantes curdos eram comumente vítimas de perseguição política. Tendo em vista esse cenário, o PKK defendia que a real libertação curda jamais poderia acontecer enquanto os curdos estivessem submetidos a esses Estados. O PKK não era (e ainda não é) a única organização política lutando por esse grupo étnico, e Öcalan foi construindo uma base de suporte aos poucos, criticando uma elite curda que se aproximava da chamada “burguesia”, e também as abordagens de outras organizações, afirmando que a única saída possível era uma luta armada, comunista, em nome de um Estado curdo independente. Além de uma base de suporte ao PKK, Öcalan foi conquistando seguidores fiéis e passou a ser conhecido como “Apo”, palavra usada como abreviação de “Abdullah” e que também significa “tio” em curdo.

Öcalan foi capturado em 1999 e subsequentemente condenado à morte na Turquia devido ao seu papel na liderança do conflito separatista ao qual foram atribuídas dezenas de milhares de mortes (civis e não-civis), por conta dos ataques violentos conduzidos pelo PKK e das reações brutais do governo turco. Em 1992, por exemplo, foi atribuído ao PKK um ataque com morteiros a prédios do governo, na cidade de Sirnak; a reação do governo turco consistiu em três dias de tiroteios intensos. Muitas pessoas fugiram e outras morreram. Jornalistas presentes no conflito relatam o contato com 5 cadáveres de crianças que tiveram seus corpos destroçados, inclusive um menino de 4 anos que perdeu um pedaço do seu rosto (Marcus, 2007, p.176). E foi nesse contexto que o PKK foi designado como organização terrorista por diversos países e organizações internacionais, além de ter sido acusado de violações de direitos humanos.

Mas Öcalan ainda manteve uma grande base de suporte ao redor do mundo, e sua sentença à morte foi comutada posteriormente; atualmente, cumpre uma sentença de prisão perpétua na Turquia. Após sua captura em 1999, ordenou um cessar fogo por parte do PKK, para que um foco maior fosse voltado à manutenção

dos territórios já em posse da organização. E, durante seu encarceramento, ele começou a ler o trabalho do libertário estadunidense Murray Bookchin, com o qual começou a se corresponder por cartas em 2004 através de seus advogados (devido a restrições nas suas possibilidades de comunicação).

Bookchin estudava a chamada “ecologia social” e defendia um modelo de governo denominado “confederalismo”, contraposto ao Estado-nação por estabelecer uma forma de democracia direta, dissolver hierarquias de poder e garantir uma relação harmônica da humanidade com a natureza. Dentre as conversas que Öcalan teve com seus representantes, posteriormente articuladas em carta endereçada para Bookchin⁶³, foi dito que Öcalan estava:

[...] ávido para seguir seu pensamento e ajudar a torná-lo mais frutífero em termos de sua aplicabilidade em sociedades do Oriente Médio. Ele gostaria de assegurá-lo que o senhor não precisa ficar preocupado demais com a falta de apreciação de alguns de seus seguidores mais jovens para com as dinâmicas sutis do seu pensamento, pois o movimento de liberdade curda está determinado a aplicar suas ideias de forma bem-sucedida. (Heider & Kontny, 2004)⁶⁴.

Janet Biehl, que trabalhou com Bookchin e é autora de vários livros sobre a ecologia social que o autor defendia, morava com ele na época das correspondências. Biehl disse que Bookchin sentia simpatia pela causa curda mas pensava em Öcalan como apenas mais um líder marxista clássico, neo-stalinista, responsável por levar a luta de seu povo ao ponto do autoritarismo e do estatismo (Biehl, 2012). Segundo Biehl, o próprio Bookchin havia sido marxista quando mais jovem, mas passou por uma fase de amadurecimento teórico em que desenvolveu seus ideais libertários. No entanto, essa seria justamente uma transformação semelhante àquela pela qual Öcalan passou, sem que Biehl e Bookchin soubessem:

⁶³ As cartas foram publicadas na íntegra pela primeira vez em 2017, com permissão de representantes de Bookchin (hoje já morto), Janet Biehl e Reimar Heider, pelo HuffPost.

⁶⁴ No original: “(...) eager to follow up your thought and help bring it to further fruition in terms of their applicability to Middle Eastern societies. He would like to assure you that you need not be too concerned about some of your younger followers' lack of appreciation for the subtleties and dynamic of your thought, since the Kurdish freedom movement was determined to successfully implement your ideas”.

Com tudo que estava acontecendo, nós não lemos muito sobre a defesa de Öcalan no tribunal, sob acusações de traição: nós não sabíamos, por exemplo, que ele estava passando por uma transformação similar àquela que Bookchin havia passado há meio século atrás, que ele estava rejeitando o marxismo-leninismo em nome da democracia (Biehl, 2012)⁶⁵.

Biehl diz que, infelizmente, o diálogo que Öcalan tentou estabelecer com Bookchin não pode acontecer pois Bookchin já tinha 83 anos de idade e estava doente (ele acabou morrendo não muito tempo depois desse contato). Mas a tal “transformação” de Öcalan continuou acontecendo. É especialmente interessante notar o uso da palavra “democracia” por Biehl na passagem acima: a transformação mencionada não seria nada mais do que uma estrada percorrida do estatismo marxista à democracia. A democracia seria, então, contrária ao Estado-nação e ao pensamento estatista, ou talvez uma *evolução* destes. Nesse sentido, não importa se falamos de um estatismo inspirado por um pensamento marxista, “de esquerda”, ou um estatismo de inspiração capitalista, pois ambos não levam à democracia. O estatismo leva ao autoritarismo, e a democracia é necessária para a liberdade humana, inclusive do povo curdo. Essa mesma ideia de democracia é um dos pontos que mais se enfatiza ao falar de Rojava através de uma perspectiva libertária e/ou de esquerda, e é também ligada à liberdade de gênero, como vemos mais à frente.

Então, principalmente através do trabalho de Bookchin, Öcalan passou a repensar convicções políticas e tentar desenvolver uma nova forma de se atingir a emancipação curda, o que deu origem a alguns dos muitos livros escritos por ele. Se antes Öcalan acreditava na necessidade de um Estado-nação curdo, posteriormente passou a atribuir à instituição do Estado a causa das mazelas que o povo curdo vinha enfrentando historicamente. Assim, em coletânea de textos publicada em 2015, Öcalan escreve que os preceitos iniciais do PKK foram influenciados por uma situação global marcada pela Guerra Fria, por movimentos descoloniais e pela luta contra o capitalismo global. Tendo em vista essa situação, “parecia haver apenas uma solução viável: a criação de um Estado-nação, que era

⁶⁵ No original: “With all that going on, we didn’t read much about Öcalan’s defense at his trial, on charges of treason: we didn’t know, for example, that he was undergoing a transformation similar to the one Bookchin had undergone half a century earlier, that he was rejecting Marxism-Leninism in favor of democracy. “

o paradigma da modernidade capitalista naquele momento” (Öcalan, 2015, p.6-7). Apesar disso, talvez justamente por conta da influência dos movimentos descoloniais, Öcalan diz que eles não acreditavam que “quaisquer receitas políticas prontas seriam capazes de melhorar a situação no Oriente Médio de forma sustentável” (Öcalan, 2015, p.8)⁶⁶. E assim ele saiu em busca de uma solução para a questão curda que escapasse a “armadilha do nacionalismo” (Öcalan, 2015, p.8)⁶⁷.

Nas correspondências de seus representantes com Bookchin, o livro *Urbanization Without Cities* (1992) é citado como uma das maiores inspirações de Öcalan (Heider & Schneiderbanger, 2004). Nessa obra, Bookchin critica principalmente as consequências ecológicas da urbanização desenfreada motivada pelo sistema capitalista e tenta elaborar uma solução para esse problema. Assim, desenvolve algumas ideias sobre o confederalismo, que passa a figurar recorrentemente em seu trabalho. O confederalismo, como forma de governo, substituiria o Estado-nação e seus sistemas de poder ao estabelecer laços horizontais de compartilhamento de recursos e de decisões políticas (*policy-making*). Segundo Bookchin, o confederalismo é:

[...] uma rede de conselhos administrativos cujos membros ou delegados são eleitos a partir de assembleias democráticas presenciais, nas várias vilas, cidades, e até mesmo bairros de cidades grandes. Os membros desses conselhos confederais são estritamente orientados por mandatos, passíveis de substituição, e responsáveis para com as assembleias que os escolheram para o propósito de coordenar e administrar as políticas formuladas por elas. A função deles é, portanto, puramente administrativa e prática, sem poder de decisão sobre políticas como na função dos representantes em sistemas republicanos de governo (Bookchin, 1992, p.297)⁶⁸.

⁶⁶ No original: “(...) that any ready-made political blueprints would be able to sustainably improve the situation in the middle east”.

⁶⁷ No original: “(...) the trap of nationalism”.

⁶⁸ No original: “[...] a network of administrative councils whose members or delegates are elected from popular face-to-face democratic assemblies, in the various villages, towns, and even neighbourhoods of large cities. The members of these confederal councils are strictly mandated, recallable, and responsible to the assemblies that choose them for the purpose of coordinating and administering the policies formulated by the assemblies themselves. Their function is thus a purely administrative and practical one, not a policy-making one like the function of representatives in republican systems of government”.

É importante ressaltar a distinção que Bookchin faz entre funções administrativas e de coordenação entre vilas/bairros/comunidades etc. com a tomada de decisões políticas; estas são feitas exclusivamente em “assembleias populares comunitárias baseadas nas práticas de democracia participativa” (Bookchin, 1992, p. 297). Assim, o poder “flui de baixo para cima em vez de cima para baixo” (Bookchin, 1992, p.297)⁶⁹.

Bookchin é visto por muitos como um anarquista, apesar de se autodeclarar apenas libertário na maior parte de sua obra (o que muitos consideram a mesma coisa). A ideia central trazida por Bookchin é que a democracia como a conhecemos – no formato do Estado republicano – não é *verdadeiramente democrática*, pois, através dela, o poder flui de cima para baixo, e não de baixo para cima. O que decorre disso são as tragédias do capitalismo que estamos observando, como o esgotamento de recursos e o peso disso no meio-ambiente. O modelo de Bookchin – que dissolve a administração e a política de um lugar em pequenas áreas totalmente integradas – é uma forma de democracia direta, que se imagina como *mais democrática*, ou *verdadeiramente democrática*, em relação à democracia do Estado liberal. Afinal, como poderia haver democracia se o poder está fluindo de cima para baixo, e os recursos naturais estão sendo esgotados nas mãos de uma pequena elite? Já a liberdade vem da *real democracia*, não sendo compatível com o capitalismo ou com o Estado.

O gênero, assim como raça e outros marcadores de minorias políticas, torna-se um fator primordial no estabelecimento de uma democracia “de verdade” e, consequentemente, da liberdade. O confederalismo de Bookchin surge em decorrência de uma necessidade diagnosticada de “um relacionamento harmonioso, de fato participativo, com o mundo natural, livre de hierarquia social, dominação de classe e de gênero, e homogeneidade cultural” (Bookchin, 1992, p.252)⁷⁰. O Confederalismo Democrático de Öcalan, inspirado em grande medida

⁶⁹ No original: “[...] popular community assemblies based on the practices of participatory democracy”; e “[...] flows from the bottom up instead of from the top down”.

⁷⁰ No original: “a harmonious, indeed participatory, relationship with the natural world, free of social hierarchy, class and gender domination, and cultural homogeneity”.

por essa proposta, traz o gênero – mais especificamente, a necessidade de emancipação feminina – em seu cerne. Nas leituras de Rojava que usam lentes feministas ou emancipacionistas, esse é um ponto sempre levantado.

4.3. O Confederalismo Democrático e a emancipação feminina em Rojava

O Site das YPJ tem sido atualizado com pouca frequência, mas lá constam seus princípios. Segundo o Site, as YPJ são “uma força militar e nacional básica centrada em uma sociedade democrática, ecologia, e a liberdade das mulheres” (YPJ, 2014)⁷¹. São membros das YPG, mas, ao mesmo tempo, tomam decisões sobre suas próprias brigadas independentemente. A utilização do termo “nacional”, recorrente no texto para se referir aos propósitos das YPJ, pode parecer inicialmente contraditória em relação aos trabalhos anti-nacionalistas de Öcalan, mas elas explicam que formam uma linha de defesa para a construção de uma Síria democrática e um Curdistão livre. Estão: “lutando contra a dominação militar do sistema sexual masculino e seu regime de religiões, nacionalismo, ciência e os sistemas patriarcal e de governo que os está servindo há 5 mil anos”⁷². Nacional, então, não parece ser a mesma coisa do que o nacionalismo.

Elas dizem que é o legítimo poder das mulheres que está assumindo a responsabilidade pela libertação feminina, “sem distinção ou discriminação entre religiões, linguagens, nacionalidades e raças”⁷³ – princípios de pluralidade que também aparecem na Carta do Contrato Social (Rojava, 2014). Elas recebem

⁷¹ No original: “(...) is a basic military and national force centered on democratic society, ecology, and women’s freedom”.

⁷² No original: “(...) struggling against the military domination of male sexual system and his regime of religions, nationalism, science and the patriarchal and government system that serving themselves since five thousand years”.

⁷³ No original: “(...) without distinction or discrimination between religions, languages, nationalities and races”.

treinamento militar e ideológico e dizem estar lutando também pela construção de uma nova cultura e pela quebra de laços de escravidão e do sub-desenvolvimento que estes impõem. Também dizem que trabalham em legítima defesa contra quaisquer tipos de ataques sobre mulheres, e mencionam a questão das porcentagens para igualdade de gênero nos corpos políticos de Rojava.

Alguns desses princípios inovadores das YPJ podem passar despercebidos em diversas notícias na mídia internacional, mas são frequentemente evocados em narrativas libertárias e/ou de esquerda, com termos mais ou menos parecidos do que aqueles utilizados pelas próprias YPJ. Um vídeo de alguns minutos divulgado pela página Repórter Popular (cujo *slogan* é “comunicação popular para criar poder popular”) traz em destaque alguns dizeres de Melike Yasar, representante do Movimento Internacional de Mulheres Curdas na América Latina, recortados de uma palestra da ativista na Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

Você já ouviu falar no Curdistão? Nessa zona existe uma revolução. Existe um lugar onde não há capitalismo nem Estado. Há uma economia alternativa. Tem a participação do povo para construir uma nova sociedade contra o Estado, não só para os curdos, mas para todos os povos que vivem lá e que tomaram esta perspectiva do Confederalismo Democrático. Nos conhecem muito pela nossa luta armada contra o Estado Islâmico, mas nós definimos essa luta contra o patriarcado diretamente. É a luta contra o machismo, a mentalidade feudal, é a luta contra o racismo também (Yasar, 2017).

Esse vídeo, organizado em frases curtas e com recurso visual, desvinculado do restante da palestra de Yasar, caracteriza uma propaganda pela disseminação da causa de Rojava. Certas generalizações e exageros, que se dão com o recorte de trechos soltos da palestra, também se devem ao caráter de propaganda – por exemplo, é controversa a afirmação desvinculada de debate de que “não há capitalismo” em Rojava, uma área (ainda) dependente de mercados externos para subsistência e que tem uma aliança com os Estados Unidos para treinamento e armamento militar (Washington Institute, 2016; Kurdish Project, 2016). Apesar de as práticas de Rojava serem muito elogiadas em geral, não há consenso em relação a ter havido um abandono completo do capitalismo na área. Além disso, o recorte de frases curtas dizendo que essas lutas pertencem ao “Curdistão”, sem uma explicação maior, acaba sendo dúbio – afinal, Rojava é

apenas uma pequena parte dessa área, dentro da qual há muita divergência política. Mas, para além dos marcadores de propaganda política do vídeo, as afirmações mais ou menos genéricas sobre a conexão de Rojava com uma luta contra o patriarcado são bastante recorrentes, não apenas em material mais voltado para propaganda, mas também em textos e pesquisas mais longos e detalhados.

Ainda na veia da propaganda, vemos, por exemplo, Carne Ross, ex-diplomata britânico que, frustrado com o funcionamento da máquina estatal capitalista, foi em busca de novas alternativas para o mundo e se descobriu anarquista. Ele escreveu um texto chamado “A Revolução Mais Feminista que o Mundo Já Testemunhou” (Ross, 2017), cujo subtítulo é: “em Rojava, um coletivo anarquista liderado por mulheres está no coração da luta contra o ISIS, e por trás de uma agitação popular que coloca a igualdade de gênero no centro e a frente”. Aí, observamos também generalizações e exageros controversos: o uso categórico do rotulo “anarquista” na manchete, mesmo que o próprio Ross admita no texto que os representantes de Rojava rejeitam essa classificação; e a mobilização do ISIS, que é genericamente apelativo no Ocidente e que, como constatamos anteriormente, acaba revelando a projeção de um fetiche orientalista. O uso desses termos acaba ecoando o propósito da mídia onde foi publicado o texto, a revista *Vice*, onde são recorrentes os chamados *click-baits*⁷⁴.

Em discursos como os dois acima vemos, portanto, reflexos de práticas que já vimos no capítulo 3 (ainda que de forma diferente, em outros contextos narrativos): um foco no ISIS, acompanhado de uma fixação nas mulheres *que lutam* em Rojava em oposição àquelas que habitam a esfera política, por exemplo, cuja importância as próprias YPJ (2014; 2016) reiteram – essas mulheres também participam de práticas inovadoras, e seu cotidiano de construção sociopolítica acaba ficando oculto. De maneira parecida, observamos em artes de solidariedade à Rojava, produzidas normalmente por coletivos libertários e/ou anarquistas, a predominância de mulheres estampando a causa, como signos da emancipação, assim como vimos nas imagens na introdução deste capítulo. Traços que comumente marcam essas imagens são mulheres com expressão obstinada, ocasionalmente carregando fuzis, junto a bandeiras de Rojava, ou da bandeira

⁷⁴ Manchetes simplistas, reducionistas e/ou sensacionalistas que têm como propósito atrair mais cliques, por isso “iscas de cliques”.

anarquista, no caso da Figura 4 (o que as associa a uma *luta maior* por emancipação). Assim, nas narrativas deste capítulo, não há mais uma repetição relativa aos traços físicos e à beleza dessas mulheres, mas isso não significa que toda forma de repetição fetichista tenha sido abandonada, ou que elas não sejam associadas a construções de feminilidade.

Pelo contrário, se elas chamam tanta atenção é porque são *mulheres*, e algo sempre deve definir essa “mulheridade” que protagoniza tantos textos e imagens – já que Mulher não é algo natural, mas inteiramente dependente de um repertório normativo de imaginações sobre o que define uma mulher. Se, no capítulo anterior, essa “mulheridade” era definida por valentia e beleza (atributos individuais), neste capítulo é mais relacionada a uma *luta emancipatória* realizada por essas mulheres, grupo historicamente oprimido, que concede a elas certa “virtude” ou as torna especialmente passíveis de admiração. Por exemplo, no cartaz que vemos abaixo, as mulheres de Rojava são associadas ao Dia Internacional da Mulher e a admiração direcionada a elas parece ser relativa ao fato de que elas lutam em sua própria defesa (questão que será discutida em detalhes mais a frente). Assim, a feminilidade dessas mulheres não parece ser tão conectada a ações e atributos individuais, mas sim a formas de ação em grupo ou para o benefício de um grupo. De qualquer forma, não podemos esquecer que elas são definidas por serem mulheres acima de tudo, independentemente do ângulo narrativo utilizado, e que elas seguem sendo as grandes responsáveis por chamar atenção para Rojava. Nesse sentido, continuamos observando aqui formas de repetição de imagens semelhantes dessas mulheres.

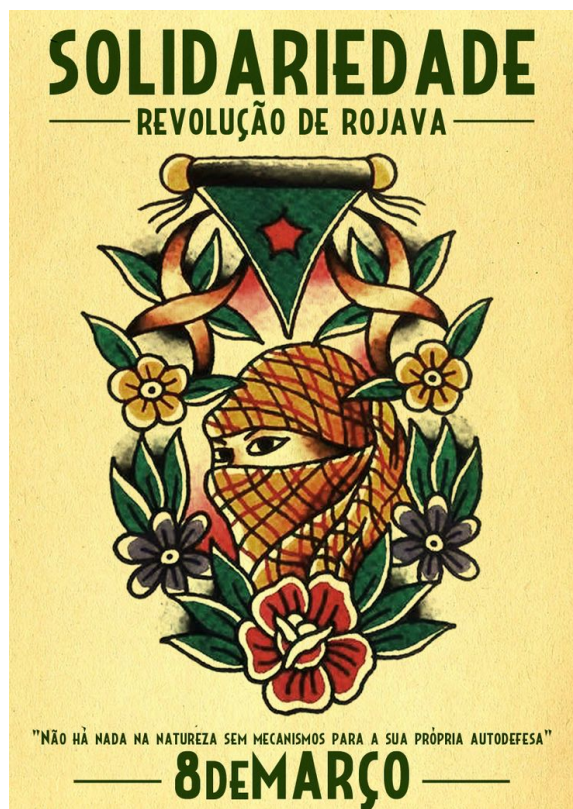


Figura 6 – Arte de solidariedade a Rojava, publicada na página do coletivo anarquista brasileiro Bandeira Negra para divulgação de atividade sobre Rojava (Coletivo Anarquista Bandeira Negra, 2015).

Já outros conteúdos, que não se propõem a serem exatamente panfletos, trazem outras perspectivas. Por exemplo, o texto *A Mountain River has Many Bends* (2015), excerto de um livro chamado *A Small Key Can Open a Large Door* (2015) e creditado a um coletivo denominado *Strangers in a Tangled Wilderness* (composto de acadêmicas/os diversos e ativistas curdos que se definem como “produtores de cultura radical”), vemos uma pesquisa aprofundada e detalhada sobre Rojava e os curdos. Lá, esclarece-se que a cultura curda é historicamente patriarcal, e que a história de mulheres curdas que lutam é mais longa do que se imagina. Defendem Rojava justamente como uma luta *contra o patriarcado* (representado também pelo ISIS) e, além disso, pela adoção de um feminismo explícito (que seria a verdadeira novidade na história curda):

As mulheres que estão lutando em Rojava estão lutando pelas suas vidas e por seus direitos como mulheres contra um inimigo que estupra e vende mulheres como escravas sexuais. Mas isso não é algo novo – mulheres vêm lutando na região há décadas. Na verdade, tradicionalmente, a metade dos membros do PKK são mulheres. O que é novo sobre as mulheres combatentes em Rojava é seu feminismo explícito, um feminismo que se tornou

um dos princípios fundadores do experimento de Rojava (Strangers in a Tangled Wilderness, 2015, p.23-24).⁷⁵

Essas afirmações vêm justamente em relação a uma crítica à fetichização das mulheres curdas por parte da mídia internacional: “As mulheres curdas que lutam foram recentemente “descobertas” e sensacionalizadas pela mídia ocidental (...). Mas essa mídia está simplesmente glamourizando mulheres que lutam sem prestar atenção em sua política” (Strangers in a Tangled Wilderness, 2015, p.23)⁷⁶. O texto defende que a questão é mais profunda do que essa visão reducionista (discutida no capítulo anterior), comparando as YPJ à experiência das *Mujeres Libres* da Guerra Civil Espanhola (Strangers in a Tangled Wilderness, 2015, p.24), algo também feito por David Graeber (2014). As *Mujeres Libres* são uma organização anarquista criada em 1936, em meio a esforços revolucionários mais amplos que aconteciam na Espanha, defendendo que essa revolução deveria acontecer lado a lado com a emancipação feminina (Nash, 1975), sem a qual uma real reformulação da sociedade não seria possível. A revolução espanhola e as *Mujeres Libres* são bastante prezadas por anarquistas como marcos históricos do movimento e um indicativo das possibilidades revolucionárias humanas.

Graeber escreve que “os revolucionários espanhóis esperavam criar uma visão de uma sociedade livre que o mundo inteiro pudesse seguir” (Graeber, 2014); mas, devido a uma política de não-intervenção por parte de grandes potências e a um esforço nazi-fascista pelo fim movimento popular, “o resultado foram anos de guerra civil que terminaram com a supressão da revolução e um dos massacres mais sangrentos de um século sangrento” (Graeber, 2014).⁷⁷ Sobre a relação desse evento com Rojava, ele escreve:

⁷⁵ No original: “The women who are fighting in Rojava are fighting for their lives and they are fighting for their rights as women against an enemy that rapes and sells women as sex slaves. But this isn’t a new thing—women who have been fighting in the region for decades. In fact, traditionally, half the members of the PKK have been women. What is new about the women combatants of Rojava is their explicit feminism, a feminism that has become one of the founding principles of the Rojava experiment.”

⁷⁶ No original: “Kurdish female fighters have recently been “discovered” and sensationalized by Western media (...) But this media is simply glamorizing female fighters without paying but little attention to their politics”.

⁷⁷ No original: “Spanish revolutionaries hoped to create a vision of a free society that the entire world might follow. The result was years of civil war that ended with the suppression of the revolution and some of a bloody century’s bloodiest massacres.”

Eu nunca pensei que veria, enquanto estivesse vivo, essa mesma coisa acontecer novamente. Obviamente, nenhum evento histórico realmente acontece duas vezes (...) Mas algumas das similaridades são tão nítidas, e tão perturbadoras, que eu sinto que tenho a incumbência, como alguém que cresceu em uma família cuja política foi de muitas formas influenciada pela Revolução Espanhola, de dizer: não podemos deixar terminar da mesma forma novamente (Graeber, 2014).⁷⁸

Nas perspectivas libertárias e/ou anarquistas sobre Rojava, muito disso é creditado ao Confederalismo Democrático – o vídeo que mencionamos no início desta seção, os textos de David Graeber sobre o assunto, Janet Biehl, o coletivo *Strangers in a Tangled Wilderness*, bem como outros autores que citamos na seção anterior, todos mencionam o Confederalismo Democrático⁷⁹. Em críticas como a do coletivo *Strangers in a Tangled Wilderness*, o projeto do Confederalismo Democrático é justamente aquilo que a mídia ocidental ignora e que concede o caráter radicalmente anti-patriarcal de Rojava. Isso porque esse sistema tem como objetivo não apenas a emancipação popular em relação ao Estado-nação e ao capitalismo, mas também a emancipação feminina em relação aos homens e ao patriarcado.

Janet Biehl escreve que, nesse sentido, Öcalan vai além de Bookchin:

Notavelmente, Bookchin não priorizava mulheres da forma que Öcalan fez. Bookchin se opunha a toda hierarquia, mas Öcalan dá uma importância singular para a opressão das mulheres, e ele designa um papel distintivo ou mesmo de vanguarda para

⁷⁸ No original: “I never thought I would, in my own lifetime, see the same thing happen again. Obviously, no historical event ever really happens twice. (...) But some of the similarities are so striking, and so distressing, that I feel it’s incumbent on me, as someone who grew up in a family whose politics were in many ways defined by the Spanish revolution, to say: we cannot let it end the same way again.”

⁷⁹ Com mais ou menos otimismo e cautela. Graeber (2014, 2016), por exemplo, enfatiza em repetidas ocasiões que, mesmo tendo passado pouco tempo em Rojava, pôde constatar que aquela era uma experiência revolucionária legítima. Segundo ele, apesar de revoluções serem sempre confusas e bagunçadas, abrindo espaço para coisas ruins, também abrem as portas para “felicidade pura, que em si mesma pode se tornar uma força material na história” (Graeber, 2016, p.xxii). Biehl (2016) também se diz positivamente surpresa, mas relata que, para que ela pudesse ter certeza se o poder realmente fluía de baixo para cima, precisaria testemunhar o processo de tomada de decisões em primeira mão, algo que não fez (e não poderia fazer, já que não fala o idioma). Todos, no entanto, enxergam o Confederalismo Democrático como algo inovador, promissor e revolucionário, bem como algo que tem importante papel na dissolução do patriarcalismo curdo tradicional.

mulheres. Bookchin não dava esse papel às mulheres, ou estabelecia a necessidade de cotas de gênero de 40%, ou liderança dupla (Biehl, 2012).⁸⁰

Em sua obra, Öcalan constata que o sexismo é um dos pilares fundamentais do Estado-nação ocidental e capitalista, que se ampara na exploração das mulheres para que possa existir:

Outro pilar ideológico fundamental do Estado-nação é o sexismo que permeia toda a sociedade. Muitos sistemas civilizados empregaram o sexismo para preservar seu próprio poder. Eles reforçaram a exploração das mulheres e as usaram como um reservatório valioso de trabalho barato. As mulheres também são vistas como um recurso valioso na medida em que produzem filhos e viabilizam a reprodução dos homens. Assim, a mulher é tanto um objeto sexual como uma *commodity*. Ela é uma ferramenta para a preservação do poder masculino e pode no máximo avançar para se tornar um acessório da sociedade masculina patriarcal (Ocalan, 2011, p.16).⁸¹

Dessa forma, na visão de Öcalan, a derrubada do Estado-nação e a derrubada da opressão feminina são processos paralelos, uma vez que ambos são co-constitutivos. Segundo o pensamento de Öcalan, as mulheres devem se auto-organizar, e a saída para sua opressão passa longe do Estado-nação; a luta pela emancipação feminina envolve “uma luta contra estruturas hierárquicas e estatais; envolve a criação de formações políticas com o objetivo de atingir uma sociedade democrática, igualitária em relação a gênero, eco-amigável e onde o Estado não é o elemento central” (Ocalan, 2013, p.54)⁸². Novamente, a emancipação das

⁸⁰ No original: “Most notably, Bookchin did not prioritize women the way Öcalan has done. Bookchin was opposed to all hierarchy, but Öcalan gives singular importance to the oppression of women, and he assigns a distinctive or even vanguard role to women. Bookchin did not assign such a role to women, or call for 40 percent gender quotas, or dual leadership.”

⁸¹ No original: “Another ideological pillar of the nation-state is the sexism that pervades the entire society. Many civilized systems have employed sexism in order to preserve their own power. They enforced women’s exploitation and used them as a valuable reservoir of cheap labour. Women are also regarded as a valuable resource in so far as they produce offspring and provide the reproduction of men. Thus, woman is both a sexual object and a commodity. She is a tool for the preservation of male power and can at best advance to become an accessory of the patriarchal male society.”

⁸² No original: “(...) entails struggling with statist and hierarchical structures; it entails creating political formations aiming to achieve a society that is democratic, gender equal, eco-friendly and where state is not the pivotal element”.

mulheres é uma *condição para e consequência de* uma democracia *real*, esta incompatível com estruturas estatais.

O diagnóstico de Öcalan parece ser influenciado pelo feminismo marxista, que enfatiza a opressão material feminina e localiza algumas de suas raízes em uma mais-valia decorrente do trabalho reprodutivo e doméstico feminino (Federici, 2004). Ao mesmo tempo, Öcalan parece também ser influenciado pelo pensamento anarca-feminista, que condena o “reformismo” dentro das instituições estatais. Como escreveu Carol Ehlich em 1977, em um texto muito usado como referência no feminismo anarquista: “Você não pode se libertar por meios não liberatórios; você não pode eleger um novo grupo de políticas (não importa o quão “irmãs” elas sejam) para administrar as mesmas velhas instituições corruptas – que, por sua vez, administram você”⁸³ (Ehlich, 1977). Essas perspectivas se contrapõem aos feminismos liberais que discutimos anteriormente, defensores da reforma de instituições do *status-quo* através da inclusão das mulheres nelas. Em feminismos marxistas e anarquistas⁸⁴, a *emancipação* em relação a essas instituições é essencial, pois a libertação feminina não é tida como possível dentro de instituições patriarcais antigas.

Então, ao ver o Estado como uma estrutura opressora em si mesma, que também exerce opressões direcionadas especificamente ao gênero feminino, Öcalan não enxerga possibilidades de emancipação dentro dele nem para mulheres nem para os curdos. Em relação a isso, ele constata que a questão nacional curda vem de uma história onde “outros tentaram assimilá-los, aniquilá-

⁸³ No original: “You cannot liberate yourself by non-liberatory means; you cannot elect a new set of politicians (no matter how sisterly) to run the same old corrupt institutions - which in turn run you.”

⁸⁴ Não nos alongaremos na discussão desses feminismos porque não acreditamos que isso seja necessário para a compreensão da discussão sobre gênero feita por Öcalan e pelos simpatizantes de Rojava citados neste capítulo. No entanto, mencionamos a influência que eles possivelmente têm no trabalho de Öcalan para contextualizar este capítulo com o anterior, onde discutimos mais detalhadamente feminismos liberais – o que foi necessário pois, como diz Jabri, esses são “feminismos da totalidade”, que influenciam de forma relevante a política global conduzida por “grandes atores” internacionais (diferentemente de feminismos marxistas ou anarquistas, que são relativamente marginais); além de a discussão ter sido útil para compreender um pano de fundo sobre o qual se dão certas suposições implícitas em alguns discursos sobre as curdas.

los, e no fim negaram sua existência” (Ocalan, 2011, p.38)⁸⁵. Mas, a falta de um Estado propriamente curdo também traria algumas vantagens: segundo Öcalan, a configuração da sociedade curda – como uma localização estratégica e que impede a organização por meio do Estado, e o fato de que diversas religiões e etnias vivem historicamente junto aos curdos no Curdistão – os torna especialmente aptos a construir uma sociedade alternativa ao Estado-nação e ao capitalismo moderno. E, segundo ele, essas condições também propiciam a dissolução do patriarcado:

Até mesmo a estrutura patriarcal é menos enraizada aqui do que nas sociedades vizinhas. Isso é benéfico para o estabelecimento de uma sociedade democrática onde a liberdade e igualdade das mulheres devem constituir um dos principais pilares. (...) A construção de uma nação democrática baseada em identidades multi-nacionais é a solução ideal em face ao beco sem saída do Estado-nação (Ocalan, 2011, p.38).⁸⁶

O livro *Revolution in Rojava* (2016), de múltiplos autores acadêmicos e que contou com pesquisa de campo e depoimentos de mulheres na região, também explica que as curdas vêm de um histórico de opressão. Uma representante do TEV-DEM de 49 anos chamada Hanife Hisên disse que foi coagida por sua família a se casar porque eles temiam que ela se juntasse ao PKK; apenas em 2007, ela foi uma das primeiras mulheres no Curdistão Sírio a conseguir um divórcio. Mas a aceitação das mulheres e a ideia de que elas seriam também revolucionárias vem se enraizando na região há alguns anos. Segundo Hisên, entre 2004 e 2012: “apenas mulheres podiam funcionar politicamente... Elas faziam organização de base, trabalho educacional, e montavam congressos. Os homens que se organizavam eram detidos, então esse trabalho organizacional ficou para as mulheres” (Ayboğa et al, 2016, p.63).⁸⁷ Assim, os autores do livro traçam a luta

⁸⁵ No original: “Others tried to assimilate them, annihilate them, and in the end flatly denied their existence”.

⁸⁶ No original: “Even the patriarchal ideology is less deeply rooted here than in the neighbouring societies. This is beneficial for the establishment of a democratic society where women’s freedom and equality are to form one of the main pillars. (...) The construction of a democratic nation based on multi-national identities is the ideal solution when faced with the dead-end street nation-state.”

⁸⁷ No original: “Only women could function politically... They organized at the grass-roots, did educational work, and held congresses. The men who organized would get arrested, so the organizing work fell to the women.”

pela emancipação das mulheres de Rojava ao PKK e ao trabalho que as mulheres começaram a fazer em termos de organização. Da mesma forma, para muitas pessoas, essa tal luta contra o patriarcado é atribuída em grande medida ao Confederalismo Democrático, plataforma derivada do PKK, que foi adotado na região de Rojava desde sua instituição pelo TEV-DEM.

Após a fundação de Rojava, foi elaborada uma “Carta do Contrato Social” (que eles mesmos traduziram para o inglês e divulgaram na Internet) que funciona como uma constituição, no sentido de estabelecer os princípios invioláveis da região. A Carta estabelece que “as áreas de auto-administração democrática não aceitam os conceitos de nacionalismo estatal militar e religioso” (Rojava, 2014). O artigo 27 diz que “as mulheres têm o direito de exercer as áreas políticas, social, econômica, e todas as outras áreas da vida” (Rojava, 2014). O artigo 28: “as mulheres têm o direito de se organizarem e de eliminar todas as formas de discriminação por causa de gênero” (Rojava, 2014)⁸⁸. Um dos conselhos executivos a administrar Rojava se chama “autoridade das questões da mulher e da família”. Tudo isso encontra eco nas principais obras de Öcalan, onde ele afirma, por exemplo, que “as mulheres precisam determinar seus próprios objetivos, instituir suas organizações e realizar o esforço para a consolidação desses objetivos” (Ocalan, 2013, p.53).⁸⁹

Através desses princípios, derivados das ideias de Öcalan, entende-se que a luta das YPJ em Rojava é uma luta coletiva por uma emancipação feminina que é co-constitutiva com a construção de uma nova sociedade, igualitária e “verdadeiramente” democrática. Por isso, as palavras “patriarcado” e “revolução” são recorrentes nos textos que lemos neste capítulo: a primeira se refere a todo um sistema histórico e social de opressão de um grupo de pessoas, a outra se refere a uma forma coletiva de sobrepor esse sistema e colocar outro no lugar. Já a palavra “democracia”, que também lemos várias vezes, diz respeito ao sistema que seria instaurado após a revolução que desmantela o patriarcado. Nas visões paralelas a

⁸⁸ Trechos no original: “The areas of the democratic self-management, does not accept the concept of state nationalism, military and religious”; “Women have the right to exercise political, social, economic, cultural and all areas of life”; “Women have the right to organize themselves, and eliminate all forms of discrimination on grounds of gender”.

⁸⁹ No original: “Women need to determine their own democratic aim, and institute the organisation and effort to realise it”.

Öcalan, a “democracia” ocidental não é “verdadeiramente” democrática porque, dentre outras coisas, uma democracia não pode existir onde há patriarcado, onde as mulheres são oprimidas, portanto, *não-livres*. Rojava, então, seria uma experiência de luta armada e ideológica, necessariamente realizada em grupo, assim como se entende que foi o evento que se chama revolução espanhola e o papel da organização feminina *Mujeres Libres* neste.

Como escreve Dilar Dirik, ativista curda e acadêmica no Reino Unido, que pesquisa e escreve sobre Rojava:

A situação das mulheres não é um “assunto de mulheres” e, portanto, não deve ser deixada de lado como um assunto privado e específico que interessa apenas mulheres. A questão da igualdade de gênero é na verdade uma questão de democracia e liberdade de toda a sociedade; é um padrão (apesar de não ser o único) através do qual a ética de uma comunidade deve ser medida. Porque capitalismo, estatismo e patriarcado estão interconectados, a luta pela liberdade deve ser radical e revolucionária – deve pensar na libertação das mulheres como uma meta central, não um assunto paralelo (Dirik, 2014).⁹⁰

4.4. Debatendo a emancipação

A influência que Öcalan exerce sobre Rojava se reflete em um amor popular por ele que fica evidente através das imagens documentadas de Rojava: seu rosto está nos uniformes das soldadas e soldados, e também em todas as salas de aula da universidade local – como se pode encontrar tanto nas imagens que a *Academyia Mezopotamia* (a universidade de Rojava) divulga na Internet, quanto através dos relatos de visitantes. Os alunos e alunas em várias instâncias vestem camisetas com o rosto de Öcalan para marchas nas ruas, e levantam cartazes de

⁹⁰ No original: “The situation of women is not a “women's issue” and therefore must not be dismissed as a specific, private issue that interests women only. The question of gender equality is in fact a matter of democracy and freedom of all of society; it is one (though not the only) standard by which the ethics of a community should be measured. Since capitalism, statism, and patriarchy are interconnected, the struggle for freedom must be radical and revolutionary - it must regard women's liberation as a central aim, not as a side issue”.

Öcalan para fotos coletivas. Sua a figura é tão presente na *Academyia Mezopotamia* quanto Jesus Cristo em universidades católicas ocidentais. Suas palavras são lecionadas não apenas dentro das quatro paredes das universidades; os soldados e soldadas nas academias militares de Rojava passam, também, por uma fase de “treinamento intelectual” que inclui lições sobre Öcalan (Enzina, 2015). E, se é aos preceitos do Confederalismo Democrático que algumas pessoas creditam a igualdade de gênero alcançada em Rojava, é também a onipresença de Öcalan que leva outras à descrença em relação ao feminismo incorporado na região.



Figura 7 – Soldada da YPJ usando uma insígnia com o rosto de Öcalan em seu uniforme (Kurdishstruggle, 2015c).



Figura 8 – Uma das salas de aula na Akademiya Mezopotamya, universidade de Rojava, que contém sempre imagens de Öcalan (Akademiya Mezopotamya, 2016).

Mencionamos na introdução deste capítulo o exemplo de anarquistas argentinas que questionaram o caráter feminista da revolução de Rojava devido ao fato de esta ser pesadamente influenciada por um líder patriarca; esta foi uma das possíveis dissidências nas narrativas emancipatórias sobre Rojava que citamos. E essas não foram as primeiras pessoas que pensaram em algo parecido. Wes Enzina, jornalista norte-americano que escreve para grandes veículos de mídia, fez uma visita à Rojava para dar algumas aulas sobre jornalismo na *Academiya Mezopotamia*. Ele narra que se surpreendeu com a imagem recorrente de Öcalan e questionou a co-presidente do cantão de Jazeera, Hediye Yusuf, sobre isso:

Quando eu perguntei para Yusuf em seu escritório se ela pensava que tal reverência por um líder contradizia os esforços para criar uma sociedade baseada em uma democracia de base radical, ela ecoou Muslim. “Eu não sei por quê o Ocidente sempre vilifica Öcalan”, ela disse. “Nós o amamos e seguimos

suas filosofias pura e simplesmente porque elas estão *corretas*” (Enzina, 2015).⁹¹

No fim de seu texto, o jornalista revela algumas perguntas que ele fez para mulheres locais, as mesmas que muitos ocidentais nessa posição gostariam de perguntar. Ele escreve que perguntou a uma soldada se ela gostaria de estudar na universidade; ela replicou que eles estudam a filosofia de Öcalan cerca de duas horas por dia e que: ““Esta é minha sala de aula”, ela disse, espalhando os braços pela vila devastada. “História mundial””. Enzina perguntou se a soldada gostaria de se casar, já que as mulheres da YPJ não podem fazê-lo: ““Você está me pedindo em casamento?”, ela disse, me dando um soco no braço e sorrindo”. Perguntou se ela tem medo de morrer: ““Medo?”, ela disse. “Por que eu deveria ter medo? Ser um mártir é a melhor coisa possível... Lutar é feio”, ela acrescentou. “Mas lutar é lindo. Medo é para suas mulheres Ocidentais em suas cozinhas”” (Enzina, 2015).⁹²

Essa citação de uma soldada da YPJ feita por Enzina segue a mesma linha de uma citada por David Graeber, no prefácio que ele escreve do livro *Revolution in Rojava* (2016). Graeber narra:

Quando estávamos partindo, pedimos desculpas aos nossos anfitriões porque não havia mais coisas que poderíamos trazer para eles. Eles estavam sob embargo, quase tudo estava em pouca quantidade. Uma mulher respondeu, segundo ela, falando apenas por ela mesma: “Não se preocupe demais com isso”, ela disse. “Eu tenho algo que ninguém pode me dar. Eu tenho minha liberdade. Em um ou dois dias você vai ter que voltar para um lugar onde não tem isso. Eu apenas desejo que houvesse alguma forma que eu pudesse dar para você o que eu tenho” (Graeber, 2016, p.xxii).⁹³

⁹¹ No original: “When I asked Yusuf in her office if she thought such reverence for a leader contradicted efforts to create a society based on radical grass-roots democracy, she echoed Muslim. “I don’t know why the West always vilifies Ocalan,” she said. “We love him and follow his philosophies, put quite simply, because they are *correct*”.

⁹² Nos trechos originais: ““This is my classroom,” she said, sweeping her arms out across the devastated village. “World history””; ““Are you proposing?” she said, punching me on the arm and smiling.””; ““Afraid?” she said. “Why should I be afraid? Being a martyr is the best thing possible... Fighting is ugly”, she added. “But fighting for this is beautiful. Fear is for your Western women in their kitchens””.

⁹³ No original: “When we were leaving, we apologized to our hosts that there wasn’t more that we could bring them. They were under embargo, almost everything was in

Nos dois diálogos narrados por esses visitantes ocidentais de Rojava, Graeber e Enzina, vemos que estamos navegando por um terreno onde existem diferentes contextos de significações e simbolismos: enquanto ocidentais, os dois autores encontraram dúvidas em relação aos ideais e modos de vida de Rojava que não conseguiram resolver em um primeiro momento. Mas as curdas nessas anedotas também: a primeira se questiona sobre as mulheres ocidentais em suas cozinhas e traz uma inversão na compreensão ocidental de medo e de coragem; a outra inverte a concepção ocidental de liberdade. A moral da história de Graeber acaba sendo que, se, em um primeiro momento, os ocidentais pensam em liberdade como uma vida sem embargo, as curdas pensam que liberdade é aquilo que elas vivem, em oposição a uma vida de opressão no Ocidente. O feminismo de Rojava, da mesma forma, é compreendido de diferentes formas dependendo de contexto. Mas discutiremos essa questão mais a fundo no próximo capítulo.

Por enquanto, estenderemos nossa discussão sobre as dissidências na compreensão sobre as mulheres em Rojava. Se Enzina acaba assumindo algum modo de neutralidade jornalística (assim, não sabemos exatamente se ele se deixou convencer ou não pelos ideais curdos), Graeber se assume convencido em repetidas instâncias que a revolução curda é real, e que é feminina e feminista. No próprio *Revolution in Rojava*, cujo prefácio foi escrito por Graeber, os autores escrevem:

Este livro reflete nossas observações sobre a atmosfera política que encontramos em maio de 2014 e no começo de 2016. Não reivindicamos a “objetividade” como definida pela autoridade hegemônica da ciência. Reivindicações de objetividade são inseparáveis da subjetividade e são frequentemente usadas para ocultar o propósito original do investigador. Cada um de nós vem de diferentes *backgrounds* e áreas de interesse, mas compartilhamos uma abordagem feminista, internacionalista, ecológica e libertária de esquerda. Somos abertos e transparentes em nossa solidariedade à Revolução de Rojava, mas nossa solidariedade não é do tipo que ignora problemas e dificuldades (Ayboğa et al, 2016, p.xxvi)⁹⁴.

short supply. One woman answered, speaking, she said, only for herself. “Don’t worry about that too much,” she said. “I have something that no one can give me. I have my freedom. In a day or two you have to go back to a place where you don’t have that. I only wish there was some way I could give what I have to you.”

⁹⁴ No original: “This book reflects our observations about the political atmosphere as we found it in May 2014 and early 2016. We make no claims to “objectivity” as defined by

Outros, como Gilles Dauvé, a Federação Anarquista em Londres e as anarquistas argentinas publicadas pela Anarchist Library (2015), seguem expressando dúvidas sobre a Revolução de Rojava, no sentido de ela ser *realmente* feminista ou não, *permanentemente* revolucionária ou não. Dauvé (2015) escreve que a Carta de Rojava não rejeita explicitamente o Estado e as fronteiras estatais, além de afirmar que a integridade do território sírio deve ser respeitada; segundo o autor, isso é característico de todas as constituições democráticas (e, aqui, “democrático” parece ser usado em um sentido ligeiramente pejorativo, referente à democracia estatal ocidental, aquela que não seria verdadeiramente radical). Ele ressalta que “igualdade de gênero”, na carta de Rojava, vem ligada à ideia de “família”. Já a Federação escreveu, em nota sobre Rojava:

No que diz respeito aos grupos de mulheres armadas, embora haja marcas de influências feministas em seu interior, deve-se lembrar que os grupos de mulheres combatentes são separados das unidades masculinas, não havendo grupos de combate mistos. Kadafi e Saddam tinham ambos brigadas militares de mulheres, mas isso não significou que havia uma libertação das mulheres na Líbia ou no Iraque. Da mesma forma, brigadas militares de mulheres existem no Irã sem qualquer traço de emancipação feminina. Nesse sentido, o ISIS possui brigadas compostas apenas por mulheres, chamadas al-Khansaa e Umm al-Rayan (Anarchist Federation, 2014).⁹⁵

Da mesma forma, Dauvé também escreve que “A natureza subversiva de um movimento ou organização não pode ser medida pelo número de mulheres armadas — e nem pelo seu caráter feminista”. “The subversive nature of a

the hegemonic authority of science. Claims to objectivity are actually inextricable from subjectivity and are often used to conceal the investigator’s original purpose. Each of us comes from different backgrounds and interest areas, but we share a feminist, internationalist, ecological, and left-libertarian approach. We are open and transparent about our solidarity with the Rojava Revolution, yet our solidarity is not of the kind that ignores problems and difficulties.”

⁹⁵ No original: “As regards the women’s armed groups, whilst there are signs of feminist influences within them, it should be remembered that the women’s fighting groups are segregated from male units, with no mixed fighting groups. Gaddafi and Saddam both had women’s military brigades, but that did not mean that there was women’s liberation in Libya and Iraq. Similarly women’s military brigades exist in Iran with no sign of emancipation of women. For that matter, ISIS has all-female brigades called al-Khansaa and Umm al-Rayan.”

movement or organization cannot be measured by the number of armed women — nor its feminist character either.” (Dauvé, 2015). Nesse mesmo sentido, e com argumentos parecidos, anarquistas diagnosticam um possível declínio das conquistas das mulheres em Rojava:

Qualquer empoderamento das mulheres derivado de elas se juntarem à milícia – ou serem forçosamente colocadas nela – provavelmente não vai durar. Assim como em outras guerras revolucionárias, esse empoderamento será inevitavelmente anulado pelo des-empoderamento gerado pela obediência a ordens, combinada com a brutalização e o trauma da guerra (Anarchist Library, 2015, p.11)⁹⁶.

Então, um dos grandes problemas para esses autores parece ser que não se pode presumir igualdade de gênero apenas devido à presença de mulheres em instituições. Essa é uma crítica que soa parecida com aquela que se faz a feminismos liberais, que defendem que a mera inclusão de mulheres em estruturas pré-existentes seria suficiente para a igualdade. No entanto, Petar Stanchev, que escreve uma resposta a esses textos, chama as críticas de Dauvé e da Federação Anarquista de colonialistas. Ele diz que movimentos como o curdo “não precisam da aprovação de puristas ideológicos privilegiados de outros lugares” (Stanchev, 2015).

O autor, que se auto-identifica como anarquista, escreve que esse tipo de comentário é indicativo de uma “crise nas capacidades imaginativas e organizatórias do nosso movimento” (Stanchev, 2015). O colonialismo de Dauvé se daria porque ele estaria aplicando noções pré-estabelecidas no Ocidente daquilo que seria uma *verdadeira* revolução social e descartando aquilo que não se encaixa exatamente nos moldes de seu julgamento – o que seria um movimento colonialista. Stanchev ressalta também que Dauvé sequer visitou Rojava (diferentemente de outros autores que estamos citando neste capítulo, como Graeber, Enzina, Biehl, Dilar Dirik).

A despeito dessas discordâncias, a conclusão à qual podemos chegar é que os princípios evocados em Rojava, em relação à liberdade e igualdade de gênero,

⁹⁶ No original: “Furthermore, any empowerment of women derived from joining – or from being forcibly conscripted into – the militia is unlikely to last. As in previous revolutionary wars, it will inevitably be contradicted by the disempowerment of obeying orders, combined with the brutalisation and trauma of war.”

são genericamente interessantes para libertários e/ou “esquerdistas” ocidentais, ainda que uns “acreditem” na tangibilidade e veracidade disso e outros não. Como diz a federação anarquista já mencionada, há “sinais de influências feministas”; e, segundo o diagnóstico (potencialmente colonialista) de Dauvé, na “*melhor das hipóteses* (...) permanecerá a paridade de gênero” (Dauvé. 2015, ênfase nossa). Mas se, para a Federação Anarquista e para Dauvé, o feminismo de Rojava está sendo atribuído levando em consideração apenas a presença de mulheres, para outras pessoas (que fazem análises mais detalhadas), a questão é mais profunda do que isso. Miral Cicek, por exemplo, escreve que o conceito de autodefesa (princípio constitutivo das milícias de Rojava, segundo a Carta) é primordial para compreendermos os ideais feministas da região:

(...) a autodefesa ganha importância especial para mulheres. Pois, nesse contexto, autodefesa também significa ser sujeito, lutar de volta, dizer não e agir. É uma ação. Para as mulheres, a autodefesa é algo extremamente indispensável. É uma ferramenta e um estilo de vida ao mesmo tempo. É um instrumento e um objetivo. Esse direito, que todos os seres no planeta têm, é negado via relações de poder (...) Nesse contexto – e no fim das contas – a autodefesa das mulheres em Rojava e em outros locais não é apenas sobre se proteger com uma arma contra ataques armados. Em um sentido mais profundo, também não é apenas sobre defesa. É sobre a criação. Criação da vida. Uma nova vida. Uma vida alternativa. (Cicek, 2015, p.3)⁹⁷.

Além disso, Dilar Dirik não ignora uma das problemáticas apontadas anteriormente – que a presença de mulheres em movimentos revolucionários e grupos armados não significa emancipação. Ela escreve que muitas mulheres já estiveram presentes em muitas revoluções e/ou movimentos sociais anteriormente, para então perderem o espaço que conquistaram após a instauração de um novo regime, que se mostra também opressor contra elas. Segundo Dirik, isso se dá porque:

⁹⁷ No original: “(...) self-defense gains special importance for women. Because in this context selfdefense also means to be a subject, to fight back, to say no and to act. It’s an action. For women, self-defense is something extremely indispensable. It’s a tool and life style at the same time. It is instrument and objective. This right, which every being on this planet owns, is denied via power relations (...) In this context – and to come to an end – women’s self-defense in Rojava and elsewhere is not only about protecting yourself with a weapon against armed attacks. In a deeper sense: It’s also not only about defense. It’s about creating. Creating life. A new life. An alternative life.”

(...) enquanto dissenso generalizado e desilusão com o establishment frequentemente transcendem gênero, classe, etnia e religião, fica claro que quem mais tem a ganhar com o levante são mulheres, trabalhadores e minorias e grupos oprimidos. Se movimentos sociais não prestarem atenção nas especificidades, novos regimes podem formar novas elites que vão oprimir grupos vulneráveis de suas próprias maneiras (Dirik, 2014).⁹⁸

Mas, a solução que ela aponta para isso é justamente a necessidade de organizações compostas de mulheres, que sejam autônomas e independentes – condição que Rojava parece cumprir. Assim, ela escreve que Rojava: “Ao consagrar a libertação das mulheres em todos os mecanismos legais, organizacionais e ideológicos de suas estruturas de governo, fazendo isso desde o início e incluindo as forças de defesa, garante-se que os direitos das mulheres não serão comprometidos” (Dirik, 2014)⁹⁹. Sob esse olhar, a questão da emancipação feminina é, então, diretamente conectada à autonomia das mulheres em se organizarem independentemente, falarem e agirem por si mesmas, além de comporem igualmente todos os órgãos administrativos. Para autoras como Dirik e Cicek, Rojava cumpre esses requisitos. Mas, para os críticos, não parece mesmo cumprir – ou, é preciso haver dúvidas se cumpre ou não. As críticas à Rojava que partem da esquerda parecem, então, ser pautadas em uma questão fundamental de *crença* – acreditamos ou não que a igualdade está sendo cumprida neste local? Por quê? Isso é sequer *possível* nessas condições?

⁹⁸ No original: “This is due to the fact that while general dissent and disillusionment from the establishment often transcends gender, class, ethnicity and religion, it is clear that the ones who have the most to gain from rising up are women, the working class and oppressed minorities and groups. If social movements don't pay attention to specificities, new regimes may just form new elites that oppress vulnerable groups in their own ways.”

⁹⁹ No original: “By enshrining women's liberation in all legal, organizational and ideological mechanisms of their governance structures from the very start, including the defense forces, they make sure that women's rights will not be compromised”.

5

Os significados nas promessas e as projeções dos nossos desejos

“Os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo”
Ludwig Wittgenstein

Vamos voltar, um momento, ao paralelo das YPJ com as Mujeres Libres espanholas. No texto *A Mountain River Has Many Bends*, é dito o seguinte:

Esse paralelo é preciso e também perigoso, uma vez que as Mujeres Libres de fato formavam uma temida força de luta em nome da noção política inerentemente radical de igualdade sexual e de gênero, mas infelizmente elas também se tornaram uma ideia que muitos radicais colocaram em um pedestal e exaltaram sem enxergar as Mulheres Livres da Espanha como humanas. Nós não podemos cometer esse mesmo erro com o Orientalismo em relação ao feminismo de Rojava; essas são pessoas de verdade arriscando suas vidas por ideias políticas poderosas” (*Strangers in a Tangled Wilderness*, 2015, p.24)¹⁰⁰.

Alguns elementos da passagem acima devem ser destacados: primeiramente, a noção de que igualdade de gênero é um movimento inerentemente radical, algo que já exploramos na seção 4.3; e a ideia de que, em vez de serem mitos ou ídolos, as mulheres da YPJ são apenas pessoas que arriscam suas vidas pelo que acreditam. Observamos no capítulo 3 muitas narrativas que também evocam a noção de igualdade de gênero ao falar das curdas – mas o significado atribuído a essa expressão não parece ser o mesmo. Nas narrativas do capítulo 3, a ideia de igualdade de gênero é associada ao fato de

¹⁰⁰ No original: “This parallel is both accurate and dangerous, as the Mujeres Libres did indeed form a fearsome fighting force for the inherently radical political notion of sexual and gender equality, but unfortunately they’ve also become an idea that many radicals have placed on a pedestal and exalted without seeing the Free Women of Spain as human. We must not compound that same mistake with Orientalism when it comes to feminism in Rojava; these are real people risking their lives for powerful political ideas”

as mulheres da YPJ estarem lutando, e a liberdade dessas mulheres (o que, nessa lógica, é aquilo que torna possível que elas lutem e, então, atinjam a igualdade de gênero) é indicada pela “escolha individual” que elas realizam ao estarem lutando contra o ISIS.

Sob um olhar libertário, igualdade de gênero não é a mesma coisa. Não se trata de uma escolha individual, pois a luta é ambos coletiva e em nome de um ideal coletivo, que é a construção de uma nova sociedade igualitária para todas as pessoas. E também não se trata de algo que surge como um “melhoramento” da sociedade em que já se vive, mas sim um rompimento completo com as formas de vida anteriores e a construção de um novo mundo, uma *revolução*, que é normalmente associada à instauração de uma democracia “real”. O trecho citado acima diz que a igualdade de gênero é necessariamente radical: se entendermos radical como algo que vai nas raízes de um determinado problema (no caso, o sistema patriarcal), constatamos que o Coletivo crê que a associação de liberdade à escolha individual (aquela que exploramos no capítulo 3), é falsa. A igualdade de gênero apenas pode ocorrer em um modelo semelhante ao de Rojava, ou das *Mujeres Libres* da Espanha: quando se busca romper com um sistema político estatal e capitalista (e, então, “no fundo” anti-democrático, apesar de evocar a democracia como sua política).

A segunda parte do trecho que destacamos é aquela que diz que discursos orientalistas não reconhecem a humanidade dessas mulheres, de forma semelhante à canonização que os anarquistas fizeram das *Mujeres Libres*, e que nós devemos fazer o possível para não incorrer no mesmo erro. O risco de recair nesse erro em relação às YPJ, segundo o Coletivo, parece estar em narrativas de exaltação à imagem dessas mulheres paralelamente a uma ocultação do contexto político emancipatório por trás de sua luta – assim como ocorre em algumas das narrativas que analisamos no capítulo 3. O Coletivo parece sugerir um projeto: de enxergar essas mulheres como humanas que lutam por uma causa. Uma possível dificuldade nisso é que, mesmo que reconheçamos o caráter fetichista e desumanizador de muitas narrativas sobre essas mulheres (seja sobre as YPJ ou as *Mujeres Libres*), é difícil construir mais imagens alternativas delas quando continuamos reiterando em inúmeras instâncias as mesmas imagens muito

semelhantes – seja para exaltá-las de forma individual, ou para exaltar a luta política delas, ou até mesmo para analisar e criticar uma ou outra coisa, como fazemos nesta dissertação. Este trabalho, portanto, não tem como objetivo romper com o fetiche em relação a essas mulheres e isso não poderia ser feito meramente através de observação que se pretende crítica.

A questão é: se olhássemos para essas mulheres de outras formas que não são voltadas unicamente para armas e/ou política, se escrevêssemos reportagens e livros que exploram as minúcias de suas emoções, seus relacionamentos e opiniões sobre assuntos banais e aleatórios (alguns dos elementos que constituem a humanidade de alguém), elas despertariam o mesmo êxtase em pessoas das mais variadas orientações ideológico-políticas? Seria possível escrever uma anedota impactante sobre a fala de uma mulher da YPJ sobre sua estação do ano favorita? Em última instância, elas chamariam tanta atenção internacional para a causa de Rojava se fossem descritas como “mulheres como outras quaisquer”?

A conclusão é que, exatamente *porque* essas mulheres se mostram (ou são mostradas) diferentes de alguma forma, as pessoas vêm prestando tanta atenção nelas; uma atenção possivelmente decorrente do fato de elas desafiarem a passividade associada à feminilidade sem deixar de manter outros traços vistos como femininos, enquanto se engajam em uma luta multifacetada, facilmente associável tanto à causa anarquista quanto a causas liberais, além da própria causa curda. E não podemos pensar no povo de Rojava como agente passivo ou ignorante nesse processo: as YPJ também se dedicam a propaganda própria. Como mencionamos, elas possuem um Site, e além disso um perfil no *Twitter*¹⁰¹ (Site onde a informação circula mais rápido e que elas vêm atualizando com mais frequência, principalmente com fotos), onde divulgam conteúdo sobre suas mulheres tanto em curdo quanto em inglês. Para um povo que quer se livrar de perseguição política e de guerras quase endêmicas, qualquer forma de despertar um interesse positivo à sua causa acaba sendo importante, independentemente de quem venha esse interesse e como ele se manifeste.

Assim, evitar o fetichismo em relação às curdas da YPJ talvez seja um projeto mais difícil do que parece – ou um projeto de âmbito antropológico que

¹⁰¹ Disponível em: <<https://twitter.com/defenseunitsypj>>.

talvez jamais alcance grandes mídias ou grande escala de circulação. Isso porque imagens semelhantes delas continuam sendo reproduzidas constantemente, independentemente do objetivo dessa reprodução e da bagagem ideológica por trás disso, devido à fascinação ocidental profunda por elas e pelos marcadores de diferença que elas incorporam. Como escreve Biehl: “nada poderia ter me preparado melhor para a “imagem de jovens de 165cm em uniformes segurando Kalashnikovs de maneira casual”¹⁰², assim como nada poderia tê-la preparado “para ser uma testemunha real de uma revolução” (Biehl; Omrani, 2016). Para além disso, anarquistas como Carne Ross continuam associando primariamente a imagem dessas mulheres à luta contra o ISIS com o objetivo de ganhar atenção, o que não é necessariamente algo negativo (já que atenção parece mesmo ser o objetivo de Rojava), mas que reflete aquilo que tentamos dizer no capítulo 3: o fetiche com a emasculação do bárbaro muitas vezes transpassa barreiras ideológicas.



Figura 9 – Soldada das YPJ, usando a insígnia de um mártir, e olhando obstinadamente para a câmera (Kurdishstruggle, 2014). Em busca reversa no Google Imagens, podemos

¹⁰² No original: “(...) nothing could prepare me for the sight of young 1.65m women in uniforms casually holding Kalashnikovs”; “(...) for actually witnessing a revolution”.

encontrar essa mesma foto em Sites chamados World Pan-Jewish Organization, The Conservative Treehouse e Rádio Proletário.

Assim, em um contexto onde essas mulheres despertam interesse e fascínio generalizado porque são mulheres que lutam em nome de liberdade, como elas próprias declaram na sua carta de propósitos (YPJ, 2014), o que há de mais diferente nas narrativas sobre elas são as interpretações sobre o que significa essa liberdade, o que define essas mulheres e qual é o valor delas para o mundo. Nas narrativas que observamos no capítulo 4, a feminilidade dessas mulheres é compreendida como característica que define um grupo de pessoas com histórico de opressão e dominação – em contraposição a uma associação da feminilidade à beleza, maquiagem, ou independência individual, como vimos no capítulo 3. A luta dessas mulheres é vista como condição de possibilidade de emancipar esse grupo, e o valor fundamental delas não está associado a uma “libertação feminina” voltada a fazer escolhas e derrotar um inimigo bárbaro *dentro do sistema vigente*, mas sim ao fato de que elas estão dedicando suas vidas a uma reformulação radical da sociedade, que pode abrir portas para a reformulação de outras sociedades (e quiçá do mundo).

Em boa parte dessas narrativas, essas mulheres são, em alguma medida, uma promessa que muitos de nós enxergamos nelas. Isso não quer dizer que elas não tenham agência alguma nas histórias que estão sendo contadas sobre elas: pelo contrário, são os atos e falas delas que originaram, viabilizam e incentivam toda essa movimentação narrativa. Isso não quer dizer, também, que alguma das visões sobre as curdas que trouxemos até agora seja mais “certa” ou “errada” do que as outras (é curioso que, inclusive, veículos que citamos no capítulo 3 também tenham sido citados no capítulo 4, como a *Vice*). Isso quer dizer apenas que, ao ressaltar determinados aspectos das YPJ em detrimento de outros, nós alteramos a promessa que desejamos enxergar nelas. Nesse processo, algumas vezes reduzimos essas mulheres a meros instrumentos para trabalhar em favor de determinado ideal político – o que parece ser especialmente visível nas narrativas do capítulo 3, onde as falas das curdas das YPJ são quase totalmente suprimidas, assim como seu conteúdo para além de marcadores de sua feminilidade.

Alguns títulos sobre Rojava são *A Small Key Can Open a Large Door* (2015) e *To Dare Imagining: Rojava Revolution* (2016). Ambos sugerem algo no sentido de que Rojava pode ser apenas um portal para viabilizar imaginações e práticas alternativas de vida, melhores do que aquelas que temos por enquanto – e as mulheres são grandes sinalizadores dessa mudança. Como escreve Dilar Dirik: “Um indicador dos entendimentos de uma sociedade sobre democracia e liberdade é a situação da mulheres. Pois, qual é o propósito de haver “um Curdistão” se vamos acabar oprimindo metade de sua população?” (Dirik, 2014)¹⁰³. E as mulheres sinalizam essa mudança tanto em uma perspectiva emancipacionista como a de Dirik, quanto em narrativas como as do capítulo 3. Então, estamos vivendo em um cenário global onde se pensar e discutir a questão das mulheres e sua liberdade se tornou uma prática legítima, e onde mulheres têm sido associadas a progresso e mudança. O que difere é a mudança da qual se fala. Uma é uma mudança para a inclusão das mulheres na luta “pela liberdade” (onde liberdade é um conceito liberal que se entende por livre escolha e pela luta contra o inimigo “bárbaro”); outra é uma mudança nas próprias raízes da sociedade onde se vive, aposentando o Estado-nação e suas estruturas patriarcais. O mais necessário de se entender é que, independentemente do enquadramento que se esteja fazendo das curdas da YPJ e de Rojava, muito provavelmente há algum projeto político em jogo.

Assim, muitas narrativas ocidentais colocam as curdas como defensoras da liberdade ocidental, de inspiração liberal e estatista, anti-terrorista. Da mesma forma, o anarquismo que ocasionalmente se afirma existir em Rojava, sinalizado em títulos que já citamos como *Anarchism in the Middle East: the Revolution in Rojava* (2015) seria comprovável, dentre outras coisas, devido à igualdade alcançada por mulheres – condição que, em tempos passados, Emma Goldman afirmava apenas ser alcançável através do anarquismo. Mas essa é também uma forma específica de projeção de nossos desejos de libertação (que, por vezes, tomam a forma do anarquismo). Öcalan se inspirou em Bookchin, mas até mesmo o anarquismo deste é contestável (Biehl, 2007); Öcalan também não se filia ao

¹⁰³ No original: “One indicator of a society's understanding of democracy and freedom is the situation of women. For, what use is "a Kurdistan", if it will end up oppressing half of its population?”

anarquismo, nem o TEV-DEM, ou o PYD, ou os governos de Rojava, o que torna complicado impor esse rótulo dessa maneira.

Se muitos enxergam nas YPJ a promessa de derrota dos “bárbaros”, outros enxergam a promessa da derrubada do Estado e das instituições patriarcais. Como esta dissertação não tem como objetivo adotar uma ideia de neutralidade científica, já que falamos de discursos e de imaginários que compõem o mundo (como elucidado na nossa introdução), convém dizer que essa segunda promessa me agrada muito mais e foi ela que me motivou a ler mais sobre o assunto, estando associada às minhas próprias lentes e ao meu pano de fundo ideológico. O contraponto negativo de qualquer uma dessas visões é que, em um contexto onde a bagagem de representações culturais predominante no mundo (o que influencia também as nossas capacidades imaginativas) é em grande medida orientalista, de longa tradição fetichizante de mulheres não-ocidentais, sendo difícil não fazer certas projeções e reduções. É difícil, no fim das contas, que uma promessa seja vista como uma entidade terrena.

A mesma Carta do Contrato Social de Rojava que Gilles Dauvé (2015) critica por reconhecer a propriedade privada e o território do Estado sírio (dentre outras coisas), traz também influência de princípios anarquistas, como a rejeição do nacionalismo e a tentativa de instauração de um pluralismo radical que reconhece igualmente todas as etnias, credos e origens humanas. Mas, ao mesmo tempo, também afirma a necessidade de preservação dos direitos humanos internacionais, derivados de organizações liberais que mantêm o modelo estatal, e que vêm sendo criticados por levarem a frente o consenso liberal e um ideal de humanidade baseado no Homem ocidental (Rancière, 1999). Por exemplo, o artigo 76 da Carta afirma que: “O trabalho da Comissão Eleitoral Maior é feito sob a supervisão do Tribunal e de representantes da sociedade civil, e, caso possível, de observadores da ONU” (Rojava, 2014)¹⁰⁴. Então, as observações de Dauvé sobre o vocabulário utilizado na Carta do Contrato Social de Rojava não estão *erradas*: mas de onde vêm? São adequadas à situação? Elementos da carta de Rojava, como o reconhecimento do Estado sírio ou da ONU, automaticamente

¹⁰⁴ No original: “The work of the higher Commission of elections is done under the supervision of the Court and representatives of civil society organizations and observers from the United Nations if possible”.

anulam a tentativa de instauração de uma pluralidade radical, a dissolução do Estado no local ou a emancipação das mulheres?

Outra das observações de Dauvé é que as mulheres são associadas à família na Carta de Rojava. Ele não se aprofunda nessa questão, mas a mera observação solta soa como uma crítica que bebe na fonte de um feminismo crítico a essencialismos (como ligar mulheres à família). Por exemplo, Judith Butler, a quem já citamos neste trabalho, faz em *Problemas de Gênero* (2015b) justamente uma crítica nesse sentido, sendo o livro dedicado em grande medida a questionar o pensamento essencialista que constrói sexo como algo “natural” e anterior ao gênero – o que, segundo ela, contribuiria para a manutenção de uma matriz normativa que restringe nossas compreensões de gênero a Homem e Mulher (marcados por determinadas características), e leva a associações como “a mulher é um ser naturalmente responsável pela família”. A afirmação de uma identidade, então (como “eu sou mulher”), seria um processo problemático: ao mesmo tempo, foi e ainda é necessária para lutas políticas de grupos cujos direitos são frequentemente retirados, mas, ao mesmo tempo, delimita um sujeito de forma a co-constituir cadeias de significação e compreensão também limitadoras sobre esse sujeito.

Já a visão de Öcalan sobre gênero não tenta desconstruir dicotomias normativas, e certamente seria possível escrever uma longa análise sobre formas em que ele talvez esteja reforçando estereótipos “*desavisadamente*”. Por exemplo, um ex-combatente do PKK disse em entrevista que Öcalan falou certa vez para seus soldados: “Vocês não precisam ser homens neste momento. Vocês devem pensar como mulheres, pois homens apenas lutam pelo poder. As mulheres amam a natureza, as árvores, as montanhas... É assim que vocês podem se tornar verdadeiros patriotas” (Grojean, 2014, p.13).¹⁰⁵ Feministas no Ocidente trabalham há décadas para dissociar a ideia de mulher da família e da natureza, dentre outros motivos porque essa ligação ecoa uma tradição essencialista, e porque a família e a natureza representam o âmbito privado ao qual as mulheres são normativamente relegadas. Mas a questão é que o trabalho de Butler, retomando o exemplo, se dá

¹⁰⁵ No original: “You don’t need to be a man now. You need to think like a woman, for men only fight for power. But women love nature, trees, the mountains... That is how you can become a true patriot”.

em relação a um contexto bem delimitado: Estados Unidos e Europa. Sua crítica é voltada a feminismos norte-americanos e europeus. Não existe informação o suficiente que nos leve a concluir que as mulheres em Rojava estão sendo oprimidas pura e simplesmente porque a Carta usa uma determinada terminologia que ressoa com terminologias ocidentais problemáticas.

Na bagagem cultural da “democracia” estatal ocidental, o uso da palavra “mulher” junto às palavras “natureza”, “vida” ou “família” indicaria quase certamente alguma opressão a mulheres (e populações LGBT etc.). Provavelmente, se algum projeto de lei passar atualmente nos Estados Unidos (ou no próprio Brasil) utilizando esses termos¹⁰⁶, isso deve indicar algo na direção da restrição e controle estatal de direitos reprodutivos, de liberdades individuais etc. Mas simplesmente não há nada de substancial que possa nos indicar que o mesmo é verdade em Rojava. O pouco que já observamos em Rojava não parece ir de encontro a essa suposição: o corpo de “Igualdade de gênero e da família” é composto por mulheres e é de fácil acesso – diferentemente dos Estados Unidos ou do Brasil atuais, onde o congresso que passaria essa suposta legislação seria composto predominantemente de homens de uma elite econômica e política.

Da mesma forma, a carta publicada pelas YPJ mobiliza a palavra “nacional” em referência à milícia: é uma “força nacional militar” (YPJ, 2014), que treina suas mulheres militar e intelectualmente, prezando por habilidades de liderança, cooperação e criatividade – o que não parece ir de encontro a afirmações categóricas sobre Rojava ser anarquista ou rejeitar totalmente o Estado. Mas, ao mesmo tempo, as YPJ também afirmam rejeitar o nacionalismo, que seria parte de um regime de dominação masculino, juntamente às religiões e governos que vêm servindo aos homens há milhares de anos. Afirmam trabalhar pela construção de uma Síria democrática e de um Curdistão livre, com pluralidade, prezando pela auto-organização e auto-defesa feminina e pela participação igualitária das mulheres em órgãos de governo e administração. E, como vemos até agora, as ideias de democracia e de liberdade mobilizadas na organização de Rojava e na carta das YPJ não são conceitos universais, aplicáveis a todas as situações e ideologias políticas, ou que possam ser vistos como simples reflexos

¹⁰⁶ Ver, por exemplo, o projeto de lei brasileiro PL-478/2007.

do contexto Ocidental (que Öcalan, 2011, critica por ser especialmente patriarcal). No entanto, não é possível tampouco afirmar que não há opressão em Rojava, ou que a associação de mulheres à família, que Dauvé parece criticar, não pode gerar problemas nunca: precisamos apenas entender que não podemos projetar nossa bagagem semântica lá.

O fato de Rojava buscar a aprovação de uma instância internacional como as Nações Unidas e reconhecer o território nacional sírio, motivo de crítica por teóricos como Dauvé, não parece tão difícil de compreender, tendo em vista o contexto da região: a perseguição histórica por parte da Turquia, que ainda se vê presente através de bombardeios a Rojava ditos justificáveis pelo governo turco; o fato de que Rojava não tem contingente humano ou poder de força que se equipare à Turquia ou a outros grandes Estados; a localização fronteiriça da região do Curdistão, cujo território se divide em vários Estados; a perseguição por parte do Estado Islâmico; uma aliança com os Estados Unidos que, se for como outras alianças que o país tem com grupos armados no Oriente Médio, é bastante volátil – ninguém poderá prever o que acontecerá depois da potencial derrota ou migração do ISIS.

Essa busca por aprovação de outros Estados e da ONU apenas indica a necessidade que Rojava ainda tem de se enquadrar em determinado sistema de governo ou governança global – ainda que mantendo suas particularidades, como a falta de um Estado central – já que essas pessoas precisam, acima de tudo, sobreviver. Isso não torna inverídicas as observações que localizam alguns preceitos anarquistas em Rojava, pois estes existem, se levarmos em conta os documentos de Rojava, as entrevistas locais e as observações de terceiros que já acumulamos até então. E isso certamente tem impacto direto no papel que as mulheres assumem nessa sociedade. Nesse sentido, Rojava parece de fato ser um portal que possibilita novas imaginações para um mundo que, normalmente, não conseguimos visualizar sem Estado ou sem capitalismo. Mas acaba sendo bastante complicado e controverso que se declare que *Rojava é anarquista* sem grandes explicações por trás disso.

Da mesma maneira, é igualmente complicado e enviesado associar a liberdade das mulheres da YPJ quase que unicamente à luta contra o ISIS, quando

aquilo que elas trazem vai muito além disso. Isso significa eclipsar todas as outras questões bastante complicadas que viemos discutindo aqui; eclipsar a luta por emancipação que os curdos vêm tentando fazer, e a tentativa de reconhecimento de seu território como independente pela ONU e pelos Estados do mundo como forma de autoproteção. Então, as críticas de Dauvé não parecem tão adequadas. O contexto histórico e social da região e do povo curdo – aquele que Öcalan declara ser especificamente propício à emancipação, diferentemente do Ocidente – cria novas formas de significação que não se espelham totalmente nas ocidentais.

Se Enzina demonstrou algum incômodo com a figura de Öcalan onipresente em Rojava, por exemplo, é provavelmente porque isso evoca na imaginação ocidental momentos de culto ao ídolo, associados a regimes despóticos. A adoração à imagem de Stalin na União Soviética foi e ainda é particularmente associada a isso (Morgan, 2017), assim como Mao Zedong e também Hitler (Rees, 2004). No contexto da Guerra Fria, não havia ameaça maior à liberdade no imaginário ocidental do que o despotismo totalitário, especialmente associado ao comunismo, ao qual comumente se referia como “ameaça comunista” ou o “susto vermelho”. Segundo autores como Tzvetan Todorov (2014), o medo da “ameaça comunista” acabou na Guerra Fria e hoje em dia é comum que se pense no fundamentalismo islâmico como a nova maior ameaça à liberdade. Mas, nesse imaginário do medo, tanto o comunismo stalinista quanto o fundamentalismo islâmico possuem uma natureza despótica em comum, e a imagem recorrente de Öcalan em Rojava deve despertar o repertório de representações que temos de cultos a ídolos que deram origem a regimes despóticos.

Butler (2015) critica a visão que coloca o mundo como uma caminhada linear em direção ao progresso (representado pelo modelo político ocidental), na qual o Outro é visto como anacrônico ou como se estivesse alguns passos atrás. Apesar de enxergarmos Rojava predominantemente como uma utopia secular, especialmente por causa da posição que as mulheres ocupam nessa sociedade, a associação temerosa das fotos de Öcalan com a experiência do despotismo comunista é suficiente para colocar algumas dúvidas na tangibilidade dessa utopia e desse secularismo. Talvez essas dúvidas signifiquem colocar Rojava um

passinho para trás na caminhada do progresso ao cogitar que eles incorrem no risco de cair no erro do culto ao líder – erro que o Ocidente já previu e contra o qual já se preveniu ao banir essa ideia do imaginário democrático.

Mas a projeção dessas significações no contexto de Rojava talvez não seja tão conveniente, apesar de ter possivelmente sido a primeira reação de Enzina e de muitos de nós. Os contextos históricos, sociais e políticos, e, portanto, também o imaginário de significações que projetamos no fato é diferente. Yusef, por exemplo, a quem Enzina (2015) questionou em Rojava, afirmou que *não entende* essa “implicância ocidental” com Öcalan. Um potencial diagnóstico de um futuro sombrio para Rojava porque eles gostam muito do rosto de Öcalan, como se Rojava fosse um espelho do medo subconsciente ocidental, seria de certa maneira enxergar o mundo como uma sequência de acontecimentos cuja avaliação adota o Ocidente como medida e parâmetro. Isso não quer dizer, novamente, que seja *impossível* que Rojava se torne despótica, ou que o “culto” a Öcalan seja algo positivo – apenas que talvez não caiba fazer previsões do futuro, ou pressuposições sobre o presente, com essas projeções e sem estudos metódicos.

Traremos de volta as citações de Enzina (2015) e Graeber (2016) de mulheres curdas às quais eles escutaram em Rojava. Uma que diz que o medo é para as mulheres ocidentais nas cozinhas e que sua sala de aula é o mundo ao seu redor. A outra que diz que gostaria que os ocidentais fossem libertos como ela. Os trechos que Enzina e Graeber escrevem são ambos jogos linguísticos que colocam em questão as coisas que vêm primeiro à nossa mente quando pensamos em elementos como intelectualidade, medo, opressão e liberdade. Na anedota de Enzina, o medo veio à cabeça dele como algo associada à morte; para a soldada, por outro lado, esse pensamento não faz sentido. A morte (que ela nem chama de morte, mas de martírio) em nome do ideal de emancipação de uma coletividade sinaliza apenas honra, coragem e a alegria de saber que serviu a um propósito. Já o medo é algo que mulheres oprimidas em cozinhas ocidentais devem sentir. Na anedota de Graeber, ele demonstra ter tido a vontade de dar algo àquele povo, um pouco mais de liberdade por meio de bens aos quais eles não estavam tendo acesso. Mas a mulher subverteu essa significação ao dizer que ela sim tinha liberdade, e ele não; ela também gostaria de poder dá-la, mas parece que liberdade

não é algo que se possa *dar* a alguém (como um bem material), apenas conquistar por conta própria.

Outra coisa que chama atenção na primeira citação é o fato de a soldada se referir às “mulheres ocidentais em cozinhas” de forma totalmente generalista, exercício que normalmente é feito no Ocidente no sentido oposto: enquanto um imigrante europeu é francês, ou alemão, ou inglês etc., um imigrante africano é “africano”. Okin (1999) faz esse movimento em seu texto, quando fala que “África, Ásia, América Latina e Oriente Médio” são locais onde provavelmente há uma “cultura patriarcal”. A repórter na estória que Abu-Lughod (2002) conta falava de “muçulmanas” como se fossem todas iguais, com as mesmas crenças, vontades e possibilidades – suposição que, como Abu-Lughod destaca, não pareceria fazer sentido com mulheres cristãs.

Então, ambos Enzina e Graeber – visitantes ocidentais –, ao narrarem esses dois casos, parecem tentar transparecer um choque que eles mesmos sofreram ao perceberem que os significados dados às coisas não eram os mesmos em Rojava, e que os conceitos que eles têm de “liberdade” ou “medo” não são a medida universal para os sentimentos humanos sobre essas questões. Não temos, aqui, acesso direto às sujeitas “Mulheres da YPJ” ou “Mulheres de Rojava”, e nem pretendemos ter. As informações que obtemos através de Enzina e Graeber não são úteis para conhecer “verdades” sobre Rojava, mas para uma auto-reflexão sobre os modos que projetamos coisas; para uma reflexão sobre novas possibilidades de troca para com um povo que está cultivando politicamente uma comunidade que foi capaz de fascinar o mundo inteiro em apenas 6 anos de existência; e para uma reflexão também sobre como imaginários políticos estão ainda em disputa e qual é aquele que desejamos construir.

As observações críticas de Dauvé sobre a Carta de Rojava, por outro lado, parecem se pretender neutras: ele estaria apenas observando evidências que Rojava nos dá, e julgando contra um padrão de experiências passadas, para definir se eles são ou não revolucionários “o suficiente”. Só restaria a um observador, então, julgar se determinada experiência configura revolução ou não. Mas, essa neutralidade vem com toda uma ideia de revolução pré-concebida por trás disso: no caso, comunista, corrente à qual Dauvé se filia. Isso parece, como Stanchev

(2015) disse, um projeto colonialista e purista, no sentido em que busca preservar definições teóricas canônicas, formuladas no Ocidente, tentando apenas julgar se o resto do mundo se encaixa nelas ou não. Da mesma maneira, a previsão de que as conquistas das mulheres em Rojava serão *inevitavelmente* revogadas, realizada por militantes anarquistas argentinas (Anarchist Library, 2015, p.11), parece ser tão descuidada quanto David Ghanim foi no livro *The Virginity Trap in the Middle East* (2017), ao retratar a questão da virgindade muçulmana sem tentar entender as mulheres muçulmanas *em seus próprios termos* ou de sequer estabelecer um recorte para sua pesquisa. Da mesma forma, essas anarquistas também colocam em questão a agência das mulheres das YPJ, na medida em que afirmam que essas mulheres podem ter se juntado à milícia ou *terem sido colocadas* nela, o que, novamente sem base argumentativa, se assemelha ao movimento de retirada de agência feito por Ghanim em seu livro.

Em *Metafísicas Canibais* (2015), Eduardo Viveiros de Castro reflete sobre fazer antropologia e, no caminho, fala sobre os confrontos de compreensão e tradução que podem emergir na interação entre sujeitos com diferentes sistemas de significação. Nesse sentido, para Viveiros de Castro um antropólogo é alguém que tem o papel de fazer traduções entre linguagens – que se baseiam sempre em comparações, pois a comparação “não é apenas o nosso instrumento analítico principal; ela é também nossa matéria-prima e nosso horizonte último, pois o que comparamos são sempre e já necessariamente comparações” (Viveiros de Castro, 2015, p.84). Toda cultura, conclui Viveiros de Castro, “é um gigantesco, multidimensional dispositivo de comparação” (Viveiros de Castro, 2015, p.84). Quando comparamos nossa experiência com alguma outra cultura, devemos saber que estamos nos comparando com uma outra comparação pré-existente a nós mesmos, em vez de nos projetar unilateralmente em cima de outro domínio. Ademais, “comparabilidade direta não significa tradutibilidade imediata”: mesmo que comparações possam parecer óbvias ou fáceis, não necessariamente a situação observada acontece em meio a uma mesma cadeia de associações e significados do que aquela que orienta nossa interpretação, ou seja, não necessariamente a tradução é fácil.

Mas nosso objetivo neste trabalho não teve a ver com a tradução do domínio das mulheres de Rojava; em vez disso, o objetivo foi uma melhor compreensão dos terrenos de significação por trás de interpretações – e projeções – que estão sendo feitas sobre essas mulheres no mundo, especialmente no mundo ocidental. E qual seria, no final das contas, o sentido dessa tarefa? Discutimos no capítulo 3 um texto onde Nancy Fraser diz que o feminismo de segunda onda tornou possível duas diferentes visões de mundo: uma emancipacionista, em termos simplistas, e outra neoliberal. Estamos no segundo cenário, segundo Fraser. A solução que ela dá para subverter esse cenário é que o feminismo retome para si as reivindicações que foram incorporadas ao neoliberalismo, as reinterprete, e “finalmente, poderemos romper com o falso vínculo entre nossa crítica da burocracia e o fundamentalismo do livre-mercado, reivindicando a democracia participativa como um meio de fortalecer poderes públicos necessários para reprimir o capital em nome da justiça” (Fraser, 2013)¹⁰⁷.

A utilidade de pensar em modos diferentes de conceber o mundo pode ser explicada, de certa maneira, na fala de Fraser – ainda que ela tenha feito uma simplificação talvez exagerada das possibilidades de mundo que o feminismo oferecia, ao dividi-las em uma oposição binária. A questão é: as formas que pensamos em gênero e liberdade nos fazem visualizar caminhos diferentes que podem ser seguidos. Um desses caminhos específicos (a ideia de libertação através de livre escolha e de inserção no mercado capitalista) tomou a frente ao se inserir no pensamento da “totalidade” (Jabri, 2004). E, segundo Jabri, o pensamento da totalidade – um discurso hegemônico – é responsável por tentar suprimir as possibilidades de se pensar em outras histórias alternativas, sendo isso o que concede tanta força a ele (Jabri, 2004, p.275).

A ideia de Rancière sobre consenso complementa Jabri nesse sentido. O consenso, para ele, é a conjunção de discursos e práticas que constroem a legitimidade de sistemas excludentes e elitistas; sua crítica é focada no sistema democrático ocidental, que força uma legitimidade ao forjar um consenso sobre a

¹⁰⁷ No original: “(...) finally, we might sever the bogus bond between our critique of bureaucracy and free-market fundamentalism by reclaiming the mantle of participatory democracy as a means of strengthening the public powers needed to constrain capital for the sake of justice”.

necessidade de sua existência, ainda que esta inclua uma exclusão fundamental de parcelas de pessoas, o que também envolve a supressão de subjetividades e de falas divergentes. E, segundo Rancière, o regime de crença que é “peculiar ao sistema consensual” é o realismo, que ele define da seguinte maneira:

O realismo pretende ser a sadia atitude do espírito que se restringe às realidades observáveis. Ele é na verdade coisa totalmente diferente: é a lógica policial da ordem que afirma, em qualquer circunstância, fazer apenas o que é possível fazer. O sistema consensual absorveu a necessidade histórica e objetiva de antigamente, reduzida à porção cônica do "único possível" que a circunstância autoriza. O possível é assim o operador conceitual de troca entre a "realidade" e a "necessidade". E é também o último modo de "verdade" que a meta-política acabada pode oferecer à lógica da ordem policial, a verdade da impossibilidade do impossível. O realismo é a absorção de toda realidade e de toda verdade na categoria do único possível (Rancière, 1999, p.132).

Ou seja, o realismo, para Rancière, é olhar para o mundo ao nosso redor e dizer que ele é o único possível. O realismo também chamará isso de “ciência” e de “verdade”, o que vai restringir radicalmente as possibilidades de imaginação e de construção de realidades alternativas – vai tentar imobilizar a possibilidade de se fazer política e dissenso. Mas apenas a visualização de possibilidades poderá levar à construção de possibilidades. E, apesar da dificuldade de falar sobre as YPJ sem projetar certos sentimentos fetichistas sobre elas (prática derivada de uma tradição orientalista e, portanto, um problema sério), Rojava é interessante justamente por nos mostrar a possibilidade de criar dissenso, de criar narrativas que entram em conflito com as predominantes, e por nos fazer visualizar caminhos alternativos.

Mencionamos na introdução desta dissertação que uma busca realizada no Google com a frase “beautiful girls fighting ISIS” ofereceu 1 milhão e 730 mil resultados, contra 219 mil resultados para “YPJ Revolution”. Poderíamos concluir que, se existe uma disputa política em relação a Rojava, uma certa perspectiva está ganhando, de forma semelhante aos apontamentos de Fraser sobre perspectivas feministas. Mas a maior utilidade de se estudar as YPJ e Rojava não é “ganhar” uma disputa binária. Rojava oferece a possibilidade de acumularmos observações e conhecimento sobre formas democráticas de organização humana, que não sejam “democráticas” no sentido tradicional ao qual associamos

democracia. E talvez faça algo maior do que isso: nos oferecer uma nova possibilidade de visualizar a emancipação das mulheres, em um sentido que vai além de livre escolha individual, inclusão no mercado ou emasculação de “bárbaros”, demonstrando que o “pensamento da totalidade” de Jabri (2004), o “feminismo hegemônico” de Fraser (2013), ou até mesmo o patriarcado estatal apontado pelas YPJ, não conseguem incorporar dentro de si todo tipo de pensamento, construção, prática e imaginação.

6

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, L. Do Muslim Women Really Need Saving? Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its Others. **American Anthropologist**, v.104, n.3, 2002, p.783-790.

AKADEMIYA MEZOPOTAMYA. Fotografia, sem título. **Akademiya Mezopotamya**, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/707485532714433/photos/a.707528746043445.1073741828.707485532714433/803526096443709/?type=3&theater>>. Acesso em: 08 out. 2017.

AKIN ÜNVER, R. **Turkey's Kurdish Question**: Discourse and Politics since 1990. Nova York: Routledge, 2015. 178p.

ANARCHIST FEDERATION. Anarchist Federation Statement on Rojava. **Libcom**, 2014. Disponível em: <<https://libcom.org/news/anarchist-federation-statement-rojava-december-2014-02122014>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ANARCHIST LIBRARY. **Revolution in Rojava?** Anarchist Library, 2015. 12p.

ANGELINA Jolie Curda Morreu a Lutar Contra o Estado Islâmico. **Diário de Notícias**, 2016. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/acurda-morreu-a-lutar-contra-estado-islamico-5377472.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

ARGENTIERI, B. Meet the female soldiers in Syria and Iraq fighting for gender equality as much as freedom. **The Telegraph**, 2017. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/women/life/meet-female-soldiers-syria-iraq-fighting-gender-equality-much/>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

AYBOGA, E.; KNAPP, M.; FLACH, A. **Revolution in Rojava**: Democratic Autonomy and Women's Liberation in Syrian Kurdistan. Londres: Pluto Press, 2016. 272p.

BHABHA, H. K. The Other Question: The Stereotype and Colonial Discourse. In: NEWTON, T. M. (Ed.). *Twentieth-Century Literary Theory*. Nova York: Palgrave Macmillan, 1997. 328p.

BIEHL, J. Bookchin Breaks with Anarchism. **The Anarchist Library**, 2007. Disponível em: <<https://theanarchistlibrary.org/library/janet-biehl-bookchin-breaks-with-anarchism>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BIEHL, J. Bookchin, Öcalan, and the Dialectics of Democracy. **New Compass**, 2012. Disponível em: <<http://new-compass.net/articles/bookchin-%C3%B6calan-and-dialectics-democracy>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BIEHL, J.; OMRANI, Z. Thoughts on Rojava: an interview with Janet Biehl. **Roar Magazine**, 2016. Disponível em: <<https://roarmag.org/essays/janet-biehl-interview/>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

BOOKCHIN, M. **Urbanization Without Cities**: the Rise and Decline of Citizenship. Montreal: Black Rose Books, 1992. 316p.

BROWN, W. **Regulating Aversion**: Tolerance in the Age of Identity and Empire. Princeton: Princeton University Press, 2006. 268p.

BUSH, G. W. First State of the Union Address. **BBC News**, 2002. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1790537.stm>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

BUTLER, J. Performative Acts and Gender Constitution: an Essay in Phenomenology and Feminist Theory. **Theatre Journal**, v. 40, n. 4, 1988, p. 519-531.

_____. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015b. 238p.

_____. **Quadros de Guerra**: Quando a vida é passível de luto? São Paulo: Civilização Brasileira, 2015a, 288p.

BRITAIN, M. Benevolent Invaders, Heroic Victims and Depraved Villains: White Femininity in Media Coverage of the Invasion of Iraq. In: HUNT, K.; RYGIEL, K. (Ed.). **(En)Gendering the War on Terror**: War Stories and Camouflaged Politics. Londres: Ashgate, 2006. 234p.

CETORELLI, V.; SASSON, I.; SHABILA, N.; BURNHAM, G. Mortality and Kidnapping estimates for the Yazidi population in the area of Mount Sinjar, Iraq, in August 2014: A retrospective household survey. **PLOS Medicine**, 2017, p.1-15.

CICEK, M. Why the Rojava Revolution is a Women's Revolution. **Women in War Conference**, 2015. Disponível em: <<http://www.womeninwar.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/08/Beirut/4/Meral%20Cicek.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

COHN, 1987. Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals. **Signs**, v.12, n.4, 1987, p.687-718.

CHOW, R. **Writing Diaspora**: Tactics of Intervention in Contemporary Cultural Studies. Indiana: Indiana University Press, 1993. 223p.

COLETIVO ANARQUISTA BANDEIRA NEGRA. Imagem: **Cartaz produzido para o dia internacional da mulher**. Disponível em: <<https://www.cabn.libertar.org/joinville-roda-de-solidariedade-ao-povo-curdo/>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

CORPORATE WATCH. **Struggles for Autonomy in Kurdistan: & Corporate Complicity in the Repression of Social Movements in Rojava and Bakur**. Londres: the Corporate Watch Cooperative & Freedom Press, 2016. 228p.

DAILY MAIL. Imagem: Female Kurdish Soldiers. **Daily Mail**, 2014. Disponível em: <http://i.dailymail.co.uk/i/pix/2014/10/22/1413981456632_wps_66_FEMALE_KURDISH_SOLDIERS_B.jpg>. Acesso em: 05 jan. 2018.

DAUVÉ, G. Kurdistan?. **Libcom**, 2015. Disponível em: <<https://libcom.org/news/kurdistan-gilles-dauv%C3%A9-17022015>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

DEARDEN, L. 'Isis are afraid of girls'. **Independent**, 2015. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/isis-are-afraid-of-girls-kurdish-female-fighters-believe-they-have-an-unexpected-advantage-fighting-a6766776.html>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

DICKSON, M. A Woman's Worst Nightmare. **PBS**, 1996. Disponível em: <<http://www.pbs.org/kued/nosafeplace/articles/nightmare.html>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

DIRIK, D. What Kind of Kurdistan for Women? **Kurdish Question**, 2014. Disponível em: <<http://kurdishquestion.com/oldarticle.php?aid=what-kind-of-kurdistan-for-women>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____.; et al. **To Dare Imagining: Rojava Revolution**. Nova York: Autonomedia, 2016. 154p.

EHRlich, C. **Socialism, Anarchism, and Feminism**. Baltimore: Research Group One, 1977. 10p.

ELSHTAIN, J. B. **Women and War**. Chicago: University of Chicago Press, 1995. 318p.

ENZINA, W. A Dream of Secular Utopia in ISIS' Backyard. **The New York Times**, 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/11/29/magazine/a-dream-of-utopia-in-hell.html>>. Acesso em: 03 out. 2017.

FAGGE, N.; WHYTE, L. Danish student branded a terrorist after training as 'Lady Death' sniper to fight jihadis in Syria reveals she has lost everything. **The Daily Mail**, 2017. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-4170840/Joanna-Palani-admits-sniper-fights-Isis.html>> Acesso em: 31 out. 2017.

FEDERICI, S. **Caliban and the Witch**. Nova York: Autonomedia, 2004. 243p.

FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade**, Volume 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 149p.

FRASER, N. How Feminism Became Capitalism's Handmaiden. **The Guardian**, 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/14/feminism->

capitalist-handmaiden-neoliberal>. Acesso em: 05/10/2017>. Acesso em: 05 jan. 2018.

FREEMAN, T. Meet the Brave Beauty Who Quit College to Go Kill ISIS. **Maxim**, 2016. Disponível em: <<https://www.maxim.com/news/meet-brave-beauty-who-quit-college-to-go-kill-isis-2016-5>>. Acesso em: 01 out. 2017.

GHANIM, D. **The Virginity Trap in the Middle East**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015, 200p.

GRAEBER, D. Why is the World Ignoring the Revolutionary Kurds in Syria?. **The Guardian: Opinion**, 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/oct/08/why-world-ignoring-revolutionary-kurds-syria-isis>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

GRAEBER, D. Foreword. In: AYBOGA, E.; KNAPP, M.; FLACH, A. **Revolution in Rojava: Democratic Autonomy and Women's Liberation in Syrian Kurdistan**. Londres: Pluto Press, 2016. 272p.

GROJEAN, O. The Production of the New Man Within the PKK. **European Journal of Turkish Studies**, 2014, p.1-22.

HEIDER, R.; KONTNY, O. (2004) Letter from Öcalan's Intermediaries to Murray Bookchin. **HuffPost**, 2017. Disponível em: <<https://www.documentcloud.org/documents/2754252-Ocalan-intermediaries-to-Bookchin-5-05-2004.html>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

_____.; SCHNEIDERBANGER, U. (2004) Letter From Öcalan's Intermediaries to Murray Bookchin and Janet Biehl. **HuffPost**, 2017. Disponível em: <<https://www.documentcloud.org/documents/2649077-2004-1210-RH-and-US-to-JB-and-MB.html>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

HUFF, S. Watch This Badass Female Sniper Laugh at ISIS Gunmen After Bullet Narrowly Misses Her Head. **Maxim**, 2017. Disponível em: <<https://www.maxim.com/news/badass-woman-sniper-laugh-isis-2017-6>>. Acesso em: 18 out. 2017.

HUMAN RIGHTS WATCH. ISIS Escapees Describe Systematic Rape. **Human Rights Watch**, 2015. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2015/04/14/iraq-isis-escapees-describe-systematic-rape>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

JABRI, V. Feminist Ethics and Hegemonic Global Politics. **Alternatives: Global, Local, Political**, n.24, 2004, p. 265-284.

KILLALEA, D. Woman who ran away to fight ISIS: 'They're easy to kill'. **New York Post**, 2016. Disponível em: <<https://nypost.com/2016/05/29/blond-beauty-isis-fighters-are-very-easy-to-kill/>>. Acesso em: 12/11/2017.

KROOK, M.L.; TRUE, J. Rethinking the life cycles of international norms: The United Nations and the global promotion of gender equality. **European Journal of International Relations**, XX, 2010, p.1-25.

KURDISHSTRUGGLE. Fotografia: YPJ. **Kurdishstruggle**, 2014. Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/kurdishstruggle/13164543633/>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

KURDISHSTRUGGLE. Fotografia: YPJ. **Kurdishstruggle**, 2015a. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/kurdishstruggle/15644358623/>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

_____. Fotografia: YPJ & YPG. **Kurdishstruggle**, 2015b. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/kurdishstruggle/22341816374/>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

_____. Fotografia: YPJ. **Kurdishstruggle**, 2015c. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/kurdishstruggle/22774369259/>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

LORTZ, M. *Willing to Face Death: A History of Kurdish Military Forces – the Peshmerga – From the Ottoman Empire to Present-day Iraq*. Tese de Doutorado: **Florida State University**, 2005. 99p.

MACURA, H. Women Soldiers on the Front Lines Defending Christians, Religious Minorities Against ISIS. **The Christian Post**, 2015. Disponível em: <<https://www.christianpost.com/news/women-soldiers-on-the-front-lines-defending-christians-religious-minorities-against-isis-142857/>>. Acesso em: 12/11/2017.

MAHMOOD, S. **Politics of Piety**: The Islamic Revival and the Feminist Subject. Princeton: Princeton University Press, 2012.

MALM, S. What really scares ISIS? GIRLS!. **Daily Mail**, 2015. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-3353330/ISIS-afraid-girls-Jihadists-believe-killed-women-won-t-heaven-claim-feared-Kurdish-fighters.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MARCUS, A. **Blood and Belief**: The PKK and the Kurdish Fight for Independence. Nova York: New York University Press, 2007. 351p.

MAXIM STAFF. The 'Kurdish Angelina Jolie' Died a Hero's Death Battling ISIS. **Maxim**, 2016. Disponível em: <<https://www.maxim.com/news/kurdish-angelina-jolie-isis-2016-9>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MCCLINTOCK, A. **Imperial Leather**: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest. Nova York: Routledge, 1995. 464p.

MCDONALD, T. J. **Virgin Territory**: Representing Sexual Inexperience in Film. Detroit: Wayne State University Press, 2010. 296p.

MORGAN, K. **International Communism and the Cult of the Individual**: Leaders, Tribunes and Martirs under Lenin and Stalin. Londres: Palgrave Macmillan, 2017. 363p.

NASH, M. **Mujeres Libres**: España, 1936-1939. Barcelona: Tusquets, 1975. 218p.

NIVEN, L. Chimamanda Ngozie Adichie is No7's New Face. **Vogue**, 2016. Disponível em: <<http://www.vogue.co.uk/article/chimamanda-ngozi-adichie-for-boots-no7>>. Acesso em: 12/12/2017. Acesso em: 05 out. 2017.

NUSSBAUM, M. A Plea for Difficulty. In: COHEN, J.; HOWARD, M.; NUSSBAUM, M. C. (Ed.). **Is Multiculturalism Bad for Women?** New Jersey: Princeton University Press, 1999. 146p.

NBC NEWS. Meet the Kurdish Women Fighting ISIS in Syria, 2016. Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/storyline/isis-terror/meet-kurdish-women-fighting-isis-syria-n199821>>. Acesso em: 04 out. 2017.

OCALAN, A. **Democratic Confederalism**. Cologne: International Initiative, 2011. 47p.

_____. **Liberating life: Women's Revolution**. Cologne: International Initiative, 2013. 64p.

OKIN, S. M. Is Multiculturalism Bad for Women?. In: COHEN, J.; HOWARD, M.; NUSSBAUM, M. C. (Ed.). **Is Multiculturalism Bad for Women?** New Jersey: Princeton University Press, 1999. 146p.

ORLANDI, E. P. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. **Em Aberto**, v.14, n.61, 1994. p.53-59.

OTIS, G. A. What Happened to Rehana?. **NY Daily News**, 2014. Disponível em: <<http://www.nydailynews.com/news/world/kurdish-beauty-killed-100-isis-fighters-disappears-article-1.1988845>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PIETZ, W. The Problem of the Fetish. **Anthropology and Aesthetics**, N.9, 1985, pp.5-17.

PUAR, J. K. **Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times**. Durham: Duke University Press, 2007. 368p.

RANCIÈRE, J. **O Desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996. 138p.

REES, E.A. Leader Cults: Varieties, Preconditions and Functions. In: APOR, B. et al. (Ed.). **The Leader Cult in Communist Dictatorships: Stalin and the Eastern Bloc**. Londres: Palgrave Macmillan, 2004. 298p.

STALDER, E. 8 Best Feminist Beauty Products. **Refinery 29**, 2017. Disponível em: <<http://www.refinery29.com/2017/01/137053/feminist-beauty-products>>. Acesso em: 01 out. 2017.

ROBINSON, J. 'Angelina Jolie' of Kurdistan Dies While Battling ISIS. **The Daily Mail**, 2016. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-3777518/Angelina-Jolie-Kurdistan-dies-battling-ISIS-Woman-fighter-resembling-Hollywood-superstar-killed-clash-jihadists-Syria.html>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

ROBSON, S. Danish student 'who killed 100 ISIS militants has \$1million bounty on her head but is treated as terrorist'. **Mirror**, 2017. Disponível em: <<https://www.mirror.co.uk/news/world-news/danish-student-who-killed-100-9776839>>. Acesso em: 01 out. 2017.

ROJAVA. Charter of the Social Contract. **YPG International**, 2014. Disponível em: <<https://ypginternational.blackblogs.org/2016/07/01/charter-of-the-social-contract-in-rojava/>>. Acesso em: 03 out. 2017.

ROJAVA SOLIDARITY NYC. **Anarchism in the Middle East: The Rojava Revolution**. Rojava Solidarity NYC, 2015. 12p.

ROSS, C. The Most Feminist Revolution the World has Ever Witnessed. **Vice**, 2017. Disponível em: <https://www.vice.com/en_uk/article/43dmgm/the-most-feminist-revolution-the-world-has-ever-witnessed>. Acesso em: 01 out. 2017.

SAID, E. **Orientalism**. Nova York: Vintage Books, 1979. 378p.

SJOBERG, L. **Gendering Global Conflict: Toward a Feminist Theory of War**. Columbia: Columbia University Press, 2013. 480p.

_____.; GENTRY, C. E. **Mothers, Monsters, Whores: Women's Violence in Global Politics**. Nova York: Zed Books, 2007. 276p.

_____.; VIA, S. (Ed.). **Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives**. Santa Barbara: Praeger Security International, 2010. 282p.

STANCHEV, P. Mr. Anarchist, we need to have a chat about colonialism. **Roar Magazine**, 2015. Disponível em: <<https://roarmag.org/essays/zapatistas-rojava-anarchist-revolution/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

STRANGERS IN A TANGLED WILDERNESS. **A Small Key Can Open a Large Door**. Chico: AK Press, 2015. 190p.

STRANGERS IN A TANGLED WILDERNESS. A Mountain River Has Many Bends. **Strangers in a Tangled Wilderness**, 2015. Disponível em: <<http://www.tangledwilderness.org/a-mountain-river-has-many-bends/>>. Acesso em: 19 out. 2017.

TAKACS, S. Jessica Lynch and the Regeneration of American Identity and Power Post 9/11. **Feminist Media Studies**, v.5, n.3, 2005, p.297-310.

TAUSSIG, M. The Magic of the State. Nova York: Routledge, 1997. 206p.

THORNHILL, T. Kurdish Freedom Fighter is Captured and Beheaded. **The Daily Mail**, 2014. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2809260/Poster-girl-Kurdish-freedom-fighters-Kobane-captured-beheaded-ISIS.html>> Acesso em: 31 out. 2017.

TODOROV, T. **The Inner Enemies of Democracy**. Cambridge: Polity Press, 2014. 201p.

_____. **The Fear of the Barbarians: Beyond the clash of civilizations**. Chicago: University of Chicago Press, 2010. 233p.

THE KURDISH PROJECT. PKK, YPG and USA: Allies Against ISIS. **The Kurdish Project**, 2016. Disponível em: <<https://thekurdishproject.org/latest-news/us-kurdish-relations/pkk-ypg-and-usa-allies-against-isis/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

THORNTON, R. Problems with the Kurds as proxies against Islamic State: insights from the siege of Kobane. **Small Wars & Insurgencies**, v.26, n.6, 2015, p.865-885.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas Canibais**. São Paulo: Cosac Naify, 2015. 288p.

WASHINGTON INSTITUTE. Kurdish Forces Bolster Assad in Aleppo. **Washington Institute**, 2016. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/kurdish-forces-bolster-assad-in-aleppo>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

WEBB, S. Laughing in the Face of ISIS. **The Sun**, 2017. Disponível em: <<https://www.thesun.co.uk/news/3897060/incredible-moment-brave-kurdish-sniper-giggles-and-sticks-her-tongue-out-after-terrorists-bullet-misses-her-head-by-inches/>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

WHYTE, L. The Girl Who Ran Away to Fight ISIS. **Vice**, 2016. Disponível em: <https://broadly.vice.com/en_us/article/qvd483/joanna-palani-syria-iraq-ran-away-fight-isis>. Acesso em: 10 out. 2017.

YAZAR, M. Você já ouviu falar no Curdistão?. **Repórter Popular**, 2017. Vídeo (6m38s): On-line. Disponível em: <<https://www.facebook.com/reporterpop/videos/1526590534098119/>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

YPJ. About us. **YPJ Rojava**, 2014. Disponível em: <<http://ypjrojava.com/ypj/en/about-us/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. The II World Women Conference. **YPJ Rojava**, 2016. Disponível em: <<http://ypjrojava.com/ypj/en/2016/03/14/the-ii-world-women-conference/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ZINE, J. Muslim Women and Feminist Engagement. In: HUNT, K.; RYGIEL, K. (Ed.). **(En)Gendering the War on Terror: War Stories and Camouflaged Politics**. Londres: Ashgate, 2006. 234p.

_____. Between Orientalism and Fundamentalism: Muslim Women and Feminist Engagement. **The Academic Journal of Islamic Social Sciences**, n.19, v.4, 2004.